

DANIELE WEIGERT

**COMPADRIO E FAMÍLIA ESCRAVA EM PALMAS, PROVÍNCIA DO
PARANÁ (1843-1888)**

**CURITIBA
2010**

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Weigert, Daniele
Compadrio e família escrava em Palmas, província do Paraná
(1843-1888) / Daniele Weigert. – Curitiba, 2010.
150 f.

Orientador: Prof.Dr.Sergio Odilon Nadalin
Dissertação (Mestrado em História) Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Escravidão – Palmas (PR) – 1843-88. 2. Escravos – família – Palmas(PR) – 1843-88. 3. Escravos – compadrio – Palmas (PR) -1843-88. I. Título.

CDD 326.098162



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Daniele Weigert, intitulada: **Compadrio e família escrava em Palma, Província do Paraná (1843-1888)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, treze de setembro de dois mil e dez.

Prof. Dr. Sergio Odilon Nadalin (Orientador)
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Tiago Gil (UNB)
1º Examinador

Profª Drª Joseli Maria Nunes Mendonça (UFPR)
2º Examinador

DANIELE WEIGERT

**COMPADRIO E FAMÍLIA ESCRAVA EM PALMAS, PROVÍNCIA DO
PARANÁ (1843-1888)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História. Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Odilon Nadalin.

**CURITIBA
2010**

Para meus pais, Luiz e Noeli, e
meus irmãos, Francieli e Emanuel.

Agradecimentos

Ao longo dessa pesquisa surgiram diversas pessoas que me auxiliaram direta ou indiretamente e me motivaram a prosseguir. Agradeço a meus colegas Ronivon José Bazzo, Ernesto Pôggere e Adão Souza que estiveram comigo nos primeiros momentos, quando esse estudo era apenas uma idéia vaga e sempre me apoiaram e demonstraram interesse, especialmente ao Roni pela dedicação ao estudo da história e pelo auxílio que me deu com as fontes primárias.

Ao meu orientador Professor Sérgio Odilon Nadalin, pela imensidão de sua paciência, por compreender minhas dificuldades e sempre apontar soluções. Aos professores Tiago Gil, Joseli Maria Nunes Mendonça e Andréa Doré pelas sugestões e críticas que foram fundamentais para o meu crescimento e para o desenvolvimento deste trabalho. Aos meus colegas, por nossas discussões e debates, em especial a Maria Rosangela Santos, Maria Helena, Paula Chagas, Fabio Scarpin e a Zilda Moura.

Um agradecimento mais que especial devo dedicar a revisora desses textos, obrigado Antonia, seu olhar perspicaz e sua sinceridade foram essenciais para o meu desenvolvimento.

A Dona Neli e Seu Eurides Sudan e aos meus tios Zoila e Ildefonso Weigert meu humilde “muito obrigado”, nada poderia retribuir a hospitalidade e o carinho que demonstraram ao me receber. Aos meus tios Adão e Sônia de Oliveira pela atenção e por estar, não só nesse, mas em vários momentos da minha vida. A minha prima Adriane e as minhas tias Denise, Dayane e Carla, vocês estiveram nos momentos mais divertidos desses últimos anos, me ajudaram a relaxar e descontraírem agradeço por terem me suportado! Aos meus queridos avôs Ivo e Ema, a você minha avó pelas muitas orações, mesmo que sua neta não seja das mais religiosas, sou grata por ter se preocupado comigo. A minha avó Margarida pelo carinho e amor que sempre dedicou a mim e a meus irmãos e principalmente por ter me dado à mãe mais maravilhosa do mundo. Amo todos vocês.

Aos meus amigos que me ofereceram canções nesses últimos anos e formaram a trilha sonora desse período da minha vida, em especial a Paulo Spinelli, obrigado Paulo!

A meus pais por acreditarem em mim, até nos momentos que eu mesma duvidava. A você pai, mesmo que eu não seja tão efusiva em carinhos e elogios eu lhe admiro e respeito. A minha mãe, por sua força e por tudo que tem feito. Nossas conquistas não são feitas de títulos ou bens materiais, mas do pertencimento, desse imenso sentimento que nos une. A meu irmão Emanuel, você nem sempre sorriu, nem sempre foi compreensivo, mas esteve do meu lado e

não poderia lhe esquecer. A minha irmã Francieli. Obrigado Fran por não me abandonar nessa aventura, por ser minha companheira, sou muito feliz por ter você na minha vida.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar as possibilidades de formação e manutenção das famílias escravas e as relações que mantinham por via do compadrio em Palmas, na Província do Paraná, no período de 1843 a 1888. Os Campos de Palmas se localizavam em fronteiras internacionais e provinciais, sua colonização foi incentivada pelo governo Imperial devido às ameaças de ocupação dessas terras pelos argentinos. Durante fins da década de 1830 chegaram a essa região estancieiros vindos principalmente de Guarapuava e Palmeira; ali estabeleceram fazendas voltadas a atividades ligadas à pecuária utilizando escravos como mão de obra. Tendo em vista esse contexto de fronteira e a decadência do regime escravista, observamos por meio dos Inventários de bens dos senhores a estrutura de posse escrava e o perfil sexo-etário dos cativos, com o objetivo de investigar as possibilidades de formação de famílias no interior das fazendas. Por meio dos registros paroquiais de batismo e casamento constatamos que as possibilidades de uniões legítimas foram limitadas para o local e apresentaram índices elevados de filhos de pais incógnitos entre os escravos. Esse quadro aponta para as dificuldades da população cativa em contrair matrimônio e deve sua configuração ao perfil das escravarias, em sua totalidade de pequeno porte, dificultando uniões internas nos plantéis do local. O porte das escravarias também influenciou nas tendências das escolhas dos padrinhos para os cativos, a maior parte dos escravos e seus filhos recebem padrinhos livres e em muitos casos também senhores de escravos. A partir da análise quantitativa dos dados levantamos as tendências para o local e assinalamos trajetórias individuais a fim de acompanhar o percurso de alguns escravos, observando o perfil dos compadres que escolhiam e a reincidência na escolha como estratégias de ligação a uma rede social que tinha o parentesco como base.

Palavras-chave: escravidão, família escrava, compadrio.

Abstract

The present study aims to analyze the possibilities of formation and maintenance of the slave families and the relations they would maintain through the *compadrio* in Palmas, in the Province of Paraná, within the period from 1843 to 1888. The region of the Fields of Palmas was located at international and provincial borders, its colonization was stimulated by the Imperial Government due to threats of occupation of those lands by Argentine people. In the late 1830's, landholders mainly from Guarapuava and Palmeira arrived at that region; they established farms focused on activities related to animal husbandry, using slaves as work force. Considering this context of border and the decadence of the slave regime, we observed the structure of slave ownership and the gender and age profiles of the slaves through the slaveholders' Assets Inventories, aiming to investigate the possibilities of formation of families inside the farms. Through the parish records of marriages and baptisms we found that the possibilities of legitimate unions were limited to the local and presented high rates of children of unknown fathers among the slaves. This scenario points out the difficulties faced by the slave population in getting married, and its configuration is due to the slaver's profile, in its small-sized totality, making the internal unions difficult at the local herds. The size of the slaver's also influenced the tendencies of choices of the godparents for the slaves, most of the slaves and their children would receive free godparents and even slaveholders. From the quantitative analysis of the data we surveyed the tendencies for the local and pointed out individual trajectories in order to track the course of some slaves, observing the profile of the godparents that they would choose and the recurrence of the choice as strategies of connection to a social network which would have the kinship as the basis.

Keywords: Slavery, slave family, *compadrio*.

Sumário

Lista de Tabelas	ix
Lista de Gráficos	xi
Lista de Ilustrações	xii
Introdução	1
1. CAPÍTULO: Aspectos econômicos e sociais de Palmas durante o século XIX	
1.1 A EXPANSÃO CAMPEIRA NO PLANALTO PARANAENSE	11
1.1.1 Ocupação dos Campos de Palmas	16
1.2 AS PROPRIEDADES ESCRAVISTAS DE PALMAS	24
1.2.1 Traços da população escrava	36
2. CAPÍTULO: As famílias e os arranjos matrimoniais de escravos em Palmas	
2.1 ESCRAVIDÃO E REPRODUÇÃO INTERNA	45
2.1.1 Ilegitimidade: uma marca social do escravo	49
2.1.2 Negociação de escravos	63
2.2 CONFORMAÇÕES DE INTERESSES SENHORIAIS E CATIVOS: A FAMÍLIA ES CRAVA	72
2.2.1 As famílias escravas nas cartas de liberdade	75
3. CAPÍTULO: A liberdade pela via do parentesco	
3.1 O COMPADRE E A COMADRE DO ESCRAVO	84
3.2 FAMÍLIA SENHORIAL E COMPADRIO DE ESCRAVOS	93
3.2.1 As relações de compadrio das escravas de Lúcio Irias de Araújo Gavião	99
3.2.2 As relações de compadrio dos escravos de José Joaquim de Almeida	105
3.2.3 Conexões viáveis por meio do compadrio	110
3.3 PARENTESCO E COMUNIDADE EM UMA PROPRIEDADE ESCRAVISTA	114
3.3.1 O sentido do pertencer.....	118
Considerações finais	125
Fontes e referências bibliográficas	128
Anexos	136

Lista de Tabelas

Tabela 1. População de Palmas (1854-1890)	23
Tabela 2. Distribuição da riqueza nos plantéis em %	26
Tabela 3. Valor médio dos cativos avaliados nos Inventários de Bens dos plantéis de Palmas (1859-1888)	30
Tabela 4. Distribuição de proprietários e seus escravos nos plantéis	31
Tabela 5. Distribuição de proprietários e seus escravos conforme o tamanho do plantel: Angra dos Reis, Araxá, Mariana e Palmas.....	33
Tabela 6. Faixa etária nas propriedades escravistas	37
Tabela 7. Distribuição da população cativa segundo o sexo	42
Tabela 8. Casamento de escravos em Palmas (1843-1888).....	49
Tabela 9. População de Palmas: estado civil, cor e nacionalidade (1872)	51
Tabela 10. Estado Civil dos escravos nos Inventários de Bens	53
Tabela 11. Total de Batismo de filhos de escravos	57
Tabela 12. Concentração de batismos conforme senhor identificado	58
Tabela 13. Legitimidade dos filhos de cativos batizados	59
Tabela 14. Total de batismo nas propriedades com escravos casados e características dos plantéis nos Inventários de Bens	61
Tabela 15. Legitimidade dos filhos de livres batizados na Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas (1843-1890).....	62
Tabela 16. Negociações de escravos em Palmas (1862-1879)	65
Tabela 17. Faixa etária dos cativos negociados em Palmas (1862-1879)	66
Tabela 18. Preços Médios dos escravos na faixa etária dos 15 aos 39 anos e dos menores de 15 anos em Palmas (1862-1879)	67
Tabela 19. Características de cativos negociados com algum parente em Palmas (1862-1877)	70
Tabela 20. Distribuição por sexo e estado civil dos cativos que receberam a liberdade em Palmas (1868-1888)	77
Tabela 21. Relações de parentesco e outras informações dos escravos de Joaquim Manoel de Oliveira Ribas	79
Tabela 22. Ocupação da População livre e escrava em Palmas segundo o Recenseamento Geral de 1872	86

Tabela 23. Condição jurídica e econômica dos Padrinhos e madrinhas de escravos conforme Registros Paroquiais - Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas	88
Tabela 24. Condição Jurídica dos Padrinhos e Madrinhas de Filhos Legítimos e Ilegítimos de escravos	92
Tabela 25. Estado civil dos padrinhos e madrinhas	93
Tabela 26. Condição dos Padrinhos e Madrinhas que mais vezes aparecem como padrinhos e madrinhas e número de afilhados	97
Tabela 27. Compadres e comadres escolhidos pelos cativos de João Carneiro Marcondes	119

Lista de Gráficos

Gráfico 1. População de Palmas (1854-1890)	23
Gráfico 2. Comparação das médias de distribuição dos bens para 1862, para o período de 1859-1888 e para os bens de Maria Ferreira Sá Ribas em %	25
Gráfico 3. Distribuição de bens em propriedades de 1 a 4 escravos	27
Gráfico 4. Distribuição de bens em propriedades de 5 a 9 escravos	28
Gráfico 5. Distribuição de bens em propriedades de 10 a 21 escravos	28
Gráfico 6. Distribuição em % dos Bens de Raiz e escravos por anos.....	28
Gráfico 7. Concentração de escravos por proprietários	31
Gráfico 8. Concentração de escravos por proprietários (%)	32
Gráfico 9. Distribuição de proprietários e escravos nos plantéis	35
Gráfico 10. Número de escravos presentes nos inventários	35
Gráfico 11. Faixa de idade por períodos	40
Gráfico 12. Total de Batismo de filhos de escravos e cativos	57
Gráfico 13. Negociações de escravos em Palmas	67

Lista de Ilustrações

Ilustração 1. Relações de compadrio estabelecidas pelas escravas de Lúcio Irias de Araújo Gavião	101
Ilustração 2. Relações de compadrio estabelecidas pelas escravas de José Joaquim de Almeida	106
Ilustração 3. Compadres recorrentemente escolhidos por escravas de Lúcio Irias de Araújo Gavião	111
Ilustração 4. Compadres recorrentemente escolhidos pelos escravos de Lúcio Irias de Araújo Gavião e os de José Joaquim de Almeida	112
Ilustração 3. Relações de compadrio estabelecidas pelos escravos de João Carneiro Marcondes	115

Introdução

Na obra *As cidades invisíveis*, Italo Calvino dá voz ao explorador Marco Pólo, que descreve as cidades do vasto Império de Kublai Khan. Dentre os muitos símbolos de sua narrativa, têm-se as teias da fantástica cidade de Ercília. Viajando pelo território de Ercília encontram-se ruínas das teias de relações estabelecidas pelos antigos habitantes da cidade abandonada. Os moradores de outrora estendiam fios que interligavam as casas tecendo ligações orientadas por relações de parentesco, troca, autoridade, representação. Ercília é descrita não por suas edificações, que já não existem mais, mas pelo enredo de fios que permanecem e os sustentáculos que os mantêm. Nessa cidade as formas que as teias de relações adquirem são tão importantes quanto as próprias relações, que se renovam a cada mudança da sede da cidade¹.

Eis uma maneira de exemplificar como os escravos na sociedade escravista poderiam ter tecido redes para ligar-se a pessoas de diferentes categorias sociais. Ao estudar os laços de relacionamento podemos desatar a intrincada e complexa trama de fios invisíveis que eram estendidos entre pessoas pertencentes ao mesmo estrato social ou a outros. Tal é o contexto do estudo do apadrinhamento de escravos que nos revela uma das características da sociedade escravista: apesar da desigualdade de condições que marcavam suas relações sociais, aos cativos foi possível tramar linhas verticais e horizontais como estratégia de convivência.

O estudo de redes sociais nos fornece um método factível para a análise do compadrio e foi utilizado neste trabalho. Esse método consiste no estudo das ligações estabelecidas entre os atores sociais, tendo em vista que as relações são tão fundamentais quanto os atributos dos atores que se conectam, sendo que as pessoas se descrevem por meio das relações que estabelecem².

A proposta de análise de redes sociais procura abordar quantitativa e qualitativamente os aspectos individuais dos atores sociais, com quem estavam se relacionando, quantas vezes foram escolhidos e observar os atributos sociais de cada um. Ao escolher o padrinho, por exemplo, as pessoas estão incluindo-o em uma rede de compadrio, e essa escolha está ligada aos atributos do indivíduo escolhido.

No cenário estudado, os atores sociais estavam organizados conforme sua condição livre ou cativa; no interior desses estratos existiam ainda diferenciações relacionadas aos capi-

¹ CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 72.

² HANNEMAN, Robert A. *Introducción a los métodos del análisis de redes sociales*. (Revista Redes, s/d). Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia Riverside. Disponível em: <http://www.redes-sociales.net/>. Acesso em: 19 jan. 2010, p. 6.

tais que os indivíduos dispunham, criando uma hierarquia que deveria ser reconhecida socialmente. No entanto, nas sociedades escravistas os indivíduos, ao estabelecer relações sociais com pessoas de outras categorias, afirmavam a interdependência dos grupos sociais. Dessa forma, o apadrinhamento foi determinado por essa configuração e deve ser situado tendo em vista essa estrutura social.

Entretanto, o compadrio aqui estudado também possuía conotações religiosas, pois era estabelecido por meio do batismo Católico. Principal sacramento da Igreja, o batismo marcava o ingresso do indivíduo na comunidade cristã e a remissão do pecado original. Os requisitos para apadrinhar e amadrinhar eram mínimos: os padrinhos deveriam ser maiores de 14 anos e as madrinhas ter mais de 12 anos de idade e serem ambos batizados. A partir do ato do batismo os padrinhos ficavam responsáveis pela educação dos afilhados na doutrina cristã, tornando-se fiadores para com Deus na perseverança do batizando na fé. Esses vínculos de parentesco ritual eram tão importantes que até mesmo havia impedimento de matrimônio entre os envolvidos. As relações conjugais dos compadres e dos afilhados e padrinhos eram incestuosas em vista de serem os padrinhos considerados “pais espirituais” da criança batizada³.

Para além dessas regras estabelecidas pela Igreja, o batismo criava expectativas que ultrapassavam os significados religiosos do sacramento, como afirmaram Stephen Gudeman e Stuart Schwartz, o compadrio era produzido na Igreja entre os indivíduos que o carregavam para fora da instituição formal, projetando-o para dentro do ambiente social⁴, o que possibilita o estudo das sociedades do passado por esse viés.

Durante o século XIX, no Brasil, o compadrio foi marcado pelo contexto escravista. As relações de dominação e as hierarquias sociais, como se viu, determinaram as relações de escravos e livres, de escravos e escravos e de livres e livres. Desta forma, os compadres não eram escolhidos aleatoriamente, e a tendência encontrada nos estudos sobre o tema, em se escolher pessoas da mesma condição social ou melhor situadas como padrinhos, e raramente uma pessoa inferior ao *status* social dos pais das crianças, sugere que o compadrio funcionou como uma forma de estabelecer alianças, e que pessoas de categorias sociais diferentes se relacionassem.

³ Entretanto, conforme as disposições do Concílio Tridentino, esse tipo de parentesco não era contraído pelos padrinhos entre si, não havendo impedimento de união matrimonial entre as pessoas que amadrinhavam e apadrinhavam a mesma criança. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro do Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. Coimbra, 1720, Liv. 1, tít. 10,18, p. p. 26-27.

⁴ GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. IN: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 37.

Nesse sentido, ao selecionar os padrinhos os escravos poderiam buscar proteção, alguém que intercedesse por eles no cativo e muitas vezes o sonho de por intermédio dele conseguir a liberdade⁵. Entendemos que essas escolhas não eram neutras; subjacente estava um contexto de subordinação dos cativos que deve ter influenciado em suas decisões. Afinal, os atores sociais eram orientados por expectativas individuais e coletivas que nem sempre concordavam, mas em muitos casos resultaram em conformações de interesses de cativos e senhores.

Assim, toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretação e liberdades pessoais. A questão é, portanto, como definir as margens por mais estreitas que possam ser da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam. Em outras palavras, uma investigação da extensão e da natureza da vontade livre dentro da estrutura geral da sociedade humana⁶.

Como se vê, as relações de compadrio nos permitem desvendar possíveis expectativas individuais ao escolher o padrinho, já que a partir desse laço pais, afilhados e padrinhos estavam unidos até a morte. Segundo Martha Daisson Hameister o laço entre os participantes do batismo, não pode ser revertida; ainda que possa haver o ódio e crimes entre os compadres, o elo não é quebrado, pois não são os corpos que são irmãos, e sim os seus espíritos e, segundo os cristãos, esse têm vida eterna⁷. Por esse motivo as análises sobre apadrinhamento ganham importância nos trabalhos sobre a escravidão, tendo em vista que essa relação não era restrita apenas à população livre permitindo vislumbrar as relações entre escravos e pessoas de outras categorias sociais.

Além do parentesco fictício, analisamos as formações familiares dos escravos, avaliando as dificuldades em estabelecer relações legítimas e duradouras entre os cativos, tendo em vista as incertezas geradas pela própria condição de escravo que, a qualquer momento, poderia ser vendido a outro senhor. Nas últimas décadas a historiografia vem destacando os significados que as famílias escravas possivelmente assumiram para cativos e senhores, ser-

⁵ SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. IN: ALENCASTRO, Luis Felipe de (Org). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia, 1997.

⁶ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da história: nova perspectiva*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 136.

⁷ HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros de batismo da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, p. 244-245.

vindo para alavancar graus mais acentuados de subordinação e obediência do escravo devido aos riscos de separação pela venda dos cônjuges e de pais e seus filhos, mas também como promotora de uma relativa autonomia no cativo que, entretanto, criou diferenciações internas entre cativos com família e o restante dos escravos que não usufruíam das benesses desse laço.

A união legitimada pelo casamento Católico era um valor social almejado pela população de forma geral, mas como esse arranjo era indissolúvel, só se rompendo com a morte de um dos cônjuges, provavelmente foi contraído por pessoas que estavam fixadas a um lugar e que procuravam a estabilidade das relações familiares para a concepção de prole, tendo em vista que as famílias constituídas por marido, mulher e filhos formavam pequenos núcleos econômicos de subsistência. Apesar das limitações às uniões de escravos, esse valor era comungado também por eles e possivelmente assumiu tanto ou mais importância que para o restante da população, se constituindo em um fator de ascensão nas hierarquias construídas no cativo.

Cabe ressaltar que as formações familiares matrifocais eram majoritárias entre os escravos em Palmas, mas poderiam derivar de uniões consensuais; no entanto, pensamos que apenas as designações conferidas às pessoas que exerciam papéis familiares (pai, mãe, filho etc.) assumiram significados de pertença possibilitando aos cativos o sentimento de fazer parte, não apenas de um plantel, mas de uma família.

Entretanto, em um contexto onde a maioria da população era livre, as famílias escravas interagiram, tecendo relações de compadrio e também contraindo uniões conjugais com pessoas de outras condições sociais, não correspondendo a micro-núcleos apartados da população livre. Nessa trama podemos observar estratégias de sobrevivência e a possibilidade de ascensão à categoria livre.

Assim se justifica nosso interesse pelo compadrio e a família escrava. Neste trabalho abordamos esses laços tecidos pelos cativos de Palmas, na Província do Paraná, durante os anos de 1843, quando iniciam os registros paroquiais, até 1888 com a abolição da escravidão.

Nosso recorte temporal abrange o período de deslocamento de pessoas aos Campos de Palmas e a formação e estabelecimento das fazendas com escravos, que estiveram ligadas a atividade pecuária. Os Campos de Palmas foram ocupados por estancieiros de Palmeira e Guarapuava durante fim da década de 1830 e início do decênio de 1840. Ao se fixarem em Palmas os colonizadores estabeleceram alianças com lideranças indígenas do local, a fim de obterem proteção contra as constantes ameaças de outros grupos indígenas, que viviam nas proximidades e atacavam as fazendas. Durante boa parte do nosso recorte temporal as incerte-

zas quanto ao povoado e a insegurança gerada pelos ataques dos nativos provocaram estagnação na economia do lugar.

No transcorrer do trabalho analisamos as interferências desse contexto que inferiram peculiaridades à escravidão que ali se desenvolveu, sem perder de vista as questões macro envolvendo o sistema escravista como um todo. Nesse sentido, analisamos o compadrio dividindo o recorte temporal em dois subperíodos. O primeiro abrange os anos de 1843 a 1871, que correspondeu à chegada dos estancieiros e à formação das fazendas com escravos. O subperíodo de 1872 a 1888 foi marcado pela Lei do Ventre Livre que modificou a condição dos filhos das escravas, passando a serem considerados ingênuos, sendo tutelados e não mais escravizados pelos senhores de suas mães. Com essa mudança no *status* das crianças nascidas depois da referida lei, pensamos que os atributos sociais dos padrinhos selecionados podem ter se modificado, afinal os afilhados já não eram escravos.

Considerando o caso específico de Palmas, este estudo se enquadra na microanálise no qual abordamos os últimos anos do sistema escravista em um povoado em formação. Dessa forma, buscamos aumentar a escala de observação, seguindo trajetórias de famílias cativas, a fim de perceber como os indivíduos estavam criando estratégias para sua manutenção nesse contexto⁸.

Para realizar esta pesquisa as principais fontes utilizadas foram os registros paroquiais. Feitas pela Igreja Católica Romana, os registros paroquiais eram uma medida de controle de seus fiéis, tendo normas para a padronização de seu conteúdo. No Brasil, a partir de 1707, com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, foram implantadas normas que atendiam às características da colônia para o procedimento e conteúdo desses documentos⁹; entretanto, a historiografia identificou variações locais nas fontes relacionadas com a própria individualidade dos párocos que produziam esses registros, omitindo e em alguns casos colocando informações além das exigidas pelas Constituições.

Os registros que analisamos foram produzidos no povoado de Palmas. Nesse local a presença da Igreja se evidenciou desde o início da ocupação; a princípio, a Capela pertencia à Diocese de São Paulo, sendo administrada por um padre nomeado pelo bispo diocesano. A capela era dirigida por capelães seculares, os quais não estavam sujeitos a uma Ordem Católi-

⁸ Segundo Jacques Revel “a escolha do individual não é vista [...] como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve.” REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. IN: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala*. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 21.

⁹ NADALIN, Sérgio Odilon. *História e Demografia: Elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira Populacional – ABEP, 2004, p. 40.

ca específica que, além de suas funções sacerdotais, desenvolviam outras atividades¹⁰. No ano de 1855, com a elevação do Povoado à categoria de Freguesia, a Capela de Palmas recebeu o título de Paróquia Autônoma e, nesse momento, foi indicado o primeiro vigário encomendado, com poderes de Vara¹¹. A distância somada à falta de recursos dos padres legava certa autonomia, o que deve ter influenciado na forma como eram feitos os assentos¹².

Os assentos de batismo, de casamento e de óbito aqui analisados estão disponíveis no acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas. Das fontes obtivemos um total de 302 assentos de batismo¹³, 24 de casamento e 43 óbitos envolvendo escravos. Pelos poucos registros sugerimos que os cativos poderiam estar batizando e se casando em outros lugares ou pode ser que algum livro se perdeu ou existiram sub-registros¹⁴.

Para facilitar a localização dos indivíduos nas fontes, construímos um banco de dados no programa Excel no qual arrolamos as informações que nelas continha. Dos assentos de batismo extraímos dados gerais sobre os envolvidos: nome, cor (caso tivesse) e estado civil dos pais; nome e estado civil dos padrinhos e relação entre os padrinhos (se tinham algum laço de parentesco informado). Por meio dessa fonte pode-se identificar a condição social dos padrinhos escolhidos, bem como dos pais das crianças, o que permite analisar as relações sociais de compadrio. Abaixo colocamos uma transcrição de um assento de batismo no qual sublinhamos as informações que extraímos da fonte:

Aos vinte cinco dias do mez de Junho do anno de mil oito centos setenta e um, nesta freguezia do S^{en} Bom Jezus de Palmas, Baptizei e puz os santos a o innocente Laura, nascida a sete de Abril do corr^{te} anno filha de Pedro e sua mulher Izabela hambos Escravos de (sic) Nuncia Maria Ferreira. Forão Padrinhos Firmino Teixeira Baptista e sua mulher Maria Roza Ferreira Baptista todos desta Freguezia. E para constar faço o assento que assigno. O Vig^o Jose (sic)¹⁵.

¹⁰ SANTOS, Eucléia Gonçalves. “*Em Cima da Mula, debaixo de Deus, na frente do Inferno*”: Os Missionários Franciscanos no Sudoeste do Paraná (1903-1936). Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2005, p. p. 65-66.

¹¹ Em seu trabalho, Lourdes Stefanello Lago constatou um aumento progressivo de registros de batismo que envolvia cativos sendo produzidos ao longo dos períodos o que, provavelmente, estava relacionado com a presença de um Vigário para atender a Paróquia e produzir os assentos. Dos registros encontrados 10,58% corresponderam ao período de 1840-1859 e 89,42% foram para 1860-1889. LAGO, Lourdes Stefanello. *Origem e evolução da população de Palmas - 1840-1899*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1987, p. p. 77, 217.

¹² De acordo com Sheila de Castro Farias a falta de uniformidade permite que se “vislumbrasse com certa clareza costumes e práticas locais”. FARIAS, Sheila de Castro. *Família e morte entre escravos*. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a174.pdf> Acesso em: 14 abr. 2008.

¹³ Em trabalho que utilizou essa fonte, Lourdes Stefanello Lago encontrou um total de 359 registros de batismo de filhos de cativos, maior que o número de assentos por nos levantados, o que provavelmente se deve a extravio desses documentos. LAGO, 1987, Op. Cit. p. 214.

¹⁴ Encontramos nos Livros, notas que se referiam à falta de assentos de batizados que foram realizados, apontando para prováveis sub-registros. Durante a ausência de vigários em Palmas, o vigário de Guarapuava fazia os batizados e lançavam os registros no Livro de Batismos de Palmas. CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de registros de Batismo de Ingênuos da Paróquia de Palmas*, 1871-1888, Nota do Cônego Antonio Braga de Araújo, fl. 9.

¹⁵ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registro de Batismo de filhos de escravos*, 1871 – 1889, fl. 47.

Separamos esses registros por senhores identificados para melhor localização dos escravos e a realização da análise dos laços que eram estabelecidos pelos cativos de um mesmo plantel. O mesmo procedimento foi tomado com os registros de óbito e casamento.

Dos assentos de casamento arrolamos em tabelas de dados: o nome dos consortes, cor, filiação, dia do matrimônio e o nome e estado civil das testemunhas. Dos registros de óbito extraímos o nome, estado civil, causa da morte, onde o falecido foi enterrado e a data de falecimento. Abaixo sublinhamos as informações desses documentos, que colocamos nas referidas tabelas:

Aos ceis dias do mez de Agosto de mil oitocentos e cetenta e treis, nesta freguezia do Senhor Bom Jezus de Palmas, depois de ter procedido todas de formalidades do estillo, se receberão em Materimonio por palavras de presente *in facie Ecclesie*, e perante as Testemunhas o Alferes Fermino Teixeira Baptista, e Elaurianno Teixeira Baptista, Bibiano, escravo, com Gabriella, ambos escravos de D. Nuncia Maria Ferreira. E para constar mandei lavrar o presente que assigno. O Vigario José Bilbao¹⁶.

Aos quatro dias do mez de Agosto do anno de mil oitocentos setenta e um, nesta freguezia do S^{on} Bom Jezus de Palmas, falleceo de enfermidade Rita (fl.3) Escrava do Ilms^{mo} S^{or} Estevão Ribeiro do Nascimento de idade quatorze annos mais ou menos, não recebo os sacramentos da confissão, nem de Extrema Unção por não terem precurado as partes interesadas, foi por mim encomendada e seu corpo foi sepultada no Cemiterio, Diz missa à intenção de sua alma. E para constar fiz o presente assento que assigno. O Vigario José Bilbao¹⁷.

O cruzamento nominativo das fontes possibilitou identificar os atributos das pessoas que os escravos estavam escolhendo para serem seus compadres. Evidenciou-se que essa escolha se dava para o estabelecimento de alianças para cima, ou seja, escolhiam-se pessoas com mais recursos e melhores condições que os seus, no caso dos escravos buscando padri-nhos livres e mesmo senhores.

Como ferramenta para o estudo de redes sociais utilizamos os programas UCINET e NetDraw, que funcionam de forma complementar. No programa UCINET foram desenvolvidas matrizes, nas quais dispomos os atores sociais e seus atributos (livres, livres senhores de escravos e escravos). Posteriormente realizamos as ilustrações das teias de relações sociais por meio do programa NetDraw. O referido programa dispõe e localiza os atores sociais quanto aos papéis que estavam assumindo (padrinho/madrinha, pai/mãe) e seus atributos, utilizando para isso representações geométricas e cores diferenciadas.

¹⁶ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registro Paroquiais de Casamentos n. 1*, 1843-1885, fl. 41 verso.

¹⁷ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Óbito n. 1*, 1843-1905. fls. 3 e verso.

Além dos registros paroquiais foram analisados os inventários de bens que se encontram no Fórum, os registros cartoriais de compra e venda, cartas de liberdade e testamentos que estão no Tabelionato Leining, todos em Palmas.

Nos inventários de bens são descritas as posses do inventariado, entre as quais os bens semovente escravos. Dessa fonte, acessamos fichas que continham suas informações¹⁸. Nelas constam todos os bens, arrolados em folhas padrão, e informações gerais sobre o inventariado e seus herdeiros: estado civil, sexo, ano de falecimento no caso do primeiro, e grau de parentesco dos herdeiros. Esse material encontra-se no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica do Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (NDPH), em Palmas.

Também encontramos documentos referentes a escravos produzidos no período de 1862 a 1888 nos Livros de Notas disponíveis no Tabelionato Leining¹⁹. Esses livros possuem registros cartoriais de contrato de compra e venda de escravos, testamentos e cartas de liberdade. Por meio das escrituras de compra e venda de cativos traçamos o perfil dos escravos negociados e as implicações da Lei do Ventre Livre sobre a negociação dos cativos, observando se famílias escravas eram separadas pela venda²⁰.

Dos testamentos realizamos a transcrição de apenas três²¹. Dois referiam-se ao escravo, e depois liberto, Bento Antonio Guedes. O outro testamento era do lavrador Ignácio Joaquim de Oliveira; esse documento serviu também como escritura de reconhecimento e perfi-lhação, uma vez que nele o lavrador reconhecia como seus os filhos que teve com uma escrava, fazendo deles seus herdeiros. Agregando com informações de outras fontes, conseguimos reconstituir trajetórias relativamente completas de escravos envolvidos nesses documentos.

Nos Livros de Notas também encontramos cartas de liberdade nas quais o senhor outorgava a alforria ao seu escravo²². Esse registro não era obrigatório, mas como existia o risco de reescravização e venda de libertos, acabava sendo produzido²³. Em Palmas foram encontradas 68 cartas onerosas e gratuitas das quais 26 estipulavam a condição de servir por mais

¹⁸ Essas fichas foram desenvolvidas por Adilson Miranda Mendes em pesquisa sobre a composição das fortunas de Palmas, para sua dissertação de mestrado (Exemplar disponível em Anexos). MENDES, Adilson Miranda. *Origem e composição das fortunas na sociedade tradicional paranaense*: Palmas – 1859 – 1903. Dissertação de Mestrado, Curitiba: UFPR, 1989.

¹⁹ Nesses Livros constam outros tipos de escrituras como de venda de terras, troca, penhora e arrendamento.

²⁰ Nas Escrituras públicas de compra e venda de escravos consta data, o nome do vendedor, do comprador, algumas vezes lugar de procedência e profissão de ambos; sobre o cativo era informado o preço, e em alguns casos função desempenhada, estado civil, filiação e naturalidade.

²¹ Os Testamentos informavam a data, o nome, estado civil, herdeiros, as últimas vontades do testador e quem deixava como testamenteiro.

²² Nas Cartas de Liberdade pesquisadas constavam, normalmente, o nome do senhor, o nome do cativo liberto, o local, condições da liberdade caso houvesse, data e, em alguns casos, estado civil e motivo da concessão da liberdade.

²³ GOMES, Alessandra Caetano. *Em busca da liberdade: as alforrias em duas regiões do Sudeste escravista, 1825-1888*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2008, p. 95.

alguns anos ou até a morte do senhor e três referiam-se a escravos libertos pelo fundo de emancipação. Os escravos poderiam comprar sua liberdade, mas nos Livros encontramos apenas duas que relataram a aquisição da liberdade por parte dos escravos; esse pequeno número provavelmente se deve ao ambiente rural, com poucas condições de os cativos acumularem pecúlio.

As cartas de alforria normalmente eram produzidas pelos senhores e depois podiam ser transcritas nos Livros de Notas pelo tabelião. As justificativas das concessões tiveram muitas variáveis e suas peculiaridades revelaram o cotidiano das relações senhor-escravo. Eram concedidas em comemoração a um casamento de um membro do núcleo senhorial, pelos herdeiros por saberem ser da vontade do finado, em remuneração aos bons serviços, etc. Por meio delas, buscou-se investigar o perfil dos escravos que recebiam ou compravam sua liberdade.

Com as informações dessas fontes realizamos o mesmo procedimento de inserção em bancos de dados para facilitar a localização. Por meio desse procedimento realizamos a análise de trajetórias de famílias cativas, localizando no tempo os vários momentos das famílias escravas. Pelo cruzamento nominativo das fontes procuramos reconstituir como os escravos e senhores estavam se comportando ao longo do período estudado e em diferentes contextos: no batismo, no casamento, na divisão dos bens, no ato da compra e da venda, na concessão da liberdade.

As altas taxas de ilegitimidade e o reduzido número de casamentos encontrados entre os escravos em Palmas exemplificam as limitações aos cativos, devido ao pequeno tamanho dos plantéis e as imposições senhoriais diante de uniões consagradas entre escravos de propriedades diferentes. Mesmo assim as ligações ilegítimas foram uma das brechas para os escravos formarem famílias. Dessa forma, se os senhores não permitiam uniões sancionadas pela Igreja entre os escravos, pensamos que também não poderiam obrigar seus cativos a contraírem matrimônio indesejado.

Ao longo deste estudo observamos essa trama de interesses que orientaram as escolhas dos indivíduos, levando em conta que a convivência entre os atores sociais proporcionaram o afrouxamento das relações de dominação, mas não sua dissolução.

Tendo em vista o exposto, o presente trabalho está constituído por três partes nas quais procuramos abordar as questões referentes à formação das fazendas e à estrutura de posse escrava, ao crescimento interno e às formações de famílias cativas e, por fim, às relações de compadrio.

O primeiro capítulo possui duas partes em que caracterizamos a ocupação de Palmas e a formação das propriedades com escravos. Na primeira parte, com base na historiografia, Relatórios dos Presidentes da Província e correspondências, disponíveis no Arquivo Público do Paraná, procuramos abordar a expansão territorial no Planalto Paranaense, que atingiu os Campos de Palmas. Na segunda parte desse capítulo, investigamos por meio dos inventários de bens, a estrutura de posse cativa, dividindo as propriedades conforme o número de escravos e investigando as razões de sexo e as faixas de idade dos cativos. Com essa abordagem, procuramos verificar se a questão da fronteira influenciou no perfil dos cativos que estavam sendo deslocados até Palmas e as mudanças ao longo do tempo pela estabilidade das fazendas do local.

No segundo capítulo nos atemos às questões referentes à formação de famílias e a reprodução interna dos escravos. Também dividida em duas partes, na primeira traçamos os aspectos gerais quanto aos arranjos matrimoniais, articulando algumas características da população escrava com a possibilidade de uniões consensuais. Nessa parte perseguimos algumas trajetórias individuais a fim de observar como escravos e senhores estavam se comportando em relação aos vínculos de família. No segundo item salientamos a trajetória do cativo Bento e sua família até o alcance da liberdade, procurando investigar os significados da formação de laços de família para os cativos e seus senhores.

No último capítulo, tratamos das redes de compadrio, investigando, com quem os escravos estavam estabelecendo essas ligações. Para isso cruzamos informações das fontes a fim de verificar as condições socioeconômicas dos padrinhos e madrinhas. Traçado os atributos desses indivíduos, conjeturamos sobre o motivo de os escravos terem estabelecido alianças “para cima”, escolhendo compadres da condição livre e muitas vezes senhores de escravos.

Também articulamos as tendências gerais do local e algumas trajetórias individuais, que sugerem os possíveis interesses dos escravos ao escolherem como compadres pessoas bem posicionadas no quadro da sociedade. Na segunda e terceira parte do capítulo, por meio da abordagem das redes sociais estabelecidas em algumas propriedades, articulamos as ligações diretas e indiretas que os escravos realizavam entre si, com a possibilidade de, por meio do compadrio os escravos, estarem formando uma comunidade baseada em vínculos de parentesco.

1. CAPÍTULO: Aspectos econômicos e sociais de Palmas durante o século XIX

1.1 A EXPANSÃO CAMPEIRA NO PLANALTO PARANAENSE

Durante o Brasil Colonial a base da economia esteve voltada para a atividade agro-exportadora estabelecida na costa brasileira, os latifúndios que ali se encontravam se constituíam em núcleos auto-suficientes reunindo um expressivo número de escravos. A população pobre vivia agregada a essas propriedades escravistas ou então se apossavam de pequenos pedaços de terras para subsistência. Nesse período, a descoberta do ouro nos atuais estados de Minas Gerais e Goiás geraram uma demanda interna que incrementou a economia da Colônia.

A atividade mineradora possibilitou a formação de um mercado interno no Brasil colonial. O gado tornava-se um gênero fundamental para o consumo da carne e principalmente pelo transporte. Neste aspecto, a expansão para áreas no interior impulsionada não só a cata do ouro, mas também de campos de pastagem tornaram os territórios, ainda dominados por comunidades indígenas, possibilidades abertas de exploração da terra.

O estímulo econômico fez com que pessoas saíssem da costa brasileira e se dirigissem ao interior; a criação do gado não exigia tantos recursos de capital e mão de obra como a grande lavoura e a mineração, este fator favoreceu a expansão para o sul de São Paulo e o norte do atual território brasileiro¹.

Brasil Pinheiro Machado divide os tipos de expansão para o interior do Brasil como povoamento espontâneo e outro político e oficial. O primeiro se caracteriza por ser um movimento natural da população, tendo como finalidade a subsistência. Esse tipo de expansão possui múltiplos estímulos como a cultura da cana, a criação do gado, a procura do ouro, a caça ao índio. São, basicamente, iniciativas populares que se estenderam sem as prerrogativas governamentais.

O segundo tipo de expansão era um movimento delineado pelo governo português que “impelia a população a se distender, num plano político previamente traçado para atingir as fronteiras naturais do Brasil”, na bacia do Prata-Paraná-Paraguai e na bacia Amazonas. Esse tipo de expansão se daria por um centro de irradiação que se estenderia por uma região, mas continuaria ligada e subordinada ao centro².

¹ AB'SABER, Aziz N. [et al.]. *A época colonial*, v.2: administração, economia, sociedade. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. p. 218-219.

² MACHADO, Brasil Pinheiro. *Sinopse da História regional do Paraná* (a ser publicado pelo Instituto, por ocasião do centenário da Província, em 1953). Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1951, p. 6.

Segundo o mesmo autor, em um primeiro momento o território do Paraná fazia parte do movimento espontâneo dos paulistas. Entretanto, no século XVIII, Curitiba tornar-se-ia centro de irradiação e conquista oficial de uma parte do território, que iria constituir a Província do Paraná³.

Para Marina Lourdes Ritter, a expansão do povoamento paranaense desenvolveu-se em todas as suas fases de maneira espontânea e dirigida, levando em conta, principalmente, a fixação dos migrantes à terra mediante a obtenção de uma sesmaria e a sua exploração econômica. Para ela, não se pode separar o processo de expansão espontânea da fase do povoamento dirigido, uma vez que ambos coexistiram⁴. Nesses termos, concordamos que no Paraná os modelos de expansão sugeridos por Brasil Pinheiro Machado não podem ser aplicados como fases distintas, pois entendemos que o empenho do governo Imperial em impelir a população a ocupar os territórios paranaenses estava subordinado aos interesses dessa população em se fixar em determinada região.

As primeiras povoações em Paranaguá e no planalto curitibano tiveram o ouro como principal atividade e motivo da sua formação. Esses núcleos urbanos concentraram a maior parte da população da região e tiveram significativa importância no século XVII⁵. À procura de minérios, grupos de homens subiram a serra e começaram a se estabelecer nos Campos de Curitiba e nos Campos Gerais, mas com a decadência da atividade mineradora voltaram-se à pecuária que acabou por se tornar a principal atividade econômica dessa região⁶.

A conquista de territórios no Paraná correspondeu também a uma mudança da política colonial, que favoreceu a colonização para o interior de São Paulo. A expansão das fronteiras territoriais do Brasil para o sul era uma preocupação de Portugal. Com a revogação do Tratado de Madrid, a política de fronteiras de Portugal fundada em fortes militares se alterou. D. Luiz e o Marquês de Pombal substituíram os fortes militares pelas povoações civis, o que lhes daria mais direito de posse.

A mudança da capital do Brasil, da Bahia para o Rio de Janeiro, e a restauração da Capitania de São Paulo, que ficou sob a chefia de Morgado de Mateus, marcaram o redirecionamento da política colonial, que contribuiu para a efetivação da conquista dos Campos de

³ Op. Cit. p.7.

⁴ RITTER, Marina Lourdes. Caminhos para a história do Paraná: Brasil Pinheiro Machado e o modelo das formações das comunidades. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.73, 1980, p. 71.

⁵ RITTER, Marina Lourdes. *As sesmarias do Paraná no século XVIII*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980, p. 123.

⁶ Op. Cit. p. 128.

Guarapuava e Palmas no território paranaense⁷. Esses Campos, que faziam fronteiras com a Argentina apresentavam-se como uma nova alternativa de ligação por terra à região norte do Rio Grande de São Pedro, integrando-se ao território nacional; daí a importância geopolítica da colonização dessas terras.

Durante o século XVIII, diversas expedições rumaram para o sul de São Paulo, entre elas, uma alcançou os Campos de Guarapuava, por volta de 1770. A entrada que se dirigiu a esses Campos em 1771, chefiada por Afonso Botelho, sobrinho de Morgado de Mateus, pretendia subjugar os indígenas obtendo a garantia de sua fidelidade e fazendo com que se tornassem guardiões das fronteiras das terras meridionais do Brasil⁸. Como não lograram êxito, a atuação da expedição e do governo de Morgado de Mateus foi alvo de acusações no sentido de terem desrespeitado ordens da coroa portuguesa⁹.

A colonização dos Campos de Guarapuava e de Palmas se concretizou apenas no século XIX, com a chegada da Família Real em 1808, cuja política de ocupação promoveu a conquista dos Campos de Guarapuava na fronteira sul de São Paulo¹⁰.

A nova conformação governamental no Brasil coincidiu com as transformações da economia do planalto paranaense. Segundo Octávio Ianni, “a população do planalto vai paulatinamente se modificando em agricultores, criadores, tropeiros e, em consequência, a economia e a sociedade alcançam os Campos Gerais, os Campos de Guarapuava e os Campos de Palmas”¹¹. Assim sendo, a confluência do redirecionamento econômico no planalto e das mudanças administrativas levadas a efeito no âmbito nacional propiciou que essa expansão territorial se efetivasse.

O crescimento do comércio de gado vindo do Rio Grande, que passava pela estrada de Viamão até Sorocaba, possibilitou o desenvolvimento de fazendas ligadas à invernagem de tropas no planalto paranaense. Contudo, as tropas que vinham do Rio Grande sofriam constantes ataques de indígenas pelas estradas na região dos Campos Gerais, o que consistia em obstáculo para o desenvolvimento das fazendas. Diante disso, para a efetivação da conquista

⁷ Sobre a ocupação de Guarapuava e Palmas ver: WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 6. ed. Curitiba: Vicentina, 1988, p. p. 85-95, 169-179. LAZIER, Hermógenes. *Paraná: Terra de todas as gentes e de muita história*. 2. ed. Francisco Beltrão: GRAFIT, 2003, p. p. 71-81. STECA, L. C.; FLORES, M. D. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina: UEL, 2002, p. p. 11-14. RODERJAN, Roselys Vellozo. *Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional* (séculos XVI-XIX). Curitiba: Works Informática, 1992, p. p. 223-243

⁸ TAKATUZI, Tatiana. *Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Campinas: UNICAMP, 2005, p. 18.

⁹ Op. Cit. P. p. 25-26.

¹⁰ LAGO, Lourdes Stefanello. *Origem e evolução da população de Palmas - 1840-1899*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1987, p.55.

¹¹ IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. 2. ed. São Paulo. Hucitec, 1988, p. 34.

dos Campos de Guarapuava, o príncipe emitiu uma carta declarando guerra aos indígenas que habitavam aqueles Campos. Vale notar que a criação de gado não exigia muitos trabalhadores e por isso os indígenas eram praticamente dispensáveis como mão de obra¹².

Em uma segunda Carta Régia, menos belicosa, de primeiro de abril de 1809, o Príncipe e Regente, D. João VI, aprovou um plano para povoar os Campos de Guarapuava, civilizar os índios, e encontrar uma passagem para as Missões¹³. Para que esse objetivo fosse concretizado “preparou-se planejadamente uma expedição militar”¹⁴. Além da arrecadação dos tributos, criou-se em São Paulo uma Junta de Direção para a expedição; encomendou-se ao Regimento de Milícia de Curitiba um total de duzentos soldados que soubessem lavrar e serrar madeira, dois índios que soubessem a língua, trabalhadores para arrear tropas, e foram requisitadas peças de artilharia das fortalezas de Santos¹⁵.

Pela forma como se apresentou a expedição, podemos inferir que ela seguiu duas vertentes, uma ligada às iniciativas políticas de assegurar o domínio sobre as fronteiras e outra relacionada à expansão da atividade pastoril, do segundo planalto paranaense para o interior. Ambas incluíam o interesse em conectar São Paulo ao Rio Grande de São Pedro e ter acesso às Missões. Guarapuava constituía-se na área intermediária entre essas regiões e se tornaria uma alternativa de passagem dos tropeiros¹⁶.

A “Junta da Real Expedição da Conquista de Guarapuava”, comandada pelo Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, chegou aos Campos de Guarapuava em 1810. Nesses Campos criaram o aldeamento do Atalaia, dirigido pelo padre Francisco das Chagas Lima, que tinha por objetivo catequizar os índios, reunir os indígenas que habitavam os sertões e impedir seus ataques aos tropeiros¹⁷. Em 1827, o aldeamento sofreu ataque de “índios bárbaros” e Francisco das Chagas deixou o Atalaia. Conforme Tatiana Takatuzi, os indígenas permaneceram nas proximidades do aldeamento, e os relatos que surgiram nos anos posteriores

¹² TAKATUZI, 2005, Op. Cit. p. 28.

¹³ COLLEÇÃO DAS LEIS DO BRASIL DE 1809. *Carta Régia de 1 de Abril de 1809* – Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que infestam aquelle território. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1891. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_11.pdf. Acesso em: 11 mar. 2009, p. 36-39.

¹⁴ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria (Org.). *História do Paraná*. 4 v. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 82.

¹⁵ Op. Cit.

¹⁶ Podemos dizer que tanto o governo quanto a população tiveram vantagens quanto à ocupação destas terras. Para o governo a construção de alternativas de passagem para os tropeiros, o que aumentaria sua arrecadação, devido à cobrança de impostos de circulação de animais pelas estradas e também asseguraria o domínio desta região; e para a população se constituiu na possibilidade de tomar posse das terras e desenvolver a atividade de criação e invernagem do gado.

¹⁷ Sobre o Atalaia ver: TAKATUZI, 2005, Op. Cit.

afirmavam que já se confundiam ao restante da população de Guarapuava, por isso em 1857 foi oficialmente extinto o aldeamento do Atalaia¹⁸.

Instalado o novo povoado de Guarapuava, a economia estava voltada à criação e ao comércio de gado. A população, mesmo permanecendo pequena durante o século XIX, cresceu em taxas anuais geométricas de 7,92% nos anos de 1828 e 1872¹⁹. Dessa forma, a colonização dos Campos de Guarapuava se efetivava gradualmente e a expansão das fazendas de criar se configurava como uma meta, devido às notícias que chegavam sobre a existência dos Campos de Palmas e as possibilidades econômicas que ali se apresentavam.

O interior do Paraná se configurava, no início do século XIX, como uma área de terras ainda não exploradas economicamente. Essa fronteira passou a ser colonizada pelas oportunidades que surgiram do comércio de gado. Mas como o pasto paranaense não era salitrado e havia a dependência do sal que vinha de Paranaguá, o interior esteve ligado ao centro de irradiação.

O que se constata é que à expansão para a fronteira esteve ligada a mobilidade. O movimento de uma população em busca de oportunidades econômicas e a indefinição dos limites nacionais, de estados em formação, deram margem a essa expansão. Ademais, essa dinâmica migratória para o interior do Paraná se caracterizou pela combinação de interesses que envolviam famílias tradicionalmente estabelecidas nos campos paranaenses, de pessoas pobres atrás de terras e do governo Imperial. Assim podemos assinalar que tanto o movimento de expansão espontâneo como o oficial, ou mesmo a mescla de ambos, reforçaram a integração territorial – num primeiro momento – e populacional.

Os requerimentos de sesmarias, muitas vezes feitos para cada membro de uma mesma família, possibilitaram a concentração de terras em mãos de poucas pessoas ligadas a clãs familiares²⁰. Com isso, as pessoas que se dirigiram ao interior paranaense tiveram maiores ou menores possibilidades de se tornar grandes proprietários, tendo em vista que dispunham de recursos desiguais de acesso a terra. Apenas uma parcela de terras foi destinada à formação de pequenos sítios para a população mais pobre: de agregados das fazendas, capatazes, liber-

¹⁸ Segundo Tatiana Takatuzi, os indígenas ainda permaneceram nos arredores de Guarapuava, e mesmo após a extinção do aldeamento, ofícios e relatórios do presidente da província mostram que os indígenas assaltavam fazendas da região; e o caso do filho de Gacom que reivindicava em 1862 a posse das terras do Atalaia que estavam ocupadas por fazendeiros, as reivindicações se estenderam até 1880. TAKATUZI, 2005, Op. Cit. p. p. 132-136.

¹⁹ FRANCO NETTO, Fernando. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2005, p. p. 9-11.

²⁰ Como exemplo temos o clã familiar dos Taques que solicitavam sesmarias durante o século XVIII para os membros da família, e concentraram grande parte das terras dos Campos Gerais. RITTER, 1980, Op. Cit. p. p. 143-144.

tos, gente de trabalho manual, que negociava o excedente dos produtos que plantavam com os tropeiros que vinham do sul²¹.

A colonização das regiões do interior do Paraná representava a ampliação da criação de gado dos fazendeiros já estabelecidos, dos Campos Gerais para os de Guarapuava e posteriormente para os de Palmas. Esse espaço vinha sendo explorado por famílias tradicionais²² interessadas em expandir suas propriedades rurais. Dessa forma, a população pobre sem escravos, provavelmente teve de se conformar com pequenos pedaços de terra ou então a trabalhar em terra de outros.

1.1.1 Ocupação dos Campos de Palmas

Os problemas de limites entre o Brasil e a Argentina começavam a tomar vulto, pois a fronteira internacional, entre os vales dos rios Iguaçu e Uruguai, não estava definida e os argentinos demonstravam interesse em ocupar esse território. Nesse quadro, além dessa demanda econômica ligada a atividade campeira, a ocupação dos Campos de Palmas tornava-se essencial para consolidação dos limites com a Argentina.

A existência dos campos de Palmas, dentro do território pretendido pela Argentina, assustava o governo brasileiro. Uma região de campos era muito fácil de ocupar. Desenvolveu-se então entre as autoridades imperiais brasileiras a noção de que seria de urgência ocupar os campos de Palmas antes que os argentinos o fizessem. Quem ocupasse os territórios em disputa, isto é, o lado que tivesse o *uti possidetis*, ganharia a questão e anexaria o território²³.

Essas razões “políticas e estratégicas” motivaram a província de São Paulo, com o aval do governo imperial, a tratar com prioridade a questão. Em 1837 o governo provincial criou a Companhia de Municipais Permanentes, uma versão provincial da Junta Real, que tinha como objetivo realizar a colonização e exploração dos Campos de Palmas. A criação dessa Companhia fez aumentar o interesse de alguns moradores de Guarapuava em colonizar os Campos de Palmas, para evitar que a iniciativa de colonização do governo se efetivasse e

²¹ Op. Cit. p. 71.

²² João Alves da Rocha Loures, citando uma pesquisa de genealogia feita por Francisco Negrão, ressalta a filiação de Pedro de Siqueira Cortes, líder de uma das sociedades de ocupação dos Campos de Palmas, “ao tronco das mais antigas e respeitadas famílias paranaenses”. Também salienta o parentesco entre os membros das frentes de ocupação. LOURES, João Alves da Rocha. A Fazenda da Lagoa. IN: *Revista do Circulo de Estudos “Bandeirantes”*. Fundada em Curitiba aos 12 de setembro de 1929. Tomo 1º - n. 4. Número Commemorativo ao Centenário dos Campos de Palmas. Curitiba: Fevereiro de 1936, p. p. 301-302.

²³ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985, p. 14.

áreas tão próximas a Guarapuava ficassem em mãos de membros da referida companhia, protegidos pelo governo provincial²⁴.

Assim se formou em Guarapuava uma sociedade com a finalidade de conquistar os Campos de Palmas, essa comandada por José Ferreira dos Santos e o Padre Ponciano José de Araújo. No mesmo ano, formou-se também uma bandeira em Palmeira com o mesmo objetivo, esta liderada por Pedro de Siqueira Cortes. Ambas, com capitais próprios, rumaram aos Campos de Palmas (Ver mapa).

A Sociedade dos Primeiros Povoadores palmenses, dirigida por José Ferreira dos Santos, foi organizada em 1839. Nesse ano, foi elaborado o Estatuto e Regulamento da Sociedade; nele destaca-se o dever dos sócios em dispor de trabalhadores a fim de ajudar nas atividades que surgiriam durante a expedição, bem como empenhar-se em sua defesa. O documento determinou prazo de um ano para que os sócios deslocassem trinta “animais de produção” e aquele que não cumprisse essa determinação receberia a posse da terra na proporção de seu contingente; também prescrevia que eles escolheriam de comum acordo o lugar mais apropriado para fundar a povoação²⁵.

Sabendo dessa Sociedade, Pedro de Siqueira Cortes quis tomar parte, mas os membros dela se opuseram alegando serem muitos os associados. Diante disso, ele organizou uma outra sociedade, “com grandes capitais que reuniu e com forte bandeira rompeu da Palmeira, via Porto União”²⁶. A Ata de entendimento entre os pretendentes ao povoamento dos Campos de Palmas, chefiado por Siqueira Cortes, deixava transparecer sua autoridade: os pretendentes estavam submetidos a acompanhá-lo; os sócios seriam obrigados a aceitar e obedecer a seus planos; as posses seriam divididas por ele; se os sócios resolvessem vender suas terras eram obrigados a vendê-las a Pedro de Siqueira Cortes; em caso de morte de um dos sócios os herdeiros ainda estariam sujeitos a cumprir as determinações estabelecidas entre os membros; e se algum dos integrantes da sociedade não conseguisse cumprir as condições perderia seus trabalhos, não tendo direito sobre as terras e sendo obrigado a lavrar termo de desistência em Juízo competente²⁷.

²⁴ Op. Cit.

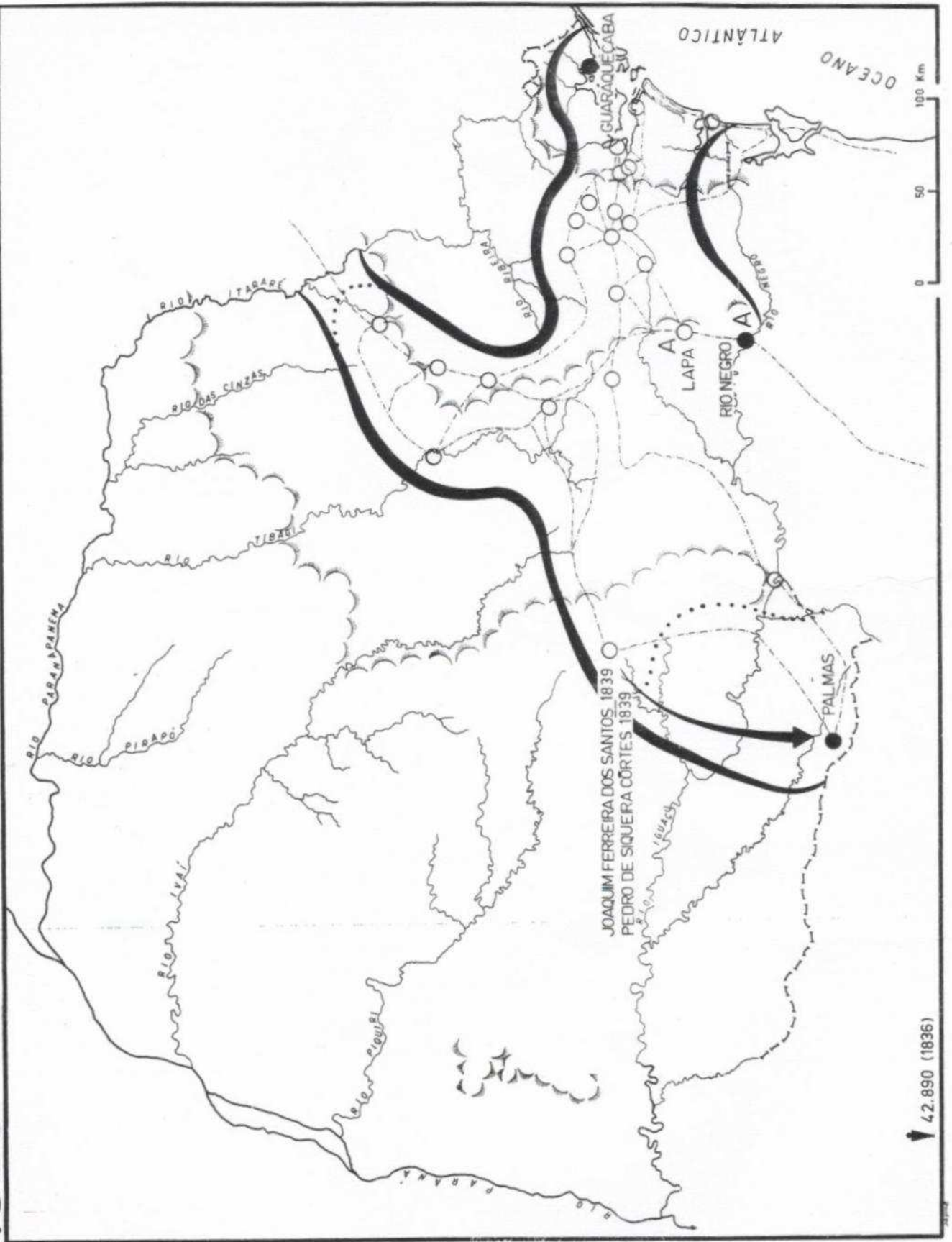
²⁵ SECCÃO DE DOCUMENTOS. Estatuto e regulamento da “Sociedade particular dos primeiros povoadores palmenses” organizados na Freguezia do Belem, em Guarapuava, a 1.º de Março de 1839. IN: *Revista do Circulo de Estudos “Bandeirantes”*. 1936, Op. Cit. p. p. 315-319.

²⁶ BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969, Op. Cit. p. p. 84-85.

²⁷ SECCÃO DE DOCUMENTOS. Acta de Entendimento assignada entre os pretendentes ao povoamento dos campos de Palmas chefiados por Pedro de Siqueira Cortes. IN: *Revista do Circulo de Estudos “Bandeirantes”*. 1936, Op. Cit. p. p. 319-320.

1840

1820



Fonte: CARDOSO, Jaime Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Atlas Histórico do Paraná*. 2. ed. Curitiba: Chain, 1986.

As duas expedições chegaram aos Campos de Palmas em 1839, as contendas iniciais das bandeiras pelo direito de conquista foram amenizadas pela presença do Padre Ponciano José de Araújo, e logo iniciaram a recolha e introdução de animais. Como a questão do direito das terras ainda não tinha sido resolvida, e “aquelles que chegavão depois, não respeitavão precedência elançavão seos animais aonde julgavão propicio”, as duas sociedades resolveram que a questão deveria ser submetida à decisão de árbitros, antes que os índios que os ameaçavam atacassem. Os árbitros escolhidos, o Capitão Domingos Inácio de Araújo²⁸ e o Alferes José Caetano de Oliveira, alegaram problemas de saúde e enviaram até o local seus representantes, que saíram de Curitiba em abril de 1840 e chegaram aos Campos de Palmas apenas em maio de 1841. Conciliando os interesses das frentes povoadoras, os árbitros separaram as terras entre as duas sociedades, ficando a de Pedro de Siqueira Cortes a oeste do lajeado denominado Caldeiras e a de José Ferreira dos Santos a leste²⁹.

A Companhia de Municipais Permanentes foi destacada para a proteção dos fazendeiros e para a abertura de uma estrada até o ponto navegável do Iguaçu, que daria acesso aos Campos Gerais de Curitiba³⁰. Essa estrada era essencial para suprir as fazendas de sal, “sem oqual veem os fazendeiros seos animaes definharem, e morrerem”³¹.

O primeiro capitão da referida Companhia foi Hermógenes Carneiro Lobo; em seguida foi substituído pelo já mencionado Pedro de Siqueira Cortes, que ficou encarregado de abrir a estrada em direção aos Campos Gerais de Curitiba.

Além dos problemas de comunicação com os outros lugares, os fazendeiros de Palmas eram constantemente atacados por grupos de indígenas que habitavam nas imediações. Para proteção, os colonizadores estabeleceram alianças com lideranças indígenas que viviam no povoado, alguns do antigo aldeamento do Atalaia, em Guarapuava³².

Em 1853 a 5ª Comarca de São Paulo tornou-se a Província do Paraná, e as questões com os indígenas continuaram em Palmas. Em 4 de fevereiro de 1855 um grupo de índios atacou a casa do Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira em Palmas, matando entre os

²⁸ Domingos Inácio de Araújo foi subdelegado em Palmeiras e o principal introdutor de africanos neste lugar. Ver: LIMA, Carlos A. M. *Tráfico ilegal para a fronteira agrária: Domingos Inácio de Araújo (Palmeira, 1830-1851)*. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/CarlosLima.pdf>. Acesso em: 20 maio 2009.

²⁹ SECÇÃO DE DOCUMENTOS. Notícia da descoberta do Campo de Palmas. IN: *Revista do Circulo de Estudos “Bandeirantes”*. 1936, Op. Cit. p. p. 323-324.

³⁰ SECÇÃO DE DOCUMENTOS. Notícia da descoberta do Campo de Palmas. IN: *Revista do Circulo de Estudos “Bandeirantes”*. 1936, Op. Cit. p. p. 324-325.

³¹ A falta de minerais nos campos destinados a alimentação do gado, precisa ser suplementada com o sal; se o gado não receber a suplementação pode vir a morrer. Conforme Brasil Pinheiro Machado, citando Saint-Hilaire, a pratica de distribuição do sal pelo chão conservava o gado manso, apesar de ser criado solto. MACHADO, Brasil Pinheiro. *Três cadernos de história: idéias e reflexões*. Curitiba: Arte e Letra, 2002, p. p. 69-70.

³² WACHOWICZ, 1985, Op. Cit. p. 12.

seus, um escravo e um “índio manço”³³. Esse acontecimento e outros que sucederam foram narrados em correspondências enviadas à Presidência da já instituída Província do Paraná, e ressaltam a importância do aldeamento³⁴ de Palmas e das lideranças de Viri e Condá para a segurança do povoado.

O vice-presidente da Província de 1856, Henrique de Beaurepaire Rohan³⁵, que esteve pessoalmente no povoado de Palmas e teve contato com o aldeamento, relatou que os indígenas do local se ocupavam na fabricação de cestas, balaios e tecidos; para subsistência criavam vacas, cavalos, porcos e aves e plantavam milho e feijão em um terreno de pequena extensão³⁶.

O aldeamento estava próximo do povoado. Rohan, que em 1854 tinha sido contratado pelo Governo da Província do Paraná, para o cargo de engenheiro, a fim de verificar o estado da estrada para as Missões, descreve o núcleo urbano de Palmas no relatório que entregou para a presidência da Província. Afirmava ser necessário construir novas povoações na região, pois a de Palmas estava localizada em lugar de difícil acesso e, em sua opinião, o estado crítico em que se achava não fazia do local um ponto obrigatório para a estrada³⁷. Discordava do argumento de que os fazendeiros escolheram aquelas terras para o povoado por ser o ponto mais central da ocupação. Para ele,

O motivo que houve, para assentar Palmas [...] foi mui diverso. Na distribuição que entre si fizerão do campo os seus primeiros povoadores, escolhêrão para rocio, isto

³³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Carta de Pedro Ribeiro de Souza, subdelegado de polícia de Palmas a Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente da Província do Paraná*. SPP 262, Microfilme: rolo 282, flash 6, cx. 1. Palmas, 7 de Fevereiro de 1855.

³⁴ Segundo Carlos Lima: “A percepção processual a respeito do estatuto dos índios, assim como a idéia de aldeamento apontam para estratégias de aliança envolvidas no relacionamento projetado com os índios. Aldeamento, inclusive, era nesse momento uma idéia ou um ato falho, pois é muito difícil dizer que existia um aldeamento enquanto tal em Palmas nessa época [1843], entendendo-se por aldeamento algo oficializado e dotado de missionário, administrador leigo e/ou garantia quanto aos terrenos”. LIMA, 2009, Op. Cit. (Cabe salientar que fizemos uso do termo “aldeamento” em razão de ter sido utilizado na documentação que pesquisamos). Em 1859 surgiu o aldeamento do Chagu que reuniria os índios de Guarapuava e Palmas, mas houve relutância dos indígenas de Palmas e por ser localizado próximo a grupos hostis acabou sendo extinto em 1862. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial 1853-1870*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007, p. p. 17,18.

³⁵ Foi vice-presidente da Província do Paraná entre 27 de julho de 1855 a 01 de março de 1856. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Relação dos Presidentes da Província do Paraná (1853-1889)*. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43>. Acesso em: 12 abril 2009.

³⁶ No relatório a descrição do aldeamento é contraditória. Primeiro descreve as atividades desenvolvidas pelos índios do aldeamento, em seguida afirma que o “passatempo” dos indígenas consistia em jogo de cartas resultado da ociosidade e da falta de trabalho a que eram condenados. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Relatório do Vice-Presidente da Província 1856 - a*. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1856_a_v.pdf. Acesso em: 12 abr. 2009, p. p. 54-55.

³⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Relatório do Henrique de Beaurepaire Rohan, tenente-coronel d’engenheiros a Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente da Província do Paraná*. IN: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província 1855*. Op. Cit. p. p. 119-144.

é, para usufructo dos pobres, aquella parte, que por sua péssima qualidade, não podia convir aos homens abastados. A questão de equidistância é apenas um pretexto que não póde illudir senão áquelle que não teve occasião de observar, por si mesmo, as conveniências da população de Palmas³⁸.

Relatava que pelo lado topográfico não havia “uma paisagem mais triste”, cercada de colinas, tendo “ao sul um banhado que a separa da aldêa de Viri”, “ao norte um itaimbé por onde se precipita de consideravel altura o córrego da Cachoeira que fica ao Oeste”, que seria por si a razão de remover a povoação para outra localidade pelo perigo que as famílias corriam. O local era composto por “vinte choupanas”, quase todas abandonadas e em ruínas, a Igreja, que se encontrava do lado oposto do rio da Cachoeira, era um “edifício indigno do culto” e a população era de 28 pessoas, conforme suas contas. Pelo lado socioeconômico, afirmava que era “a povoação de Palmas um verdadeiro refugio”, os péssimos campos e matos que compunham o seu rocio não eram aproveitáveis para os gêneros de primeira necessidade (feijão e farinha de milho) e “a industria rural, única que lhe poderia aproveitar” estava em completa inércia³⁹.

O Relatório de Rohan ressalta o caráter rural de Palmas, com um pequeno número de pessoas vivendo no núcleo urbano. Outra questão por ele salientada foi a condição precária da população pobre e indígena, destituída do direito de posse das terras mais produtivas. Muito provavelmente a população pobre de Palmas estava constituída por trabalhadores livres e libertos, talvez fossem os antigos escravos e os contratados pelos pioneiros na expedição de ocupação dos Campos de Palmas. Poderiam também compor essa população pobre, migrantes que buscavam se estabelecer no povoado com a esperança de conseguir seu pedaço de terra.

Em 1855, por lei provincial, a capela curada do Senhor Bom Jesus de Palmas foi elevada à categoria de freguesia. Entre outras prerrogativas, a lei determinava que devesse ser escolhido um lugar próximo à estrada das Missões para assentar o rocio da freguesia, a fim de “acabar com a incerteza de semelhante local”. Em 1859, para escolha da melhor localização, nomearam uma comissão composta pelo juiz de direito de Guarapuava, o vigário da freguesia e da vila e o presidente da câmara municipal⁴⁰.

³⁸ Op. Cit. p. p. 133-134.

³⁹ Op. Cit. Todos esses fatores justificariam a remoção do povoado para um lugar que facilitasse o acesso das tropas e para o seu desenvolvimento. Surgiram nos anos posteriores sugestões dos engenheiros contratados pelo governo, a respeito do melhor lugar a ser fundado o novo povoado. As divergências entre os engenheiros em relação a melhor localização gerou em Palmas, a deterioração das habitações: segundo o vigário a população não queria fazer despesas em um lugar que não iriam se estabelecer. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província 1858*. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1858_p.pdf. Acesso em: 12 abril 2009, p. 62.

⁴⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província 1860*. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1860_p.pdf. Acesso em: 12 abril 2009, p. p. 6-7.

Para encurtar a distância entre Guarapuava, a Estrada das Missões desviava a localidade de Palmas cerca de 37 quilômetros, e os negociantes e tropeiros que ali entravam para descanso e abastecimento acrescentavam mais 70 quilômetros no seu percurso, o que fez com que alguns apoiassem a mudança da sede do povoado. Entretanto, a posição central da vila favorecia os fazendeiros, o que ocasionou a disputa entre os interesses dos tropeiros e negociantes com os interesses dos criadores de gado⁴¹.

A fim de resolver a situação, alguns habitantes tomaram a iniciativa de comprar parte de campos e matos no Chopim, em Boa Vista, formando uma povoação à margem da estrada das Missões, de onde se originou a atual Clevelândia⁴².

Segundo Adilson Miranda Mendes, devido às dificuldades de acesso pelas estradas a outras regiões, a maior parte dos fazendeiros palmenses negociava seus animais em Guarapuava e nos Campos Gerais, mas os preços obtidos não satisfaziam as despesas de criação, tornando a situação mais favorável aos comerciantes de Guarapuava do que aos criadores de Palmas, gerando entraves ao desenvolvimento do local. Para esse autor, a indefinição quanto à localização da povoação inibiu os investimentos públicos e privados, o que dificultou o crescimento do núcleo urbano, “relegando a economia da região a um papel de economia periférica e complementar às economias dos Campos Gerais, Guarapuava e Curitiba”⁴³.

A atividade econômica voltada à invernagem e a criação de gado crescia, mesmo sendo prejudicada pela dificuldade de acesso pelas estradas, que ocasionava além do enfraquecimento do gado, o aumento dos preços do sal⁴⁴. Em 1851 nas fazendas encontravam-se aproximadamente 36.000 animais (cavalos, bestas e gado vacum), marcando boas cifras de reprodução anual⁴⁵.

A população de Palmas cresceu durante o período de 1854-1890, sendo que em 1854 era de 734 habitantes e trinta e seis anos depois atingiu um total de 7.068. Em 1859, era constituída por três casas de negócios, 44 sítios de lavoura e 38 fazendas de criar⁴⁶. Em 1872 tinha aproximadamente 440 casas de morada, alcançou o total de aproximadamente 3.301 habitantes, sendo que a população cativa era de 273⁴⁷.

⁴¹ WACHOWICZ, 1985, Op. Cit. p. p. 53-54.

⁴² WACHOWICZ, 1985, Op. Cit. p. p. 56-57.

⁴³ MENDES, Adilson Miranda. *Origem e composição das fortunas na sociedade tradicional paranaense: Palmas – 1859 – 1903*. Dissertação de Mestrado, Curitiba: UFPR, 1989, p. p. 109, 269.

⁴⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província 1860*. Op. Cit. p. p. 71-72.

⁴⁵ SANTOS, 2005, Op. Cit. p. p. 64.

⁴⁶ SANTOS, Eucléia Gonçalves. “*Em Cima da Mula, debaixo de Deus, na frente do Inferno*”: Os Missionários Franciscanos no Sudoeste do Paraná (1903-1936). Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2005, p. p. 65.

⁴⁷ O Recenseamento para a Paróquia do Senhor Bom Jesus marca números diferentes, quando trata da população por sexo apresenta um total de 3028 habitantes, para a condição jurídica (livre ou escravo) apresenta um total de 3301. IBGE. Recenseamento Geral do Brasil 1872 – Império do Brazil. Disponível em:

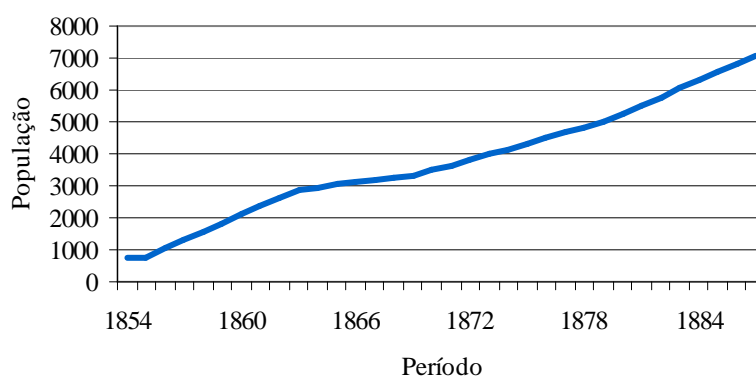
Tabela 1. População de Palmas (1854-1890)

Período					
1854	1858	1866	1872	1882	1890
734	777	2901	3301	5000*	7068

Fonte: Recenseamento de 1854, 1858, 1866, 1882. IN: RIESEMBERG, 1973. (Apud, MENDES, 1989, p.110). Recenseamento de 1872. IN: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil 1872 – Império do Brasil.

* Dados aproximados apresentados pela Câmara Municipal de Palmas, em resposta a circular do presidente da Província, Carlos A. Carvalho, em 05 de outubro de 1882. (MENDES, 1989, p. 110)

Gráfico 1. População de Palmas (1854-1890)



O distrito de Palmas estava subordinado administrativamente a Guarapuava, para esse local Fernando Franco Netto constatou um crescimento permanente da população nos primeiros decênios de sua ocupação e inferiu que isso se devia às especificidades de área de nova fronteira, que acarretava em um deslocamento expressivo de indivíduos para Guarapuava⁴⁸. Essas considerações podem ser aplicadas à fase de ocupação dos Campos de Palmas, o que explicaria o aumento populacional no local durante o período estudado. Eis o contexto em que se formaram as propriedades com escravos em Palmas.

1.2 AS PROPRIEDADES ESCRAVISTAS DE PALMAS

As propriedades escravistas de Palmas foram inventariadas ao longo dos anos de 1859 a 1888, para esse período encontramos 36 inventários de senhores de escravos com uma

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20 Geral%20do%20Brasil%201872%20-%20Imp%C3%A9rio%20do%20Brasil&link=Imp%C3%A9rio%20do%20Brasil#](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20-%20Imp%C3%A9rio%20do%20Brasil&link=Imp%C3%A9rio%20do%20Brasil#) Acesso em: 12 dez. 2009, p. 98.

⁴⁸ FRANCO NETTO, 2005, Op. Cit. p. 37.

média de 1,2 por ano⁴⁹. Nessa fonte eram arrolados todos os bens do inventariado, inclusive os escravos; sobre eles, além do valor, era identificado o nome, sexo, estado civil, idade e serviços que desempenhavam. Mediante esses dados levantamos o perfil das propriedades escravistas, avaliando a importância dos bens escravos na composição das fortunas de seus senhores, bem como as características da população cativa do local observando se seus traços possibilitaram a formação de famílias.

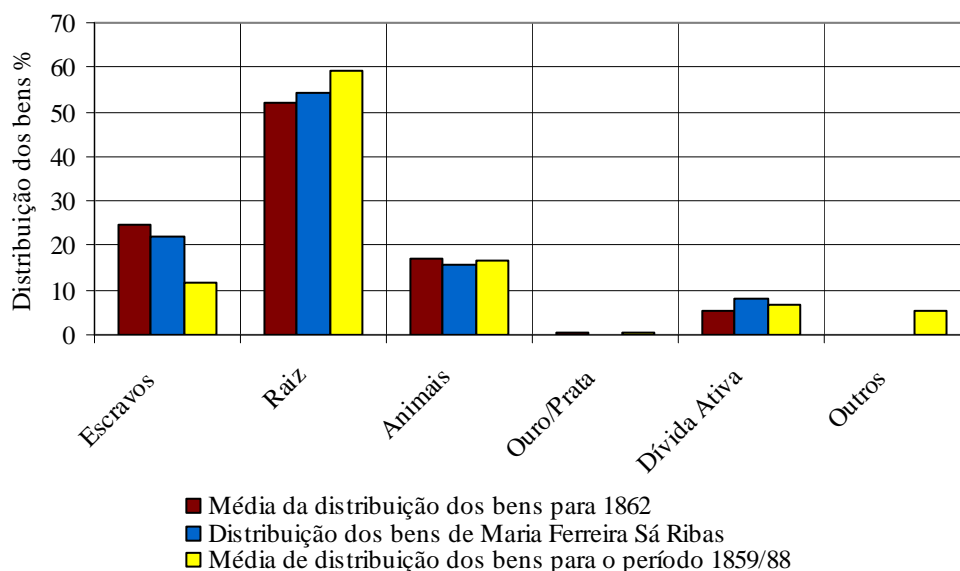
Considerando o número de escravos presentes no plantel, classificamos as propriedades em faixas de tamanho dividindo as propriedades em pequenas (1 a 4 escravos) médias (5 a 9) e grande (10 a 21 cativos). Também demarcamos três períodos distintos: o primeiro (1859/69) abrange o período de formação das fazendas, o segundo (1871/81) corresponde aos anos que seguiram a Lei do Ventre Livre e o terceiro (1882/88) se refere aos últimos anos que vigorou o escravismo no Brasil. Essa periodização objetiva demonstrar as mudanças que ocorreram nas propriedades tendo em vista a conjuntura de transformações que se processavam nos âmbitos regional e nacional.

Nessa fonte encontramos 244 cativos registrados, entre eles nove receberam a liberdade sendo que dois teriam de cumprir mais três anos de trabalhos. A média de escravos foi de 6,8 por propriedade, e nelas o número de cativos variava entre 1 e 21. Os inventários nos fornecem indícios de como poderia ter se dado a dinâmica das propriedades escravistas em Palmas ao longo do tempo e da vida dos proprietários.

Dentre os inventários, temos o de Maria Ferreira Sá Ribas, feito em 1861. Essa senhora era casada com Joaquim Manoel de Oliveira Ribas e possuía bens avaliados em 93:218\$500 (93 contos 218 mil e 500 réis); era a quinta maior fortuna de Palmas registrada em inventários de senhores de escravos. Maria Sá Ribas possuía dezoito cativos, o terceiro maior plantel registrado, quase três vezes a média de posse cativa em Palmas.

⁴⁹ Para os anos de 1860-1861, 1863, 1866-1867, 1870, 1873, 1877-1878 e 1884-1885 não encontramos inventários de senhores ou senhoras de escravos. Após a abolição (13 maio de 1888) não contabilizamos mais inventários para 1888. Os Autos Cíveis de Inventários dos Bens encontram-se no Cartório do Cível e Comércio de Palmas-PR, junto ao Fórum de Palmas. Dessas fontes tivemos acesso às Relações de inventários e testamentos e cópias dos manuscritos, disponíveis no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica do Centro Universitário de Palmas-PR (NDPH). As relações são folhas padronizadas onde constam dados do inventariado (estado civil, idade, etc.) e de seus bens. Essas Relações foram feitas por Adilson Miranda Mendes e reúnem informações dos Inventários e dos Testamentos (Exemplar disponível em Anexos).

Gráfico 2. Comparação das médias de distribuição dos bens para 1862, para o período de 1859-1888 e para os bens de Maria Ferreira Sá Ribas em %



A composição da fortuna de Maria Sá Ribas apresentou algumas similaridades e diferenças com relação aos percentuais para todos os escravistas de Palmas, entretanto seus bens escravos assumiam uma posição mais expressiva na constituição de sua riqueza. Na avaliação de seu patrimônio os escravos equivaliam a 21,9% de sua fortuna, sendo que a maior parte era em bens de raiz atingindo 54,2%, 15,5% eram em semoventes animais. No período de 1859 a 1888 para todas as propriedades, os bens de maior expressão foram, da mesma forma, os de raiz com um percentual de quase 60%, os animais compunham 16,6% e os escravos alcançavam 11,5% das fortunas (Gráfico 2). Entendemos que a maior representatividade dos bens escravos na formação da fortuna de Maria Sá Ribas, se relacionado à média geral, não se deve apenas pelo número expressivo de escravos que essa senhora possuía, mas também a tendência para o ano que seu inventário foi produzido.

Em 1862 identificamos similaridades na expressão que os bens assumiram na composição das fortunas das senhoras sobre as quais foi produzido inventário. Para esse ano encontramos também os inventários de Maria Ferreira dos Passos e Maria Ferreira de Jesus. Dos bens de Maria dos Passos, os cativos compunham quase 30% da sua riqueza e os de raiz pouco menos de 50%. Da fortuna de Maria de Jesus, os bens semoventes escravos compunham 30% e os bens de raiz quase 45% de sua riqueza. A tendência para esse ano era de 24,9% da composição das heranças em bens escravos, 51,9% em bens de raiz e 17,1% em animais (Ver: Gráfico 2). Assim sendo, a composição da fortuna de Maria Ferreira de Sá Ribas teve corres-

pondência com a tendência para o ano de 1862, com diferenças significativas dos bens escravos se relacionados a todo o período estudado.

A representatividade dos bens na composição das fortunas teve variações ao longo dos anos, relacionadas ao tamanho das posses e ao contexto em que o inventário foi produzido. Dos inventários estudados, a metade era constituída de proprietários de 1 a 4 escravos, quase 20%, de 5 a 9 e pouco mais de 30% possuía de 10 a 21 cativos e concentravam 64,7% do total de escravos. Então os escravistas de Palmas em sua maior parte eram pequenos proprietários de escravos e concentravam 15,2% dos escravos inventariados (ver: Tabela 4, Gráficos 7 e Gráfico 8). Ressaltamos que os percentuais alcançados pelo ativo escravo na composição dos bens ao longo dos anos não estava diretamente relacionado com o tamanho dos plantéis, mas sim com a conjuntura escravista em que foram produzidos.

Tabela 2. Distribuição da riqueza nos plantéis em % – Palmas (1859-1888)

N. de escravos nas propriedades	Descrição dos Bens	Períodos			Total
		1859/69	1871/81	1882/88	1859-1888
		%	%	%	%
1 a 4	Escravos	10,4	12,5	10,6	11,9
	Raiz	44,5	35,6	53,8	50,6
	Animais	25,5	19,6	34,8	22,4
	Ouro/Prata	0,5	0,3	0,4	0,3
	Dívida Ativa	18,8	10,6	-	9,4
	Outros	0,3	21,4	0,4	5,4
5 a 9	Escravos	22,7	7,3	5,3	9
	Raiz	51,8	76,2	47,3	59,9
	Animais	16,5	11	22	16,6
	Ouro/Prata	4,5	0,1	-	0,7
	Dívida Ativa	2,9	3,4	-	1,9
	Outros	1,6	2	25,4	11,9
10 a 21	Escravos	15,4	14,2	6,5	11,7
	Raiz	52,6	70,4	74,5	65,5
	Animais	15,5	11,9	15,5	14,6
	Ouro/Prata	0,4	0,1	0,1	0,2
	Dívida Ativa	16	3,2	3,1	7,8
	Outros	0,1	0,2	0,3	0,2

Fonte: Relação de Inventários de Bens e Testamentos de Palmas (1859-1903), s/a. Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Palmas (NDPH-UNICS).

Na composição das fortunas dos escravistas palmenses, os bens de raiz corresponderam à maior parte do capital, seguido em representatividade pelos bens animais e escravos. Ao longo do tempo os ativos animais foram assumindo maior importância em capital que os

escravos. Nesse sentido, ao passo que o ativo escravo declinava, os bens animais tomavam sua posição nas fortunas dos senhores (Tabela 2.).

Ao verificar os percentuais alcançados pelos ativos animais e escravos na composição do patrimônio por faixa de tamanho e nos três períodos, constatamos dinâmicas diferentes nas pequenas, médias e grandes escravarias de Palmas. Comparando os bens escravos e os animais na composição do patrimônio, observamos que, em todos os períodos, nas pequenas propriedades os animais superaram os escravos na distribuição da riqueza (Gráfico 3). As médias escravarias se caracterizaram no primeiro período por maior riqueza em bens escravos que em semoventes animais, no segundo período os animais superaram os escravos e no terceiro período o crescimento dos bens em animais foi ainda maior e os bens escravos continuaram a cair (Gráfico 4). Nas grandes propriedades escravistas, no primeiro período, os bens escravos e os animais foram equilibrados, no segundo período os bens escravos superaram os animais e no terceiro período o quadro se inverteu, os bens semoventes animais compuseram 15,5% e os escravos, 6,5% das fortunas (Gráfico 5).

Gráfico 3. Distribuição de bens em propriedade de 1 a 4 escravos - Palmas (1859-1888)

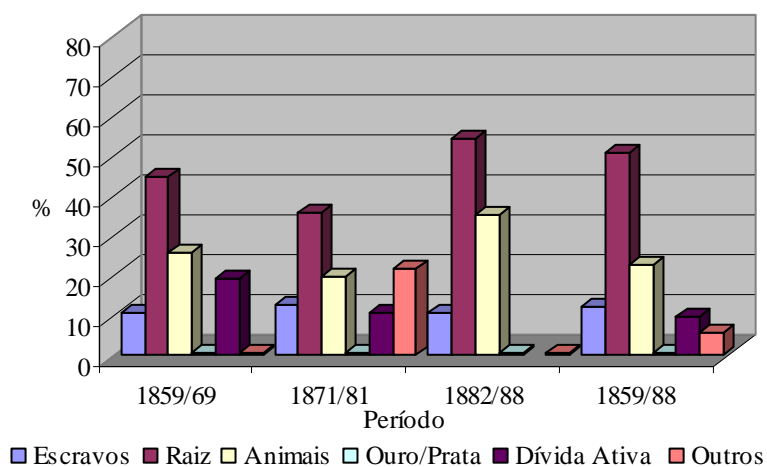


Gráfico 4. Distribuição de bens em propriedades de 5 a 9 escravos - Palmas (1859-1888)

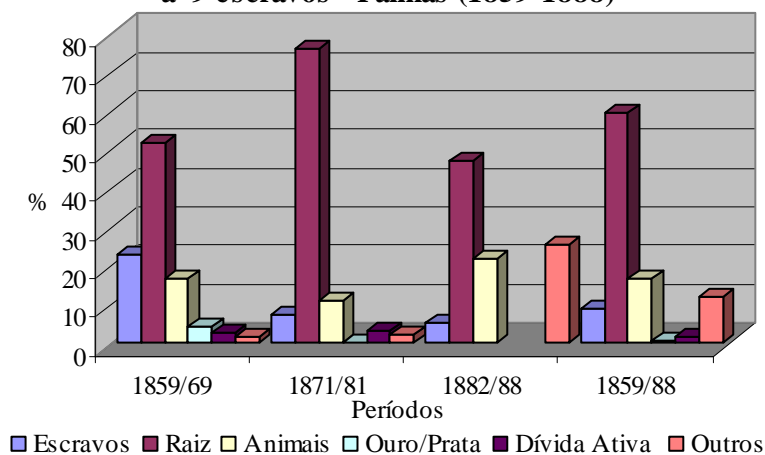


Gráfico 5. Distribuição de bens em propriedades de 10 a 21 escravos - Palmas (1859-1888)

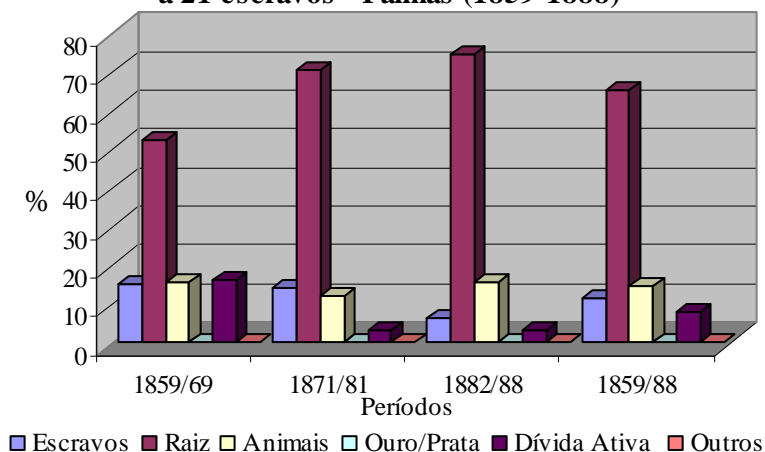
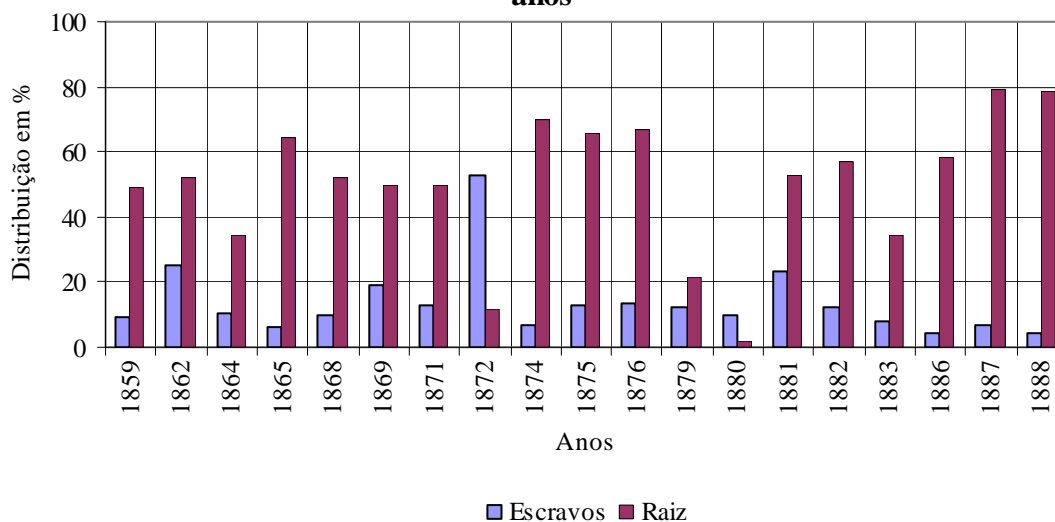


Gráfico 6. Distribuição em % dos Bens de Raiz e Escravos por anos



Com relação aos bens de raiz, constatamos que, em praticamente todos os inventários, corresponderam a maior expressão das fortunas. Como salientamos anteriormente, durante as primeiras décadas do século XIX os territórios que correspondem ao atual estado do Paraná constituíam-se em terras livres à disposição, daí a razão da defasagem dos preços da terra se comparados a períodos posteriores, quando as fronteiras já tinham sido alcançadas. Por exemplo em Castro, Bruna Marina Portela analisando trinta e quatro inventários produzidos nas três primeiras décadas do século XIX, constatou que na composição dos bens os escravos foram os bens de maior valor, representando 53% do total. Em 35% eram os animais e apenas 9% dos inventários eram os bens de raiz⁵⁰. Em Palmas, para todo o período estudado (1859-1888), verificamos que os bens de raiz superaram os bens escravos; apenas nos anos de 1872 e 1880⁵¹ os escravos estão com maior expressão que os bens de raiz (Gráfico 6). O valor dos bens de raiz, para Castro, se relacionado ao período posterior em Palmas, com grandes diferenças, pode estar relacionado com a fronteira aberta.

Outros fatores podem ter colaborado para a valorização da terra em Palmas, se comparado a Castro, foram eles a Lei de Terras de 1850 e o próprio contexto escravista. A terra, a partir da referida lei, só poderia ser obtida por compra, o que deve ter contribuído para a valorização dos bens de raiz. E com o desaparecimento do ativo escravo no contexto das fortunas também ocorreu um deslocamento do capital antes aplicado em escravos para os ativos animais e bens de raiz⁵². Dessa forma, a partir do último quartel do século XIX, a terra pouco a pouco iria substituir o escravo como equivalente de capital⁵³.

A decadência do sistema escravista favoreceu a substituição da mão de obra cativa para a livre e, em consequência, a desvalorização do escravo. Nesse contexto marcado pelas leis emancipacionistas, o preço dos cativos sofreu uma queda gradual na avaliação nos inventários de Palmas ao longo dos períodos (Tabela 3) o que, entretanto, não teve relação com o preço dos cativos nas negociações, como veremos no próximo capítulo.

Observando a Tabela 3 constata-se que no primeiro período tanto o homem cativo quanto a mulher escrava tinham uma média de preços semelhante, nos períodos posteriores a tendência foi de queda de forma geral⁵⁴. Do primeiro ao último período o preço dos cativos sofreu uma dedução de aproximadamente 40% para as mulheres e de mais de 55% para os escravos. Esse decréscimo no valor dos escravos nos fornece indícios de que esse ativo perdeu

⁵⁰ PORTELA, Bruna Marina. *Caminhos do Cativo: a configuração de uma comunidade Escrava* (Castro, São Paulo, 1800-1830). Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2007, p. 15.

⁵¹ Para esses anos encontramos dois inventários de proprietários de escravos, ambos de comerciantes.

⁵² MENDES, 1989, Op. Cit. p. 253.

⁵³ CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 123.

⁵⁴ A mesma relação se evidenciou com relação às funções desempenhadas (Tabela 3)

expressão na composição das fortunas, o que se evidenciou na avaliação dos bens em inventários.

Tabela 3. Valor médio dos cativos avaliados nos Inventários de Bens dos plantéis de Palmas (1859-1888)

Função	1859-1869				1871-1881				1882-1888			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	#	Valor médio	#	Valor médio	#	Valor médio	#	Valor médio	#	Valor médio	#	Valor médio
Campeiro	3	1:533\$333	-	-	14	982\$143	-	-	18	694\$166	-	-
Roceiro	-	-	-	-	3	633\$333	-	-	5	770\$000	-	-
Domador	-	-	-	-	2	1:050\$000	-	-	-	-	-	-
Sapateiro	-	-	-	-	1	800\$000	-	-	-	-	-	-
Lenheiro	-	-	-	-	1	1:000\$000	-	-	-	-	-	-
Lavrador	-	-	-	-	2	500\$000	-	-	1	400\$000	-	-
Sem função	14	1:171\$428	15	1:186\$666	3	866\$666	-	-	5	680\$000	2	500\$000
Cozinheira	-	-	2	1:500\$000	-	-	12	737\$500	-	-	8	430\$156
Costureira	-	-	-	-	-	-	7	880\$000	-	-	6	585\$833
Lavadeira	-	-	-	-	-	-	2	675\$000	-	-	-	-
Doméstica	-	-	-	-	-	-	3	883\$333	-	-	6	533\$333

1859-1869				1871-1881				1882-1888			
Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher	
#	Valor médio	#	Valor médio	#	Valor médio	#	Valor médio	#	Valor médio	#	Valor médio
17	1:235\$300	17	1:223\$530	26	890\$400	27	739\$260	29	694\$656	24	498\$177

Fonte: Relação de Inventários de Bens e Testamentos de Palmas (1859-1903), s/a. Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Palmas (NDPH-UNICS).

*Contamos apenas com os cativos entre 15 a 40 anos de idade.

A média de escravos de 6,8 para os anos de 1859 a 1888 foi nos três períodos de 7,9 (1859/69), 5,9 (1871/81) e de 7,4 (1882/88) (Tabela 4). Nas pequenas propriedades foi de 2,1 escravos, nos médios plantéis era de 7 cativos e para as grandes propriedades foi de 14,4.

O comportamento das propriedades de Palmas era semelhante a de outros locais da região. Analisando inventários produzidos em Guarapuava, Fernando Franco Netto verificou que as propriedades do local, em sua maioria, eram pequenas escravarias (1 a 4 cativos), seguida pelas médias (5 a 9) e grandes (10 ou mais escravos)⁵⁵, em Palmas também verificamos o maior número de pequenos plantéis.

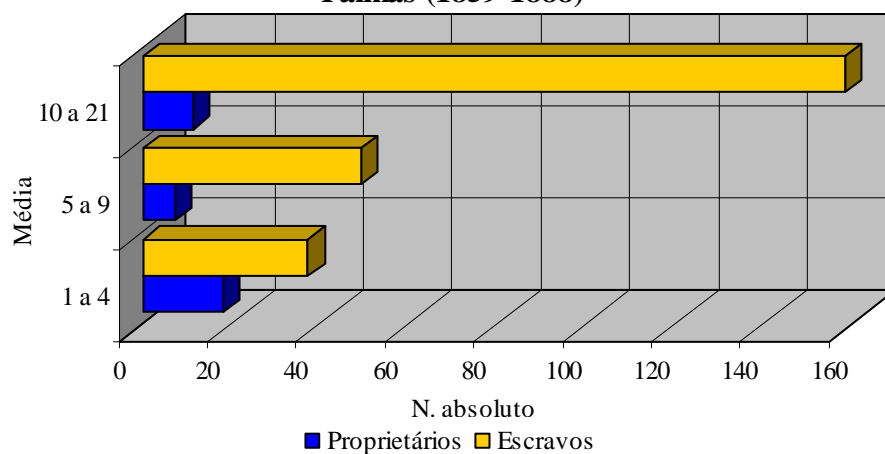
⁵⁵ FRANCO NETTO, 2005, Op. Cit. p. p. 249-259.

Tabela 4. Distribuição de proprietários e seus escravos nos plantéis – Palmas (1859-1888)

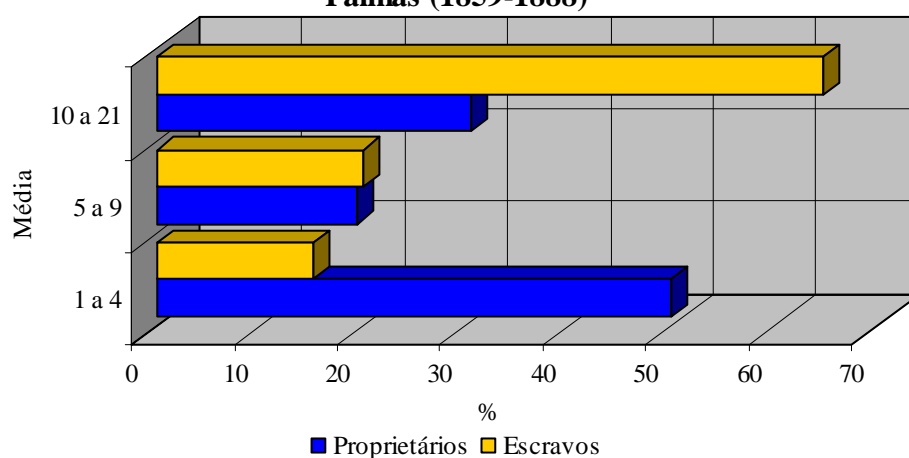
N. de escravos nas propriedades		Período						Total	
		1859/69		1871/81		1882/88		1859-1888	
		#	%	#	%	#	%	#	%
1 a 4	Proprietários	4	40	12	66,7	2	25	18	50
	Escravos	7	8,9	26	24,5	4	6,8	37	15,2
	Média de escravos	1,8	-	2,2	-	2	-	2,1	-
5 a 9	Proprietários	3	30	1	5,5	3	37,5	7	19,4
	Escravos	22	27,8	8	7,6	19	32,2	49	20,1
	Média de escravos	7,3	-	8	-	6,3	-	7	-
10 a 21	Proprietários	3	30	5	27,8	3	37,5	11	30,6
	Escravos	50	63,3	72	67,9	36	61	158	64,7
	Média de escravos	16,7	-	14,4	-	12	-	14,4	-
Total	Proprietários	10	100	18	100	8	100	36	100
	Escravos	79	100	106	100	59	100	244	100
	Média de escravos	7,9	-	5,9	-	7,4	-	6,8	-

Fonte: Relação de Inventários de Bens e Testamentos de Palmas (1859-1903), s/a. Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Palmas (NDPH-UNICS).

Gráfico 7. Concentração de escravos por proprietários Palmas (1859-1888)



**Gráfico 8. Concentração de escravos por proprietários (%)
Palmas (1859-1888)**



Constatamos a mesma relação com outras regiões do país. Em período correspondente Marcia Vasconcellos constatou para Angra dos Reis, no litoral sul fluminense, uma relativa concentração da posse cativa. Região portuária e de escoamento da produção, Angra esteve voltada à agricultura e a pesca e também a atividade comercial. No período de 1849 a 1888 se caracterizou pela maior presença de pequenas propriedades escravistas, que concentraram poucos escravos. As faixas de propriedades de 1 a 5, de 6 a 10, de 11 a 20 e de 21 ou mais concentraram respectivamente 11,6%, 11,7%, 17% e 59,7% dos escravos encontrados⁵⁶.

No contexto de Araxá em Minas Gerais, local caracterizado durante o oitocentos pela atividade pecuária e de subsistência, Déborah Reis constatou que nos anos de 1846 a 1848 a maior parte dos senhores possuíam de 1 a 5 cativos e concentravam pouco mais de 20% dos escravos, as propriedades com mais de 20 escravos, entretanto, concentraram quase 40% dos escravos. O índice de Gini, que mede a concentração da propriedade cativa, ficou em 0,470, caracterizando a dispersão da posse cativa para o local⁵⁷.

As escravarias de Palmas também apresentaram semelhanças com Mariana em Minas Gerais. Durante o século XIX Mariana apresentou uma diversidade de atividades produtivas no período, e mesmo possuindo evidências de comercializar seus produtos com o mercado interprovincial, estava voltada à subsistência. Para esse local, Heloisa Teixeira constatou que durante os anos de 1850 a 1888 a grande maioria das propriedades escravistas eram de peque-

⁵⁶ VASCONCELLOS, Marcia Cristina Roma de. *Famílias escravas em Angra dos Reis*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2006, p. p. 74-100.

⁵⁷ REIS, Déborah Oliveira Martins dos. *Estrutura da posse de escravos nas atividades de subsistência de Araxá (MG), 1776-1848*. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_525.pdf. Acesso em: 12 jan. 2009, p. 6.

no porte, mas a maior parte dos escravos estavam nas grandes propriedades. Os plantéis de 1 a 5 correspondia a metade das propriedades, mas concentravam apenas 13,7% dos cativos⁵⁸.

Tabela 5. Distribuição de proprietários e seus escravos conforme o tamanho do plantel: Angra dos Reis, Araxá, Mariana e Palmas.

N. de escravos nas propriedades	Angra dos Reis 1849-1888				Araxá 1846-1848				Mariana 1850-1888			
	Propriedades		Escravos		Propriedades		Escravos		Propriedades		Escravos	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1 a 5	77	55	315	11,6	16	55,2	51	22,9	199	50,6	520	13,7
6 a 10	23	16,4	318	11,7	8	27,6	61	27,4	84	21,4	644	17
11 a 20	19	13,6	461	17	2	6,9	27	12	68	17,3	984	25,9
+ de 20	21	15	1624	59,7	3	10,3	84	37,7	42	10,7	1647	43,4
	140	100	2718	100	29	100	223	100	393	100	3795	100

N. de escravos nas propriedades	Palmas 1859-1869				1871-1881				1882-1888			
	Propriedades		Escravos		Propriedades		Escravos		Propriedades		Escravos	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1 a 4	4	40	7	8,9	12	66,7	26	24,5	2	25	4	6,8
5 a 9	3	30	22	27,8	1	5,5	8	7,6	3	37,5	19	32,2
10 a 21	3	30	50	63,3	5	27,8	72	67,9	3	37,5	36	61
	10	100	79	100	18	100	106	100	8	100	59	100

Distribuição para todo o período: Palmas (1859-1888)												
1859-1888	1 a 4				5 a 9				10 a 21			
	Propriedades		Escravos		Propriedades		Escravos		Propriedades		Escravos	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
	18	50	37	15,2	7	19,4	49	20,1	11	30,6	158	64,7

Fonte: Para Angra dos Reis consultar VASCONCELLOS, Marcia Cristina Roma de. *Famílias escravas em Angra dos Reis*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2006, p. 74-100. Sobre Araxá: REIS, Déborah Oliveira Martins dos. *Estrutura da posse de escravos nas atividades de subsistência de Araxá (MG)*, 1776-1848. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_525.pdf. Acesso em: 12 jan. 2009, p. 6. Para Mariana: TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2001, p. 59,74. Para Palmas: Relação de Inventários de Bens e Testamentos de Palmas (1859-1903), s/a. Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Palmas (NDPH-UNICS).

Com algumas variações em relação ao número de escravos nas grandes propriedades destes locais (em Guarapuava, Angra dos Reis, Araxá e Mariana), Palmas possuiu semelhanças quanto a maior presença de pequenos proprietários. Mesmo que a maior parte dos cativos estivesse em grandes propriedades em nível local (10 a 21 cativos), nenhum plantel ultrapassou o número de 21 cativos arrolados em inventários. Assim sendo, se compararmos com outras regiões caracterizadas por propriedades de pequeno porte, a posse escrava em Palmas era formada por escravistas que reuniram um número pouco expressivo de escravos (Tabela 5).

⁵⁸ TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2001, p. p. 59,74.

Levando em conta o total de inventários produzidos para todo o período (97) e o número de inventariados com posse cativa (36), ou seja, 37,1% dos inventariados possuíam cativos e 62,9% não tinham bens escravos, e mesmo o número de cativos encontrados nos inventários (244), nos fornecem indícios de que a posse cativa era um elemento de distinção e de reforço das hierarquias sociais. Cacilda Machado constatando para São José dos Pinhas uma retração da população cativa no final do XVIII e nas duas primeiras décadas do XIX, inferiu que “a hierarquização dos livres seria ainda mais marcante em áreas ou períodos em que os escravos formassem um grupo com pouca representatividade percentual”⁵⁹. Durante o século XIX, com as leis do Sexagenário e do Ventre Livre e a criação do Fundo de Emancipação, os senhores viam pouco a pouco seus plantéis se dissolverem, somente os mais abastados conseguiram manter seus bens escravos, nesse contexto ocorreu um afunilamento da classe senhorial.

Analisamos as variações durante os períodos e se o número de escravos nas propriedades seguiu um ritmo de decréscimo até o final do sistema escravista. Para isso, procurou-se observar a distribuição dos inventários de pequenos, médios e grandes escravistas nos anos: as propriedades de 1 a 4 escravos foram inventariadas nos anos de 1859, 1864, 1865, 1869, 1871, 1872, 1874, 1876, 1879, 1880, 1881, 1882, e 1883; as de 5 a 9 em 1862, 1869, 1876, 1883 e 1886; as de 10 a 21 em 1862, 1868, 1874, 1875, 1876, 1882, 1887 e 1888. Salienta-se que para esses anos, o total máximo de inventários encontrados para as faixas de tamanho corresponde a três (de pequenas propriedades escravistas nos anos de 1876 e 1881, em grandes propriedades para o ano de 1876). Assim sendo, não podemos afirmar com base nessas informações que as propriedades escravistas decresceram; mas, como o número de inventários para os quatro anos finais do sistema escravista corresponde ao total de quatro, também é inapropriado concluir que as propriedades com cativos em Palmas não sofreram o impacto da decadência do escravismo, como veremos.

⁵⁹ MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 49.

Gráfico 9. Distribuição de proprietários e escravos nos plantéis Palmas (1859-1888)

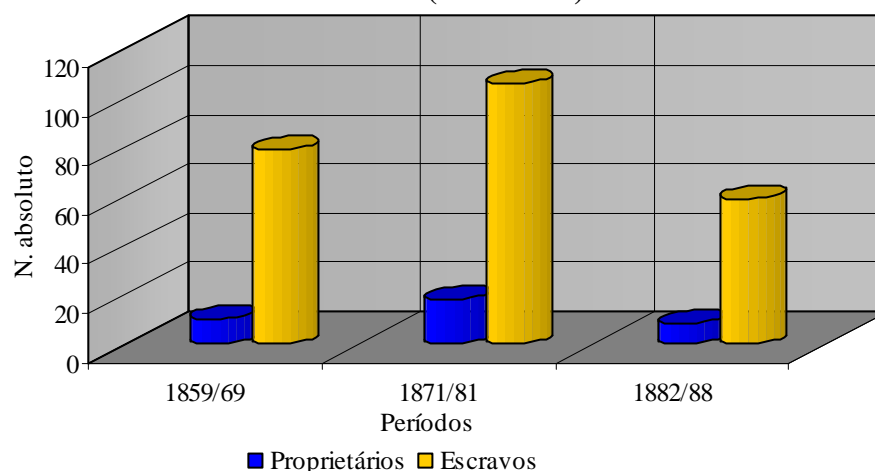
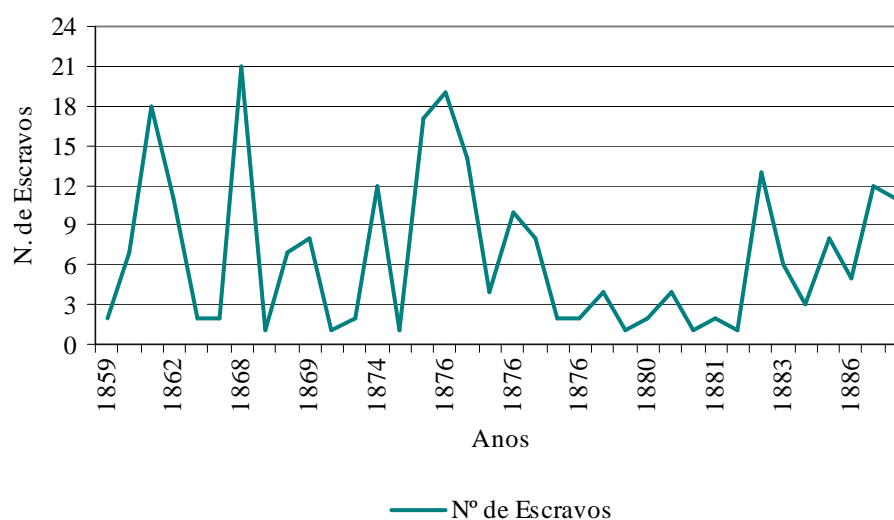


Gráfico 10. Número de escravos presentes nos inventários - Palmas (1859-1888)



Dos três períodos analisados 30% dos escravos foram inventariados no primeiro período, 43,4 no segundo e 24,2% no terceiro período (Gráfico 9). Distribuídos nos anos que foram produzidos constatamos a queda no número de escravos na década de 1880, salientamos, entretanto, que nos últimos anos houve um relativo aumento, que esteve relacionado com a produção de quatro inventários referentes a médios e grandes proprietários (Gráfico 10) que, no entanto, não atingiu os mesmos patamares de escravos arrolados nos anos correspondentes ao primeiro e segundo período.

Levando em conta a diminuição do número de escravos nos inventários para o último período, principalmente em relação às pequenas propriedades (foram encontrados apenas dois

inventários de pequenos escravistas, correspondendo a 25% do total para o período. Ver: Tabela 4), esse decréscimo pode estar vinculado à decadência do escravismo, que atingiu principalmente as pequenas propriedades com cativos, por isso, o menor número de inventários de indivíduos com 1 a 4 escravos. Também pode estar relacionado com as leis emancipacionistas e, mesmo, com o possível aumento de manumissões para esse período, nesse tipo de propriedades (1 a 4 escravos), o que analisaremos nos próximos capítulos.

1.2.1 Traços da população escrava

Voltando à escravaria de Maria Ferreira Sá Ribas, podemos investigar a dinâmica da propriedade para 1875. Treze anos após seu inventário, encontramos o de seu marido, Joaquim Manoel de Oliveira Ribas. Dos 18 escravos presentes no inventário de Maria Ferreira Sá Ribas, encontramos nove com nomes iguais e com faixas etárias indicando que podiam ser os mesmos desse inventário. Além desses nove escravos, foram arrolados mais oito cativos, somando 17. Dos cativos do inventário de Maria encontramos nove homens e nove mulheres, cujas idades corresponderam para os homens a uma média aritmética de 24,4 anos e variaram entre 10 a 40 anos e para as mulheres a média de 12,9 anos variando entre 5 até 26 anos⁶⁰. A disparidade nas faixas de idade entre homens e mulheres, entretanto, pode ser imputada ao maior número de crianças do sexo feminino na propriedade: das crianças entre zero e 10 anos de idade apenas uma era do sexo masculino contra seis do feminino, portanto as cativas do sexo feminino eram em sua maior parte crianças, com apenas três cativas adultas entre 19 a 26 anos.

No inventário de Joaquim, foram identificados onze homens e cinco mulheres cativos, as idades entre os homens foram de cinco a 50 anos, correspondendo a uma média de 18,7 anos⁶¹. Para as mulheres, a média de idade foi de 24,8 anos, a mais jovem tinha 16 anos e a mais velha 43. Constatamos também para este inventário, uma desproporção das médias em relação às idades de fato arroladas, isso ocorreu devido às variações das idades nos dois inventários, com um expressivo número de crianças (de até 10 anos), o que poderia estar apontando para o crescimento endógeno do plantel.

⁶⁰ Na média desconsideramos uma menina de 8 meses de idade, portanto corresponde a 8 cativas e não ao total (9) arrolado.

⁶¹ Não consideramos no total o escravo Antonio, identificado como sendo preto, cozinheiro do sexo feminino.

Para toda a região de Palmas a média de idade para os escravos foi de 23,1⁶², com variações de 1 a 80 anos de idade. Do total de cativos, 139 eram do sexo masculino e 105 do sexo feminino. Para os homens a média correspondeu a 23,7 anos; para as mulheres, foi de 23,1 anos para todo o período⁶³. Salientamos que o número reduzido de inventários produzidos ao longo dos anos impossibilita traçar com precisão as médias de idade das escravarias de Palmas. Procuramos, então, traçar as faixas de idade em períodos distintos, para uma amostragem mais apurada (Tabela 6).

Tabela 6. Faixa etária nas propriedades escravistas – Palmas (1859-1888)

Faixa de Idade	Sexo	N. de escravos nas propriedades												Total*	
		1 a 4				5 a 9				10 a 21					
		Fem.		Mas.		Fem.		Mas.		Fem.		Mas.		#	%
Períodos	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	
1 a 10	1859/69	-	-	-	-	3	15	7	27	8	12,3	7	7,8	25	10,5
	1871/81	3	17,6	2	10	1	5	2	7,8	7	11	11	12,1	26	10,9
	1882/88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 a 14	1859/69	-	-	1	5	-	-	1	3,8	1	1,5	5	5,6	8	3,4
	1871/81	1	5,9	3	15	-	-	-	-	2	3,1	7	7,8	13	5,5
	1882/88	-	-	-	-	1	5	-	-	2	3,1	-	-	3	1,3
15 a 20	1859/69	1	5,9	-	-	-	-	2	7,8	4	6,1	1	1,1	8	3,4
	1871/81	6	35,3	1	5	-	-	-	-	7	11	7	7,8	21	8,8
	1882/88	-	-	2	10	2	10	3	11,6	2	3,1	3	3,3	12	5
21 a 25	1859/69	-	-	2	10	4	20	-	-	2	3,1	4	4,5	12	5
	1871/81	-	-	3	15	-	-	-	-	3	4,6	4	4,5	10	4,2
	1882/88	-	-	1	5	-	-	1	3,8	6	9	2	2,2	10	4,2
26 a 30	1859/69	-	-	1	5	-	-	-	-	2	3,1	-	-	3	1,3
	1871/81	1	5,9	-	-	1	5	-	-	1	1,5	2	2,2	5	2,1
	1882/88	-	-	1	5	4	20	4	15,4	3	4,6	3	3,3	15	6,3
31 a 35	1859/69	-	-	1	5	-	-	1	3,8	1	1,5	4	4,5	7	2,9
	1871/81	1	5,9	-	-	-	-	1	3,8	1	1,5	4	4,5	7	2,9
	1882/88	-	-	-	-	2	10	1	3,8	1	1,5	5	5,6	9	3,8
36 a 40	1859/69	1	5,9	-	-	1	5	1	3,8	-	-	1	1,1	4	1,7
	1871/81	2	11,7	-	-	1	5	-	-	3	4,6	4	4,5	10	4,2
	1882/88	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3,1	3	3,3	5	2,1
41 a 45	1859/69	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,5	3	3,3	4	1,7
	1871/81	1	5,9	1	5	-	-	1	3,8	2	3,1	1	1,1	6	2,5
	1882/88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
46 a 50	1859/69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,1	1	0,4
	1871/81	-	-	1	5	-	-	-	-	-	-	3	3,3	4	1,7
	1882/88	-	-	-	-	-	-	1	3,8	1	1,5	1	1,1	3	1,3
51 a 55	1859/69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1871/81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,1	1	0,4
	1882/88	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,5	1	1,1	2	0,8
	1859/69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

⁶² Nessa média não contamos com as crianças de menos de 1 ano que corresponderam a 5, ou seja, a média se baseou nos 239 cativos com mais de um ano de idade.

⁶³ Da média de idade por sexo excluímos do total o escravo Antonio, de Joaquim Manoel de Oliveira Ribas, e cinco crianças com menos de um ano entre elas 2 eram do sexo masculino e 3 do sexo feminino.

56 a 60	1871/81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,1	1	0,4
	1882/88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+ de 60	1859/69	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3,1	1	1,1	3	1,3
	1871/81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1882/88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		17	100	20	100	20	100	26	100	65	100	90	100	238	100

	Sexo	1 a 4				5 a 9				10 a 21				1859/88	
		Fem.		Mas.		Fem.		Mas.		Fem.		Mas.		#	M I
		#	M I	#	M I	#	M I	#	M I	#	M I				
Média Idade**	1859/69	2	29	5	25,6	8	17,1	12	13	21	22	27	24,5	75	21,4
	1871/81	15	21,3	11	20,9	3	23,7	4	24	26	20,6	45	22,6	104	21,8
	1882/88	-	-	4	23,3	9	25,1	10	27	18	27	18	30,9	59	27,6
	1859/88	17	25,6	20	22,6	20	21,7	26	20,8	65	23	90	24,8	238	23,1

Fonte: Relação de Inventários de Bens e Testamentos de Palmas (1859-1903), s/a. Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Palmas (NDPH-UNICS).

M I= Média de Idade.

* Foram desconsiderados cinco casos de menores de um ano, três para as escravarias de 5 a 9 cativos, e dois para as de 10 a 21. Também foi retirado da contagem um escravo.

** Corresponde a uma média aritmética, obtida com a soma das idades dos cativos arrolados nos inventários, dividido pelo total de valores somados.

Nas pequenas propriedades escravistas, a média de idade para as mulheres cativas era de 25,6, e a maioria estava na faixa dos 15 a 40 anos, correspondendo a 70,6% das escravas registradas; e 75% dos homens estavam na faixa dos 11 aos 30 anos, com uma média de idade de 22,6 anos para todo o período (Ver Tabela 6). O total de escravos nessas propriedades foi de 37 (17 mulheres e 20 homens), apresentando idades entre 6 a 50 anos; as crianças com até seis anos corresponderam a sete (quatro meninas e três meninos)⁶⁴, ou seja, quase 20% dos cativos; encontramos apenas um escravo com mais de 46 anos de idade (inventário de 1872).

Nos médios plantéis, verificamos 46 cativos registrados (20 mulheres e 26 homens)⁶⁵. A maior parte das mulheres escravas estava na faixa dos 15 a 40 anos de idade, correspondendo a 75% das cativas, com uma média de 21,7 anos de idade. Dos homens, a metade encontrava-se na faixa dos 15 aos 35 anos, correspondendo à média de 20,8 anos de idade (Ver: Tabela 6). Para essas propriedades, encontramos 15 crianças (cinco meninas e dez meninos)⁶⁶ na faixa de 1 a 12 anos, correspondendo a significativos 32,6% do total de escravos; havendo cativos com mais de 40 anos de idade sendo que o mais velho tinha 46 (inventário de 1886).

⁶⁴ Não contamos com os dois ingênuos filhos de Ignácia, arrolados em inventário de Manoel Mendes de Almeida Sampaio em 1879.

⁶⁵ Deste total foram retirados 3 escravos com menos de 1 ano.

⁶⁶ Não consideramos os ingênuos Miguel e Maria, filhos de Benedicta, escrava de Dona Maria Candida de Sá e Oliveira Ribas, arrolados em inventário de 1886.

Para as grandes propriedades palmenses, identificamos um total de 155 escravos, dos quais 65 eram mulheres e 90 eram homens⁶⁷. Das mulheres, a média de idade para o período de 1859 a 1888 foi de 23 anos, com mais de 60% na faixa de 15 a 45 anos de idade. Os homens estavam em sua maioria na faixa dos 15 a 40 anos sendo que a média de idade foi de 24,8. Encontramos nestas propriedades 50 cativos com menos de 15 anos (20 meninas e 30 meninos). Ainda para o último período (1882-1888) foram registrados sete ingênuos⁶⁸ que não compuseram a soma total. Entre as mulheres quatro eram cativas com mais de 45 anos sendo que uma foi identificada como tendo 80 anos em 1862; dos homens encontramos 13 com mais de 40 anos de idade, sendo o mais velho com 80 anos registrado em 1862.

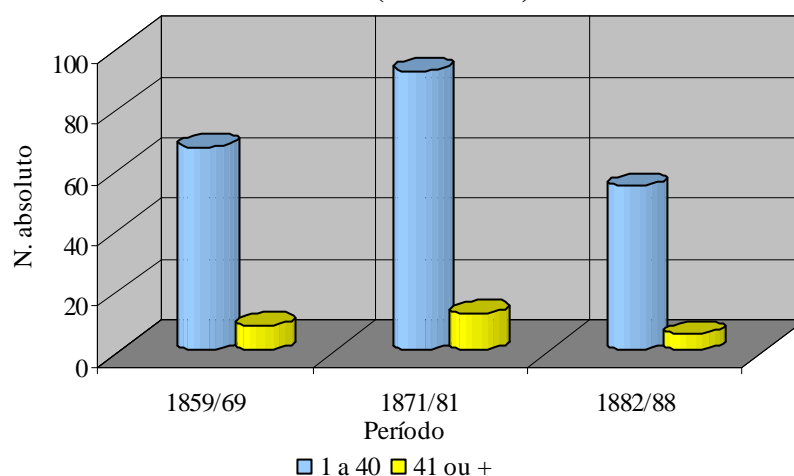
Como podemos observar, as variáveis em relação às faixas de idade eram determinadas pelo tamanho do plantel. Nas grandes propriedades os escravos foram identificados com faixas etárias mais diversificadas e o número de crianças foi significativamente superior do que nas médias e pequenas propriedades, apontando para um provável crescimento interno dos plantéis. Dos 75 cativos com menos de 15 anos para todo o período, 50 foram arroladas em propriedades com mais de 10 cativos, quinze nas médias escravarias e dez nas propriedades com até quatro escravos.

Os escravos de 15 a 40 anos de idade representaram quase 60% dos cativos registrados em inventários, e 61,6% (85) estavam nas grandes propriedades escravistas, 21% (29) nas médias e 17,4% (24) nas pequenas propriedades de Palmas. Assim sendo, as propriedades com mais de nove cativos concentraram a maior parte dos escravos com potencial para o trabalho compulsório e a reprodução. Efetivamente constatamos um número maior de crianças neste tipo de propriedade, representando 32,3% dos escravos presentes nos grandes plantéis, mas apesar de pouca diferença esse percentual foi menor que das médias propriedades (32,6%). De qualquer forma, com relação à faixa de idade, os médios e grandes plantéis apresentavam um número mais significativo de crianças escravas do que nas pequenas escravarias, o que nos fornece indícios das maiores possibilidades de reprodução interna nas propriedades de grande e médio porte do que nas de pequeno, o que analisaremos no próximo capítulo.

⁶⁷ Não consideramos dois cativos com menos de um ano.

⁶⁸ Designação atribuída aos filhos de escravas nascidas depois da Lei do Ventre Livre.

**Gráfico 11. Faixa de idade por períodos
Palmas (1859-1888)**



Em relação às faixas de idade por períodos, constatamos que, ao longo do tempo, os cativos registrados nos inventários permaneceram, em sua maioria, entre 1 a 40 anos. Para os três períodos, correspondeu, respectivamente, a 89,3% (1859/69), 88,5% (1871/81), 91,5% (1882/88) dos escravos com menos de 41 anos inventariados (Gráfico 11). Esses percentuais confirmam a predominância de cativos jovens e fornecem indícios da manutenção de escravos nas faixas de idade de maior possibilidade e disposição para o trabalho.

A região de Palmas apresentou similaridades quanto as idades dos cativos com as localidades mineiras de Mariana e Araxá. Em Mariana, Heloísa Teixeira constatou que a maior parte dos escravos arrolados em inventários para o período de 1850 a 1888, estava na faixa dos 15 a 44 anos de idade. As crianças e os ingênuos formavam um percentual de 30,5%, e a população cativa com mais de 44 anos ficou em 15,7% do total de escravos com idade identificada, sendo que 55,6% eram homens e 44,4% eram mulheres, com um índice de masculinidade de 125⁶⁹. Para Araxá, no período de 1846 a 1848, mais da metade da população cativa estava entre 15 a 44 anos de idade, 32,6% com menos de 15 anos, e 12,2% com mais de 44 anos. A razão de sexo nas propriedades com 1 a 5 cativos foi estimada em 130, e nas de 6 a 10 em 121,4. Portanto, Palmas apresentou semelhanças com essas duas localidades mineiras, caracterizadas por plantéis com cativos jovens.

Para Angra dos Reis a população escrava era, em sua maioria, formada por adultos. Analisando os percentuais, Marcia Cristina Roma Vasconcellos afirmou que mesmo sendo o perfil mais comum de escravos adultos avaliados em inventários de Angra, o aumento da par-

⁶⁹ TEIXEIRA, 2001, Op. Cit. p. 63.

ticipação de idosos, era resultado do envelhecimento dos trabalhadores, pois com o fim do tráfico de escravos os senhores passaram a contar principalmente com a reprodução interna⁷⁰.

Em Palmas, a população com mais de 40 anos tinha menor representatividade percentual compondo nos três períodos a 10,7% (1859/69), 11,5% (1871/1881) e 8,5% (1882/88) dos cativos, com valores percentuais pouco significativos, o que demonstra que os escravos de Palmas apresentaram um perfil jovem. Entretanto, observando a Tabela 5, constatamos um aumento ao longo dos períodos da população na faixa dos 26 aos 35 anos, e uma diminuição no último período dos cativos na faixa dos 11 aos 20 anos. Ressaltando que mesmo permanecendo jovem, os plantéis estavam progressivamente envelhecendo, tendência que se acentuaria ao passar dos anos tendo em vista que o fim do tráfico e a Lei do Ventre Livre impossibilitaram a reposição desse tipo de mão de obra. Os africanos identificados nos inventários corresponderam a apenas seis indivíduos, esse pequeno total deve-se principalmente à proibição da entrada de escravos africanos em 1850.

A fronteira também pode ter influenciado na configuração da população escrava de Palmas. Fernando Franco Netto constatou que no Período de 1828 a 1835 em Guarapuava, a especificidade da área de fronteira conferiu peculiaridades à população cativa desse local a diferenciando inclusive dos padrões demográficos para o Paraná, a população escrava da Província era caracterizada pelo equilíbrio entre os sexos e o crescimento endógeno.

Guarapuava, entretanto, foi marcada pelo crescimento devido à migração e pelo tráfico interno; nos anos precedentes se caracterizou não só por esses fatores, como também pela tendência de manutenção dos plantéis, pelo envelhecimento da população⁷¹. No caso de Palmas, os inventários nos possibilitam observar a configuração de algumas propriedades duas décadas após a chegada dos primeiros colonizadores, o que nos impede de realizar o mapeamento das faixas de idade e razões de sexo nos primeiros anos de ocupação dos escravistas que permitiria perceber o contexto de fronteira agindo na estrutura de posse cativa e sua dinâmica ao passar dos anos. Entretanto, identificamos para os primeiros anos em que foram feitos os inventários uma razão de sexo⁷² relativamente elevada, essa tendência pode estar ligada à especificidade de área de fronteira.

Os índices de masculinidade foram de 142, 136 e 119, respectivamente, para o primeiro, segundo e terceiro período. Para o primeiro período, verificamos ainda que estes índi-

⁷⁰ VASCONCELLOS, 2006, Op. Cit. p. 94.

⁷¹ FRANCO NETTO, 2005, Op. Cit. p. 158.

⁷² Consiste no cálculo do total de homens dividido pelo total de mulheres multiplicado por 100, o resultado deste cálculo corresponde à razão de sexo ou índice de masculinidade, ou seja, quantidade de mulheres para cada cem homens.

ces foram de 250 para as pequenas, 150 para as médias e 129 para as grandes propriedades escravistas de Palmas. Para o segundo período (1871/81), as grandes propriedades tiveram o maior índice, 173, seguido pelas médias com 133 e as pequenas com 73. No último período, para as propriedades com até 4 cativos, foram registrados somente escravos homens; as médias e grandes propriedades ficaram com índice de masculinidade em 111 e 100 (Tabela 7).

Tabela 7. Distribuição da população cativa segundo o sexo - Palmas (1859-1888)

Sexo	1 a 4				I M	5 a 9				I M	10 a 21				I M
	Fem.		Mas.			Fem.		Mas.			Fem.		Mas.		
Períodos	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	
1859/69	2	28,6	5	71,4	250	8	40	12	60	150	21	43,7	27	56,3	129
1871/81	15	57,7	11	42,3	73	3	42,9	4	57,1	133	26	36,6	45	63,4	173
1882/88	-	-	4	100	-	9	47,4	10	52,6	111	18	50	18	50	100
1859/88	17	45,9	20	54,1	118	20	43,5	26	56,5	130	65	41,9	90	58,1	138

1859/1888					
Sexo	Fem.		Mas.		I M
Períodos	#	%	#	%	
1859/69	31	41,3	44	58,7	142
1871/81	44	42,3	60	57,7	136
1882/88	27	45,8	32	54,2	119
1859/88	102	42,9	136	57,1	133

Fonte: Relação de Inventários de Bens e Testamentos de Palmas (1859-1903), s/a. Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Palmas (NDPH-UNICS).

I M= Índice de Masculinidade.

* Foram desconsiderados cinco casos de menores de um ano, três para as escravarias de 5 a 9 cativos, e dois para as de 10 a 21. Também foi retirado da contagem um escravo.

Os escravos nas faixas de idade de 15 a 40 anos apresentaram equilíbrio entre os sexos ao longo dos anos, sendo que para 1859 a 1888 encontramos um índice de masculinidade de 112, com variações nos três períodos de 112 (1859/69), 96 (1871/81) e 132 (1882/88). Nas faixas de idade acima de 40 anos, os índices de masculinidade ficaram em 188, correspondendo para o primeiro, segundo e terceiro período a 167, 233 e 150, respectivamente. Esses números são indícios de que os índices de masculinidade podem ter sido mais altos nos períodos iniciais do estabelecimento das fazendas em Palmas, e os cativos, que provavelmente vieram com os colonizadores, eram em sua maioria homens.

Analisando os dados em termos gerais inferimos que o primeiro período apresenta as características de área de fronteira, ou seja, com um índice de masculinidade relativamente alto. Para os outros períodos, percebe-se uma diminuição das taxas de masculinidade, que pode estar ligada a uma mudança de estratégia dos senhores, principalmente dos grandes escravistas, que passaram a buscar a conservação dos plantéis e investiam no crescimento endógeno.

Dessa forma, a formação da família escrava pode ter sido favorecida por essa transformação, do contexto de fronteira, para outro, ligado agora à estabilidade dos plantéis. O primeiro foi marcado pela necessidade de pessoas nas propriedades que defendessem as terras dos ataques dos indígenas. Nesse momento os colonizadores procuravam estabelecer suas fazendas, por isso os índices de masculinidade entre os escravos e a população livre eram mais altos. Depois de estabelecidas as posses, os fazendeiros buscaram aumentar a vida útil do escravo e sua capacidade de reprodução, com a finalidade de manter a mão de obra compulsória; por isso as razões de sexo se equilibram, tornando mais factível a formação de laços de parentesco entre os escravos.

Os inventários de Maria Ferreira de Sá Ribas e de seu marido, Joaquim Manuel de Oliveira Ribas, fornecem indícios dessa transformação. No inventário de Maria foram registrados nove escravos adultos sendo que seis eram homens (21 a 40 anos), com apenas três mulheres, o índice de masculinidade, portanto, ficava na faixa dos 200; mesmo apresentando essa razão de sexo, observa-se um número elevado de crianças no plantel consistindo na metade dos escravos arrolados. Entendemos que essa propriedade escravista, mesmo possuindo mais homens entre os adultos, investia no crescimento interno.

Joaquim Manoel de Oliveira Ribas participou da Sociedade dos Primeiros povoadores palmenses, chefiada por José Ferreira dos Santos. Ao que se observou no estatuto dessa sociedade, os seus integrantes deveriam munir pelo menos com dois escravos ou mercenários que serviriam como mão de obra; primeiro nos trabalhos que surgiriam durante a expedição, como o pique dos matos, a construção de canoas e, em um segundo momento, na introdução do gado. Para esse tipo de trabalho, provavelmente os colonizadores privilegiaram homens, independente da força de trabalho, escrava ou livre.

No primeiro inventário, constatamos que a média de idade dos escravos entre os homens (24,4) correspondeu quase ao dobro da idade média das mulheres (12,9), e os escravos eram relativamente mais velhos do que as escravas da propriedade, um provável indício de que havia mais escravos homens, em anos anteriores, quando estavam se estabelecendo.

Em 1879 a Freguesia do Senhor Bom Jesus de Palmas tornava-se Vila. A incerteza quanto ao próprio local do povoado já tinha sido deixada de lado, e as fazendas já estavam estabelecidas e direcionadas à criação e à invernagem do gado. A população cativa, em 1872, era formada de 273 indivíduos, sendo que 118 eram homens e 155 eram mulheres, ou seja, as mulheres cativas superavam os homens escravos, com razão de sexo em 76.

O inventário de Joaquim Manoel (1875) aponta para essa tendência. Foram registrados dez cativos adultos, entre eles quatro eram homens e cinco mulheres, sendo que foi im-

possível precisar por meio da fonte o sexo de um deles. Portanto, o quadro de maior número de homens do que de mulheres se alterou, tendendo a um equilíbrio entre os sexos para essa propriedade, a razão de sexo ficou em 80. As crianças compuseram um total percentual de 41%, mesmo diminuindo, permaneceu relativamente alto, ainda mais levando em conta que a Lei Rio Branco já tinha libertado o ventre da mulher escrava em 1871, ou seja, quatro anos antes de seu inventário ter sido produzido.

O crescimento interno nessa propriedade foi relativamente alto. Nos registros paroquiais foram encontrados oito filhos de cativas, sendo registrados ao longo dos anos de 1845 a 1875. Correspondeu na década de 1850 a quatro registros paroquiais de batismo e a primeira metade da década de 1870 a três, o que reforça a constatação de que o crescimento interno foi ainda maior com a estabilidade do plantel e o aumento das mulheres na população escrava. Esses fatores foram fundamentais para a formação de laços de família entre os escravos, mediante a reprodução poderiam estabelecer relações de parentesco espiritual e consanguíneo, criando uma rede de pertencimento que os ligava a uma família.

2. CAPÍTULO: As famílias e os arranjos matrimoniais de escravos em Palmas

2.1 ESCRAVIDÃO E REPRODUÇÃO INTERNA

Nas últimas décadas a historiografia tem focalizado o tema família escrava localizando estratégias senhoriais e conquistas dos escravos ao estabelecer uniões conjugais. Dessa produção historiográfica no Brasil, podemos citar pontualmente três exemplos bem conhecidos, *A paz das senzalas* de Manolo Florentino e José Roberto Góes, *Das cores do silêncio* de Hebe Mattos e *Na senzala uma flor* de Robert Slenes.

Manolo Florentino e José Roberto Góes, estudando as propriedades escravistas do Rio de Janeiro, observaram que os senhores durante o século XIX mudaram suas preferências na aquisição de cativos, conforme as tendências do tráfico atlântico. Em períodos de crise, como em 1830, os grandes escravistas passaram a adquirir mais mulheres pelo mercado interno, buscando equilibrar os sexos para promover o crescimento do plantel por meio do ventre. Verificaram que durante os períodos de estabilidade do tráfico os arranjos matrimoniais ocorriam mais entre pessoas do mesmo grupo étnico, e nas épocas de grande desembarque a relação se invertia, ou seja, as uniões ocorriam entre cativos de etnias diferentes¹. Para esses autores, as uniões eram estratégias políticas para amenizar os conflitos, e a criação e recriação do parentesco produziam o escravo, funcionando como elemento de estabilização social, o que permitia ao senhor auferir uma renda política².

Em seu trabalho sobre o Sudeste brasileiro, Hebe Mattos afirma que os senhores investiam na diferenciação interna do cativo, mediante algumas funções desempenhadas nos plantéis pelos escravos e o acesso à família, o que lhes dava privilégios em relação aos demais cativos. Por meio desse mecanismo criava-se uma hierarquia que atendia aos interesses senhoriais e garantia a eficiência dos serviços dos escravos³.

Robert Slenes descreveu dois casos referentes às propriedades escravistas de Campinas, que se contrapuseram e revelaram a possível utilidade da família escrava para os senhores. A primeira propriedade que caracteriza era formada por muitos homens e poucas mulheres e crianças, com nenhum cativo casado e com um expressivo número de escravos ausentes pela fuga. Em contraste, a segunda propriedade possuía um pequeno desequilíbrio entre os sexos em relação aos padrões das fazendas campineiras, o que favoreceu o estabelecimento de

¹ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 150.

² Op. Cit. p. 37,175.

³ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no Sudeste Escravista Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. p. 131-132.

famílias e uma proporção relativamente alta de crianças; como resultado, nessa fazenda apenas um escravo africano sem parentes era descrito como ausente na avaliação da propriedade. Slenes concluiu que a família transformava os escravos em “reféns”, pois estavam ligados à propriedade pelos parentes que tinham no cativeiro e receosos de uma eventual separação⁴.

Por estratégia senhorial entendemos a ação dos senhores a fim de beneficiar o seu plantel, não apenas direcionado a lucros econômicos, mas também à manutenção de sua situação social como classe senhorial. Essas estratégias ocorreram, entretanto, em uma trama de conformações entre interesses dos senhores e cativos, em que os primeiros buscaram assegurar o domínio senhorial e os últimos, melhores condições de cativeiro e a tão esperada liberdade. Assim a aceitação dos cativos às prerrogativas de seus senhores não era simples sujeição, contendo expectativas que seus amos não deveriam de todo desprezar. Nesse sentido, o casamento dos cativos poderia se constituir em estratégia senhorial levando em conta, entretanto, os interesses dos escravos diretamente envolvidos.

Entendemos que o casamento dos escravos não poderia estar fora do controle dos senhores dos contraentes; as uniões provavelmente estavam condicionadas à prévia aceitação dos senhores. Em Palmas, sugestiva foi a anotação do Vigário no assento do matrimônio dos pretos Roza e Simeão que “este casamento tem a licença da Dona da Contrahente, por ser escrava”⁵. Pensamos que a família senhorial também pode ter arquitetado uniões entre seus escravos, entretanto tanto senhores quanto escravos deveriam concordar com esses arranjos matrimoniais.

Maria Sylvania de Carvalho Franco discorrendo sobre a família de padrão patriarcal inferiu que o casamento “decidia-se conforme ponderações impessoais e de acordo com os interesses da família enquanto grupo”⁶. Transpondo essa consideração ao casamento de escravos pensamos que as uniões deveriam atender aos interesses senhoriais e da parentela escrava, caso tivessem laços dentro da escravaria.

Estudando o casamento dos cativos em São José dos Pinhais, Cacilda Machado inferiu que nesse vilarejo, onde praticamente todos os cativos ali nasceram e tinham parentes, parte dos casamentos só se realizava se os escravos, suas famílias e seus proprietários assim o quisessem. Se familiares ou o senhor de um escravo podia impedir um matrimônio que não atendia aos seus interesses, “a Igreja preconizava que o escravo não poderia ser obrigado a

⁴ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: Esperanças e Recordações da Família Escrava –Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 112-114.

⁵ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registro Paroquiais de Casamentos n. 1, 1843-1885*, fl. 87 verso.

⁶ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983, p. 42.

casar-se contra a vontade”⁷. Possivelmente foi nessa trama que em Palmas Luis e Dominga, cativos de Alípio José do Nascimento Souza, contraíram núpcias.

Esses escravos casaram-se em 1885; ela, filha dos ex-escravos de Antonio de Oliveira Ribas; ele, filho de antigos cativos de Estevão Ribeiro do Nascimento. Ambos os noivos eram filhos legítimos de pai africano e mãe crioula⁸, e tanto a mãe de Luiz quanto a de Dominga receberam a liberdade antes do casamento de seus filhos⁹. Por meio desses fatos deduzimos, em um primeiro momento, que a união desses cativos representava a aliança entre escravos que possuíam características semelhantes. O cruzamento com os inventários de bens, entretanto, nos revela que o casamento de Luiz e Dominga foi, possivelmente, a conformação de interesses senhoriais e cativos.

No assento de casamento de Luiz e Dominga, ambos são identificados como cativos do senhor Alípio José do Nascimento Souza. Em 1874, foi produzido o inventário do pai desse senhor, no qual entre os escravos, Luiz foi identificado como tendo 19 anos, solteiro e domador¹⁰. Nesse ano Alípio era ainda solteiro; não sabemos com precisão a data de seu casamento, mas em 1886 já era casado com Querubina de Sá Ribas¹¹, e provavelmente lhes foi concedida, por ocasião do enlace do casal, a escrava Dominga, que era posse dos pais de Querubina.

Esse arranjo matrimonial envolveu dois cativos que faziam parte das escravarias de duas casas: a da família de Estevão Ribeiro do Nascimento e a de Antonio de Oliveira Ribas. O casamento dos filhos desses senhores consolidou a união dessas famílias senhoriais. Tendo em vista que a escrava Dominga cresceu nessa propriedade, pode-se imaginar que ela tivesse uma relação amistosa com Querubina e, por isso, quando essa jovem contraiu matrimônio, a cativa foi transferida ao novo casal senhorial e ali estabeleceu laços pelo matrimônio com o cativo nascido na escravaria do esposo de Querubina.

Então, a união pelo matrimônio dos filhos das referidas famílias possibilitou o enlace desses cativos. A conveniência, nesse caso, não residia apenas na simples união pelo matri-

⁷ MACHADO, Cacilda. Casamento de escravos e negros livres e a produção da hierarquia social em uma área distante do tráfico atlântico (São José dos Pinhais-Pr, passagem do XVIII para o XIX). IN: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antonio Carlos; CAMPOS, Adriana (org.) [et. al.]. *Nas rotas do Império*. Vitória: Edufes, 2006, p. 502.

⁸ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registro Paroquiais de Casamentos n. 1, 1843-1885*, fl. 10 verso.

⁹ A mãe de Luiz, Vicência, recebeu a liberdade em 1871. TABELIONATO LEINIG. *Livro de Nota n. 2*. fl. 44. Jacynta, mãe de Dominga, foi liberta em 1872. TABELIONATO LEINIG. *Livro de Nota n. 3*. fl. 13 verso.

¹⁰ Inventário de Estevão Ribeiro do Nascimento (1874). NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA DE PALMAS (NDPH-UNICS). *Relação de Inventários de Bens e Testamentos de Palmas (1859-1903)*, s/a.

¹¹ Informação obtida pelo inventário de Rufina Maurícia de Sá, mãe de Querubina, este inventário foi feito em 1886. Inventário de Rufina Mauricio de Sá (1886) NÚCLEO... Op. Cit.

mônio dos escravos, mas no ajustamento dos recursos que eles possuíam para consolidar uma união igualitária entre os cativos. Podemos sugerir que, ao se casarem, esses escravos também entrelaçavam as antigas escravarias das quais fizeram parte, tendo em vista que os noivos nasceram e cresceram nas referidas propriedades. De qualquer maneira, a comunicação das escravarias poderia favorecer relações entre os cativos, e potencializar uniões conjugais legítimas ou ilegítimas.

Discorrendo sobre a diferença entre escravidão e outras formas de trabalho compulsório na Antiguidade, Moses Finley salienta que os direitos do proprietário eram facilitados pelo fato de o escravo sempre ser um estrangeiro desenraizado. Estrangeiro, primeiro no sentido de ser de fora da sociedade em que era introduzido como escravo e, segundo, porque lhe era negado o mais elementar dos laços sociais, o parentesco¹².

A posição do escravo como propriedade, a totalidade do poder sobre ele e a falta de laços de parentesco davam ao proprietário vantagens em relação a outras formas de trabalho involuntário: mais controle e flexibilidade da força de trabalho e maior liberdade na disposição do trabalho indesejado¹³. Segundo o autor, isso não quer dizer que famílias escravas não existissem, mas eram privilégios concedidos por um senhor, e da mesma forma retirados¹⁴.

Durante meados do século XIX, com o fim do tráfico internacional de escravos no Brasil, a manutenção da mão de obra cativa passou a depender do crescimento vegetativo da população escrava, e os senhores certamente contabilizaram a família escrava com um meio, mesmo limitado, de obter braços. Os escravos que tinham laços de família nas propriedades dispunham de recursos que poderiam lhes render melhores condições no cativeiro, mas da mesma forma estava aberta a possibilidade de os senhores utilizarem esses laços a seu favor, como afirmou Robert Slenes:

Dentro de certo limite, os senhores estimulam a formação de laços de parentesco entre seus escravos e instituem junto com a ameaça e a coação, um sistema diferencial de incentivos – no intuito de tornar os cativos dependentes de suas próprias solidariedades e projetos domésticos¹⁵.

Os cativos com família eram menos propensos à fuga e à rebelião e possivelmente tinham mais receios de uma eventual separação dos parentes pela venda ou divisão dos bens.

¹² FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Grall, 1991, p.77.

¹³ Op. Cit. p. 79.

¹⁴ Op. Cit. p.78.

¹⁵ SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. IN: ALENCASTRO, Luis Felipe de (Org). *História da Vida Privada no Brasil*: Império. São Paulo: Companhia, 1997, p. 236.

2.1.1 Ilegitimidade: uma marca social do escravo

Nos anos de 1843 a 1888 ocorreram em Palmas apenas 24 matrimônios envolvendo cativos (Tabela 8). O perfil das propriedades da localidade deve ter interferido nesse diminuto número de casamentos; caracterizado por pequenas escravarias, as uniões eram dificultadas pelas poucas alternativas de arranjos matrimoniais dentro do próprio plantel. Acrescentemos que a grande quantidade de famílias senhoriais aparentadas entre si deve ter favorecido as relações entre cativos de diferentes plantéis, mas o casamento desses escravos não era comum, tanto é que localizamos apenas um matrimônio em que os noivos eram cativos de distintas escravarias¹⁶.

Tabela 8. Casamento de escravos em Palmas (1843-1888)

Condição jurídica dos noivos	1843/1849		1850/1859		1860/1869		1870/1879		1880/1888		1843/1888	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Escravos	2	8	2	8	-	-	5	21	8	34	17	71
Escravo com mulher livre	-	-	-	-	1	4	-	-	2	8	3	12
Escrava com homem livre	-	-	-	-	-	-	1	4	3	13	4	17
Total*	2	8	2	8	1	4	6	25	13	55	24	100

Fonte: Registros Paróquias de Casamento - Cúria Diocesana de Palmas-PR.

* Foram contabilizados o total de matrimônios. O número absoluto de contraentes escravos foi de 41.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, produzidas com a finalidade de adequar a doutrina católica e seus procedimentos às especificidades coloniais, disciplinavam a prática do casamento entre os escravos desde o século XVIII. Segundo as Constituições, os escravos poderiam casar com pessoas cativas ou livres sem que os senhores impedissem a união, não podendo castigá-los com maus-tratos por esse motivo ou vender um dos cônjuges sem que o outro pudesse acompanhá-lo; se os senhores assim procedessem incorreriam em pecado mortal¹⁷. Os senhores, entretanto, possivelmente interferiram não permitindo uniões consagradas entre escravos de plantéis diferentes, o que explicaria o pequeno número de casamentos entre os cativos. Cabe salientar que o próprio celibato pode ter sido uma escolha dos escravizados, tendo em vista que não poderiam ser obrigados a contrair matrimônio indesejado.

¹⁶ Refere-se ao casal “José Pica Flôr” e “Maria Francellina” ele escravo de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão ela cativa de Amalio Boaventura da Silva, nos registros de batismo dos filhos desse casal ambos são identificados como escravos de Francisco Ignácio. CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registro Paroquiais de Casamentos n. 1*, 1843-1885, fl. 40.

¹⁷ *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro do Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. Coimbra, 1720, Liv. 1, tít. 61, §303.

Ronaldo Vainfas teceu algumas considerações sobre as dificuldades de se casar entre os livres pobres no Brasil colonial, que podem nos servir de reflexão sobre o casamento dos escravos. Para o autor, a população pobre deixava de se casar não porque fossem intransponíveis os obstáculos financeiros e burocráticos exigidos pelo matrimônio oficial, tampouco por terem escolhido outra forma de união oposta ao sacramento católico. Esse estrato da população era composto por pessoas despossuídas que migravam com frequência buscando melhorar sua situação; para esse autor, essas instáveis condições dificultaram o estabelecimento de relações conjugais minimamente alicerçadas segundo os costumes sociais, tornando frequente o concubinato¹⁸. Vale notar que o casamento católico era um laço praticamente indissolúvel, rompendo-se apenas com a morte de um dos cônjuges.

Nesse sentido, a constante ameaça de venda e de compor a divisão de bens, pode ter dificultado a ocorrência de casamentos para os escravos que acabavam por estabelecer uniões ilegítimas. Possivelmente o casamento consagrado e a formação de famílias estáveis eram valores sociais almejados não só entre a população livre, mas também pelos escravos.

Por meio dos dados estatísticos, procuramos investigar o perfil quanto ao sexo e estado civil da população de Palmas. O Mapa Estatístico da Província do Paraná para o ano de 1854 contido no Relatório do Presidente da Província (1854), e o Recenseamento Geral de 1872 marcaram para Palmas a maior presença de solteiros entre a população, sem que fosse considerada a faixa etária dos habitantes.

Em 1854 a população era formada por 734 indivíduos, sendo 72,2% solteiros, 25,2% casados e 2,6% viúvos; quanto ao sexo, 60,9% eram homens e 39,1% mulheres. Os escravos somavam 158 indivíduos, equivalendo a 21,5% da população. Para todo o Paraná, 69% (43.007) dos habitantes eram solteiros, 26% (16.140) eram casados e apenas 0,5% (3.111) eram viúvos; quanto ao sexo, 50,1% (31.219) eram homens e 49,9% (31.039) eram mulheres, ou seja, existia equilíbrio entre os sexos. Quanto à condição jurídica, 16,4% (10.189) dos habitantes eram escravos¹⁹. Dessa forma, constata-se que a estrutura da população de Palmas em relação ao estado civil teve uma média relativamente semelhante ao quadro geral do Paraná em 1854, possuindo, entretanto, uma razão de masculinidade bastante elevada em relação aos padrões gerais, o que deve ter contribuído para o baixo percentual de pessoas casadas em Palmas, cujas características eram ainda as de região de fronteira.

¹⁸ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 94.

¹⁹ Os números da população de Palmas, quanto o estado civil, foram de 733 não correspondendo ao total da população marcada 734. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província 1854*. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1854_a_p.pdf. Acesso em: 12 jun. 2009, Anexo n.14.

Tabela 9. População de Palmas: estado civil, cor e nacionalidade (1872)

Descrição	Escravos					
	Homens		Mulheres		Total	
	#	%	#	%	#	%
Casados	8	6,8	6	3,9	14	5,1
Solteiros	107	90,7	146	94,2	253	92,7
Viúvos	3	2,5	3	1,9	6	2,2
Total	118	100	155	100	273	100
Pardos	44	37,3	35	22,6	79	29
Pretos	74	62,7	120	77,4	194	71
Total	118	100	155	100	273	100
Estrangeiros	25	21,2	21	13,5	46	16,8
Brasileiros	93	78,8	134	86,5	227	83,2
Total	118	100	155	100	273	100

Descrição	Livres					
	Homens		Mulheres		Total	
	#	%	#	%	#	%
Casados	457	28,3	379	26,8	836	27,6
Solteiros	1104	68,5	981	69,3	2085	68,9
Viúvos	51	3,2	56	3,9	107	3,5
Total	1612	100	1416	100	3028	100
Pardos	316	19,6	299	21,1	615	20,3
Pretos	92	5,7	64	4,5	156	5,1
Branco	806	50	765	54	1571	51,9
Caboclos	398	24,7	288	20,4	686	22,7
Total	1612	100	1416	100	3028	100
Estrangeiros	12	0,7	7	0,5	19	0,6
Brasileiros	1600	99,3	1409	99,5	3009	99,4
Total	1612	100	1416	100	3028	100

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil 1872 – Império do Brasil.

Quanto ao estado civil, em 1872 a população palmense era formada por uma maioria de solteiros, alcançando entre os livres 68,9% da população e entre os cativos 92,7%. O percentual de viúvos era baixo, sendo entre os livres 3,5% e os escravos 2,2% dos habitantes, apontando para a possibilidade de as relações legítimas²⁰ serem relativamente baixas no quadro da população, e por conseguinte, as relações consensuais mais frequentes. Ressaltamos, entretanto, que os índices de casados entre os livres eram bem mais expressivos do que entre os escravos, isso provavelmente se deve a menor disponibilidade de pessoas cativas no mercado matrimonial, comungada com as restrições sociais de uniões legítimas entre pessoas livres e escravas. Assim sendo, mesmo que a população fosse, em sua maioria, formada por

²⁰ Relação legítima seria aquela sancionada pelo casamento católico, assim o filho de mãe solteira era marcado como ilegítimo e o nascido com os pais casados, era identificado como filho legítimo nos registros de batismo.

solteiros, os livres estabeleciam mais uniões legítimas que os cativos, o que se evidenciará posteriormente (Tabela 9).

Como não constavam as faixas de idade dos habitantes, deduzimos que o índice de casados entre a população livre adulta poderia ser relativamente maior que os percentuais apresentados acima. A razão de sexo ficou para eles em 113, apontando para o equilíbrio entre total de homens e mulheres; esse índice também pode estar relacionado com o crescimento vegetativo da população, que alterou as taxas de masculinidade, mas acreditamos que a tendência de certo equilíbrio entre os sexos estava ligada, principalmente, à migração de mulheres e à estabilidade do local.

Quanto à nacionalidade dos escravos, o Recenseamento de 1872 mostrou que a maior parte dos cativos era brasileira, compondo mais de 80% da população cativa. Cabe salientar que os africanos compunham um percentual de 16,8%, um valor bastante significativo, que entre os homens equivaleu a 21,2% entre as mulheres 13,5%, com razão de masculinidade (119) apresentando certo equilíbrio entre os sexos.

Quanto ao estado civil dos escravos, os Inventários de Bens evidenciam a mesma tendência de haver mais solteiros do que casados. Nos anos de 1859 a 1888 mais de 90% dos homens e 83% das mulheres foram registrados como solteiros. Como dissemos no capítulo anterior, a razão de sexo tendeu a um equilíbrio ao longo dos anos, porém no censo de 1872, para Palmas, na população escrava as mulheres superaram os homens. Para investigar se essa mudança no quadro da população influiu no número de casados entre os escravos, contabilizamos o estado civil dos cativos apresentados nos inventários, dividindo as propriedades conforme o número de escravos presentes nos plantéis e por períodos (Tabela 10).

Na Tabela 10, sobre o estado civil dos cativos dos inventários, observamos as variações nos períodos nas pequenas médias e grandes propriedades de Palmas e por sexo. Em relação ao sexo, verificamos que os índices percentuais de casados foram mais altos entre as mulheres que entre os homens, nas pequenas e médias escravarias, no entanto, em alguns períodos encontramos apenas mulheres casadas; ainda assim em uma parcela diminuta, apenas quatro escravas.

Nas propriedades com até quatro cativos para todo o período, os solteiros eram a maioria. O mesmo se evidenciou nas propriedades de 5 a 9 escravos. Nos plantéis de mais de nove cativos, os percentuais de solteiros apresentaram grandes diferenças, corresponderam a 18%, 91% e o mesmo percentual para os períodos de 1859/69, 1871/81 e 1882/88, respectivamente. Ressaltamos, entretanto, que no primeiro período 17 cativos arrolados nos grandes plantéis palmenses não tiveram o estado civil identificado. Desconsiderados esses casos, ter-

se-ia no primeiro período um percentual de 45% de solteiros superados pelo percentual de casados; contudo, se incluído certamente esse percentual sofreria significativa alteração²¹. Em todo caso, nas grandes propriedades palmenses os cativos casados eram numericamente mais expressivos do que em outro tipo de propriedade registrada nos inventários.

Tabela 10. Estado Civil dos escravos nos Inventários de Bens Palmas (1859-1888)

Períodos	Estado Civil	N. de escravos nas propriedades												Total*	
		1 a 4				5 a 9				10 a 21					
		Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher		#	%
#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1859/69	Solteiro	5	100	2	100	2	50	3	60	3	19	2	17	17	39
	Casado	-	-	-	-	-	-	1	20	3	19	3	25	7	16
	ID	-	-	-	-	2	50	1	20	10	62	7	58	20	45
	Sub-Total	5	100	2	100	4	100	5	100	16	100	12	100	44	26
1871/81	Solteiro	6	75	8	73	2	100	1	50	27	93	16	11	60	86
	Casado	-	-	1	9	-	-	1	50	2	7	2	89	6	8
	ID	2	25	2	18	-	-	-	-	-	-	-	-	4	6
	Sub-Total	8	100	11	100	2	100	2	100	29	100	18	100	70	41
1882/88	Solteiro	4	100	-	-	9	90	7	87	17	94	15	88	52	91
	Casado	-	-	-	-	1	10	1	12	1	6	2	12	5	9
	ID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total	4	100	-	-	10	100	8	100	18	100	17	100	57	33,3
Total		17	10	13	7	16	9	15	9	63	37	47	28	171	100

1859/88**

Estado Civil	N. de Escravos nas propriedades												Total*			
	1 a 4				5 a 9				10 a 21				Homem		Mulher	
	Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher		#	%	#	%
#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	
Solteiro	15	100	10	91	13	92,9	11	79	47	89	33	83	75	92	54	83
Casado	-	-	1	9	1	7,1	3	21	6	11	7	17	7	8,	11	17
ID	2	-	2	-	2	-	1	-	10	-	7	-	14	-	10	-
Total	18	100	11	100	14	100	14	100	53	100	40	100	82	100	65	100

Fonte: Relação de Inventários de Bens e Testamentos de Palmas (1859-1903), s/a. Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Palmas (NDPH-UNICS).

ID = Indeterminado

* Foram retirados da soma 73 cativos. Nas escravarias de 1 a 4 foram retirados 7 casos de menores de 14 anos sendo 4 meninas e 3 meninos para o segundo período. Para as propriedades de 5 a 9 foram retirados 18 cativos arrolados sendo 9 meninos e 4 meninas para o primeiro período, 2 meninos e 2 menina para o segundo e 1 menina para o terceiro período. Nas Propriedades de 10 a 21 foram desconsiderados 47 casos de menores, sendo 12 meninos e 10 meninas no primeiro período, 16 meninos e 8 meninas para o segundo período e 1 menina para o terceiro período. Também foi retirado da contagem um escravo para as propriedades com 10 ou mais escravos do segundo período.

** Na contagem para todo o período não contabilizamos nas porcentagens e nos totais os casos sem referencia ao estado civil dos cativos marcados em ID.

As possibilidades de uniões legítimas, como a historiografia confirmou, eram mais concretas nas grandes propriedades, pois ofereciam maiores possibilidades de uniões internas.

²¹ Os casos de cativos onde não constava estado civil parece corresponder a solteiros já que em alguns inventários alguns casos onde há cativos sem identificação de estado civil as pessoas casadas são identificadas.

Para Bananal e Lorena, José Flávio Motta encontrou uma concentração maior de casais endogâmicos (ambos os cônjuges escravos) nos plantéis formados por 10 ou mais cativos, correspondendo a 90,9% em Bananal e 63,8% em Lorena. Os percentuais mais altos em Bananal estavam relacionados à grande presença das propriedades com esse perfil (com 10 ou mais escravos) ao contrário do que ocorreu em Lorena. Os casais exogâmicos (com um cônjuge cativo e outro livre) foram a maioria em propriedades com 5 a 9 cativos em Lorena; já em Bananal não foi registrada essa formação. Assim, nos locais onde as propriedades escravistas eram maiores, as possibilidades de formações endogâmicas foram mais expressivas que em lugares caracterizados por plantéis menores²².

As propriedades escravistas de Palmas que identificamos nos inventários tiveram um número muito reduzido de escravos casados ao longo do tempo. Mesmo as propriedades com 10 ou mais cativos eram formadas basicamente por solteiros. Dos casados, 72% estavam nessas propriedades, mas equivaleram a 13 indivíduos entre homens e mulheres.

No ano de 1829, para localidades da Província de São Paulo, incluindo Curitiba, Francisco Vidal Luna, ao examinar a relação entre tamanho dos plantéis e estado civil dos cativos, estimou um maior peso relativo de casados e viúvos nas propriedades com mais de vinte escravos. Luna constata ainda que, nos maiores plantéis, mesmo sendo elevada a razão de masculinidade, os cativos tiveram mais oportunidades de estabelecer relações conjugais estáveis. Salienta que não encontrou uma relação entre tamanho de plantel e participação de crianças, sendo que as médias propriedades (6 a 20 cativos) apresentavam mais crianças do que as pequenas e grandes propriedades²³.

Para o período de 1850-1888 em Mariana, Heloísa Maria Teixeira constatou que as relações de parentesco cresciam à medida que aumentavam as faixas de tamanho dos plantéis. Segundo essa autora, os maiores índices de masculinidade, conjugados com a dificuldade de estabelecer relações legítimas entre escravos de propriedades distintas, devem ser vistos como causa de menor incidência de vínculos de família nos menores plantéis²⁴.

Em Guarapuava nos anos de 1835 e 1840 as propriedades que possuíam de 1 a 4 escravos eram as que tinham o maior percentual de casados. Por constatar, entretanto, um baixo número de casados entre os escravos, Fernando Franco Netto afirmou que a população escla-

²² MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume, 1999, p. p. 251-253.

²³ LUNA, Francisco Vidal. Observações sobre casamento de escravos em São Paulo (1829). IN: *Anais do VI Encontro de Estudos Populacionais Olinda*, 1988, v.3, p. 226.

²⁴ TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2001, p. 111.

va de Guarapuava era formada por escravos solteiros e que as propriedades tenderam a limitar a união formal dos cativos²⁵.

Os plantéis de Palmas localizados em inventários eram pequenas propriedades, com um número absoluto reduzido de cativos casados e viúvos. Cabe salientar, entretanto que, diferente de Guarapuava, os poucos cativos casados em Palmas estavam em propriedades maiores, evidenciando que o tamanho do plantel teve influência no número de casados em Palmas, padrão que a historiografia confirma para diversas localidades.

Apesar de haver médias baixas de casados entre os cativos, encontramos um número relativamente alto de crianças com até 13 anos de idade nas propriedades. Os cativos menores registrados nos inventários corresponderam a um total de 72, sendo que nas escravarias de 1 a 4 foram arroladas sete crianças (1871/81) e nas propriedades de 5 a 9 foram registradas 18 (13 para 1859/69, 4 para 1871/81 e 1 para 1882/88). Nas propriedades de 10 a 21 foram encontrados 47 menores (22 para 1859/69, 24 para 1871/81 e um para 1882/88). As médias de crianças corresponderam a 0,4 para as pequenas, 2,6 para as médias e 4,3 para as grandes propriedades escravistas de Palmas, para todo o período²⁶.

Heloísa Maria Teixeira, diante de sua constatação em Mariana de uma menor participação de crianças nas pequenas propriedades, lança três razões que poderiam explicar essa tendência: a dificuldade de enlaces entre os escravos de propriedades distintas, por isso menos propícios à formação de famílias e à reprodução; a venda de crianças pela dificuldade dos pequenos escravistas em mantê-las até alcançarem idade produtiva; e a participação das crianças tornando as pequenas propriedades em médias. Teixeira ainda encontrou uma alta porcentagem de crianças presentes nos maiores plantéis (com mais de 20 cativos), inclusive para o decênio de 1870, e afirmou que esse tipo de propriedade se tornava mais propício à estabilidade familiar e, em consequência, registrava os maiores índices de reprodução natural²⁷.

Em Palmas, da mesma forma, o número de crianças nas escravarias poderia estar relacionado ao tamanho do plantel. Os escravistas com mais cativos concentraram o maior número de crianças (Ver Tabela 5), o que pode estar ligado à representatividade do crescimento interno nesse tipo de propriedade, relativamente maior que nos pequenos e médios plantéis palmenses, apontando para um crescimento proporcional ao tamanho do plantel.

²⁵ FRANCO NETTO, Fernando. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2005, p. 276.

²⁶ Essa média corresponde ao total de crianças cativas com até 13 anos, dividido pelo total de propriedades.

²⁷ TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Meninos-dos-olhos do senhor: crianças escravas nos plantéis de Mariana (1850-1888)*. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. [CD ROM]. Caxambu: ABEP, 2004, p. p. 5-6.

As maiores propriedades também concentraram boa parte das mulheres escravas de Palmas; esse fator possivelmente facilitou o crescimento interno. Cabe salientar que a razão de sexo foi relativamente alta nas grandes propriedades; entretanto, possuir algumas escravas em idade fértil no plantel pode ter rendido aos escravistas, de forma geral, a possibilidade de crescimento via reprodução. Como exemplo, podemos citar os casos de José Ferreira dos Santos, um grande escravista e Cesarina Antonina de Jesus, com um pequeno plantel²⁸. Em 1868 a propriedade de José Ferreira dos Santos foi inventariada: esse senhor era um grande escravista com 21 escravos. Em seu plantel havia cinco mulheres em idade fértil e nove crianças entre 8 a 13 anos, as crianças; portanto, corresponderam a quase 43% do plantel.

Ainda mais surpreendente é o caso de Cesarina Antonina de Jesus. O inventário dessa senhora foi produzido em 1876 e seu plantel era composto basicamente por uma escrava e seus três filhos, com idade entre nove a seis anos²⁹. Podemos deduzir daí que possuir mulheres em idade fértil significou para os escravistas a reposição e mesmo o crescimento de suas escravarias.

A fim de verificar se o estado civil dos escravos refletia no número de crianças presentes nos plantéis, classificamos as propriedades que possuíam pelo menos um escravo casado, e as com todos os cativos solteiros, e obtivemos que o percentual de crianças guarda diferença ínfima nessas escravarias. Nas propriedades onde havia casados, as crianças equivale-ram a quase 30% (28) dos escravos; nas propriedades com todos os cativos sendo identifica-dos como solteiros, as crianças atingiram 29,3% (44) do total dos escravos. Esses números nos permitem reiterar o que afirmamos até agora, ou seja, um crescimento endógeno dos plan-téis, não necessariamente ligado a relações firmadas pelo casamento católico que poderiam decorrer de uniões interpropriedades.

Nos registros de batismo, a maior parte dos filhos de cativos registrados era fruto de relações ilegítimas, ou seja, filhos de mães solteiras ou que mantiveram uma união consensu-al, não firmada pelo casamento católico. Nos Livros de Batismo da Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas, de 1843 até a abolição da escravidão, identificamos um total de 302 registros de batismo de escravos e ingênuos, correspondendo de 1843 a 1857 a 16% dos assentos e de 1870 a 1888 a pouco mais de 70% dos registros com escravos (Tabela 11).

²⁸ Inventário de José Ferreira dos Santos (1868). NÚCLEO... Op. Cit.

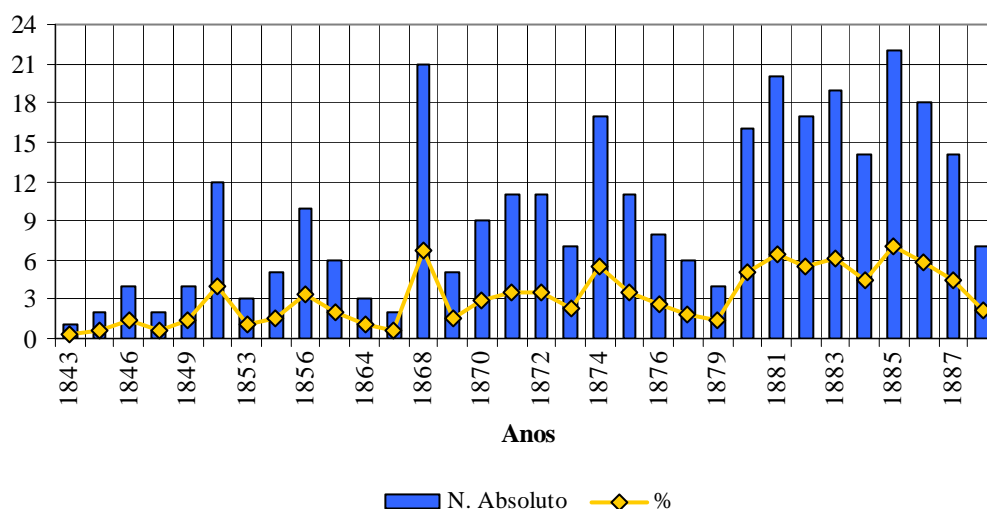
²⁹ Inventário de Cesarina Antonina de Jesus (1876). NÚCLEO... Op. Cit.

**Tabela 11. Total de Batismos de filhos de escravos
Palmas (1843-1888)**

Períodos										Total	
1843-1849		1852-1857		1864-1869		1870-1879		1880-1888		1843-1888	
#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
12	4	36	12	32	10,6	83	27,4	139	46	302	100

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo - Cúria Diocesana de Palmas-PR.

**Gráfico 12. Total de Batismos de filhos de escravos e cativos
Palmas (1843-1888)**



A década de 1880 concentrou o maior número de registro em relação aos outros decênios; nos anos que vão de 1880 a 1888 foi produzido pouco mais de 47% do total de registros (Gráfico 12), essa concentração se deve a presença de um vigário permanente na paróquia, o qual passou a realizar e registrar com mais frequência os batismos ocorridos na Vila.

Nos Registros Paroquiais de Batismo de Palmas, foram identificados 96 senhores de escravos, com uma média de mais de três registros por senhor. Dentre os proprietários de escravos, quase 45% deles apareceram apenas uma vez, pouco mais de 20% duas vezes e quase 14% três vezes em registros envolvendo seus cativos. Os escravistas que apareceram nos assentos quatro ou cinco vezes equivaleram a 3% dos senhores e concentraram apenas 4,6% dos registros de batismo; aqueles com até cinco registros concentraram 45% dos batismos que envolveram cativos ou seus filhos. Dos escravistas identificados seis ou mais vezes nos assentos, contabilizamos um total de 17 senhores que concentraram 55% dos registros de batismo, números que apontam uma relativa concentração de batismos por senhor (Tabela 12).

Tabela 12. Concentração de batismos conforme senhor identificado – Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas (1843-1888)

Total de Batismos por senhor	N. de Senhores		N. de Batizados	
	#	%	#	%
1	43	44,8	43	14,2
2	20	20,8	40	13,2
3	13	13,5	39	13
4	1	1	4	1,3
5	2	2,1	10	3,3
6	3	3,2	18	6
7	4	4,3	28	9,2
8	2	2,1	16	5,3
9	2	2,1	18	6
10	1	1	10	3,3
11	2	2,1	22	7,3
14	1	1	14	4,6
15	1	1	15	5
25	1	1	25	8,3
Total	96	100	302	100

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo - Cúria Diocesana de Palmas-PR.

Em Guarapuava foram identificados poucos proprietários que concentraram um número expressivo de batismos. Segundo Franco Netto, essa concentração dos batismos fortalece a hipótese de que a família escrava estava se desenvolvendo dentro dessas propriedades com o consentimento dos proprietários³⁰. Pensamos que para Palmas as maiores propriedades, por possuírem mais crianças nos inventários, poderiam ser também as que mais vezes apareceram nos registros paroquiais, o que evidenciaria, de certa forma, a aceitação e mesmo o incentivo por parte desses senhores à reprodução interna e à formação de famílias.

A fim de verificar se existia relação entre tamanho do plantel e total de registros produzidos, cruzamos as informações dos assentos Paroquiais com os inventários. Encontramos 22 inventários de senhores que foram também identificados em registros de batismo, somando 108 assentos envolvendo seus cativos. Dez desses senhores eram grandes escravistas, cinco eram médios e sete eram pequenos proprietários de escravos. Os senhores de grandes plantéis foram identificados em 81 registros, os médios em 16 e os pequenos escravistas em apenas onze registros.

O número médio de batismo de escravo para as faixas de tamanho dos plantéis foi de 8,1 para as grandes escravarias, 3,2 para as médias e 1,6 para as pequenas propriedades. Nesse

³⁰ FRANCO NETTO, 2005, Op. Cit. p. 307.

quadro, constatamos que o número de batismo de filhos de escravos estava relacionado ao número de cativos nas propriedades. Tendo em conta que, dos 36 inventários pesquisados, onze eram de grandes escravistas, e desses, dez tiveram seus cativos registrados nos assentos, temos quase a totalidade dos grandes escravistas dos inventários aparecendo nos registros paroquiais. Isso nos leva a pensar que, nas maiores escravarias palmenses, o crescimento interno e a presença de famílias foram mais expressivos do que em outros tipos de propriedades.

Para todo o período pesquisado, cerca de 16% dos registros de batismo corresponderam a filhos de cativos casados, mais de 80% de relações ilegítimas e 3% de adultos africanos (Tabela 13). Observando os percentuais de filhos legítimos por período, salta à vista o índice de legitimidade para o primeiro período (1843-1849), correspondendo a mais de 30% do total, mais que o dobro do percentual para o último período. A possibilidade de se casar nos primeiros decênios da ocupação de Palmas deve ter sido dificultada pelas altas taxas de masculinidade mas, de certa forma, acreditamos que o número reduzido de mulheres no mercado matrimonial tornava as uniões legítimas mais atrativas. Nesse período de grande movimentação da população, o casamento garantia aos escravos homens a formação de família e, para os senhores, as uniões poderiam ser vistas como uma oportunidade, ainda que limitada, de crescimento interno.

De forma geral, o grande percentual de filhos ilegítimos estava relacionado com o maior número de solteiros entre os escravos. Os períodos em que foram registrados os maiores índices de casados arrolados em inventários corresponderam a uma porcentagem mais significativa de crianças que tinham pai e mãe identificados nos registros paroquiais de batismo.

Tabela 13. Legitimidade dos filhos de cativos batizados na Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas (1843-1888)

	1843-1849		1852-1857		1864-1869		1870-1879		1880-1888		1843-1888	
	#	%	#	%			#	%	#	%	#	%
Legítimo	4	33	6	17	9	28	10	12	19	13,7	48	15,9
Ilegítimo/natural	8	67	21	58	23	72	73	88	120	86,3	245	81,1
Adulto/africano	-	-	9	25	-	-	-	-	-	-	9	3
Total	12	100	36	100	32	100	83	100	139	100	302	100

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo - Cúria Diocesana de Palmas-PR.

Ao relacionar a Tabela 10 (sobre o estado civil dos escravos registrados nos inventários) com a Tabela 13, verificamos que nos anos de 1859 a 1869 foi registrado o maior percentual de casados em inventários; abarcando esse período constatamos também que os percentuais de crianças identificadas como filhos legítimos foram mais expressivos que para ou-

tros anos. Assim, houve correspondência entre estado civil e legitimidade; por isso nos períodos em que a representatividade dos casados foi maior a paternidade foi mais vezes anotada.

Nos registros de batismo localizamos apenas 19 proprietários que tinham escravos casados que haviam batizado seus filhos. Esses escravistas apareceram em 132 registros e os seus cativos casados em apenas 44, ou seja, em 33% dos assentos produzidos para seus senhores. A média de batismo ficou em 6,9, mais que o dobro da média geral, 3,1 registros para cada senhor.

Cruzamos informações dos inventários, para investigar o tamanho dos plantéis desses senhores. Constatamos que cinco eram grandes escravistas, três eram médios proprietários de escravos³¹, seis eram aparentados com grandes escravistas (filho, esposa e genro) e em cinco casos não localizamos nenhuma informação. Nesses assentos, encontramos 43 pais e(ou) mães cativos. Desse total, os grandes proprietários, ou membros de sua família, concentraram 55,8% (24) dos cativos, os médios escravistas 16,2% (7) e os 28% (12) restantes corresponderam a senhores sobre os quais não encontramos informações em inventários (Tabela 14). Dessa forma, evidencia-se que as maiores propriedades eram as que concentraram os cativos casados legalmente.

Mesmo possuindo escravos casados, os índices de filhos legítimos foram relativamente baixos. Considerando os 19 escravistas relacionados, constata-se que dos 132 batismos envolvendo filhos de seus cativos, apenas 44 eram legítimos, ou seja mais da metade das crianças não tiveram a paternidade registrada (Tabela 14).

Assim sendo, os altos índices de ilegitimidade estavam relacionados com uma população cativa formada por solteiros; as crianças identificadas como filhos naturais e de pai incógnito nos registros paroquiais poderiam ser de uniões consensuais, que, mesmo não sendo anotado pelo Vigário, possivelmente existiram. De certa forma, a ilegitimidade dos filhos de cativos sugere que os escravos estavam se relacionando com outras pessoas, cativos de outros plantéis ou livres.

³¹ Nesse caso consideramos os inventários das esposas dos médios escravistas que produziram inventário.

Tabela 14. Total de batismo nas propriedades com escravos casados e características dos plantéis nos Inventário de Bens

Proprietário	Cativos Casados*	Filhos legítimos	Total de batismos	Informações em Inventários
José Caetano de Oliveira Ribas	2	2	5	-
João Lustosa	1	1	1	-
Antonio de Oliveira Ribas	4	2	3	Média escravaria
Francisco Ignácio de Araújo Pimpão	2	2	8	Grande escravaria
Theodoro Ferreira Maciel	2	3	3	-
João Carneiro Marcondes	4	5	25	Grande escravaria
Pedro Siqueira Cortes	1	1	7	-
Antonio Ferreira dos Santos	2	2	8	Grande escravaria
Estevão Ribeiro do Nascimento	2	3	10	Grande escravaria
Núncia Maria Ferreira	4	4	5	Esposa e viúva de José Ferreira dos Santos grande escravista
Fermino Teixeira Baptista	2	5	9	Média escravaria
Lucio Irias de Araújo Gavião	1	1	14	Grande escravaria
José Joaquim de Almeida	6	5	15	-
Francisco de Assis de Araújo Pimpão	2	1	9	Filho de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão grande escravista
Gertrudes Maria de Almeida de Sá	2	1	2	Esposa e viúva de Estevão Ribeiro do Nascimento grande escravista
Antonio Joaquim do Amaral Cruz	2	2	2	Casado com filha de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão grande escravista
João Antonio de Araújo Pimpão	2	2	2	Filho de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão grande escravista
Maria Josepha de França	1	1	3	Esposa de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão grande escravista
Joaquim Mendes de Souza	1	1	1	Média escravaria
Totais	43	44	132	

Fonte: Relação de Inventários de Bens e Testamentos de Palmas (1859-1903), s/a. Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Palmas (NDPH-UNICS). Registros Paroquiais de Batismo-Cúria Diocesana de Palmas-PR.

*Nos casos onde constam apenas 1 escravo casado refere-se a casais mistos onde ou o pai ou a mãe eram identificados como livres, corresponderam a 4 casais.

Para diversas localidades a historiografia constatou índices elevados de ilegitimidade entre os escravos. Em Guarapuava, para o período de 1850-1870, foi de 83,3% e para 1871-1888 ficou em 94,1%³². Comparando esses percentuais com os estimados para Palmas, constatamos que em Guarapuava os índices de ilegitimidade foram maiores do que os de Palmas e, provavelmente, isso se deve a maior representatividade dos casados neste local do que em Guarapuava.

³² FRANCO NETTO, 2005, Op. Cit. p. p. 292-293.

Cabe salientar, entretanto, que os índices de ilegitimidade reforçam a tendência de relações entre pessoas solteiras e estão ligadas à dificuldade em manter casamentos legítimos nos pequenos plantéis.

Tabela 15. Legitimidade dos filhos de livres batizados na Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas (1843-1890)

	1840-1859		1860-1879		1880-1899		1840-1899	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Legítimo	137	52,7	713	78,3	5888	85	6738	83,1
Ilegítimo	62	23,8	142	15,6	919	13,2	1123	13,9
Indígena	61	23,5	56	6,1	128	1,8	245	3
Total	260	100	911	100	6935	100	8106	100

Fonte: Tabela construída a partir de dados disponíveis em: LAGO, Lourdes Stefanello. *Origem e evolução da população de Palmas – 1840-1899*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1987, p. 150.

Os índices de legitimidade dos filhos de pessoas livres em Palmas indicam a maior presença de casados legalmente nesse estrato da população; de 1843 a 1899, mais de 80% dos filhos de pessoas livres provinham de relações legítimas, sendo que o índice de ilegitimidade foi inferior a 15% (Tabela 15). Segundo Lourdes Stefanello Lago, apesar da impossibilidade de precisar com clareza a categoria social a que os filhos ilegítimos pertenciam, pode-se conjecturar que, pela forma como os registros foram preenchidos, os casos de filhos identificados como naturais ou ilegítimos dos livres se referiam à população negra, mulata e indígena de Palmas³³.

Ao comparar os índices de legitimidade entre livres e escravos, percebemos que a população livre foi marcada por altos índices de legitimidade apontando para a maior presença de uniões consagradas pela Igreja; em contraposição, a cativa se caracterizou por maiores índices de ilegitimidade relacionados à menor incidência de casamentos entre os escravos. Assim, na sociedade escravista palmense a ilegitimidade foi um dos contrastes da população cativa do local, o que pode sugerir que o contrair matrimônio era um elemento de distinção entre os escravos, ao estabelecer esses laços os cativos poderiam fazer do casamento um fator de mobilidade nas hierarquias formadas dentro do cativeiro.

A falta de registros indicando a paternidade das crianças em Palmas nos impede de traçar com precisão as estratégias de uniões tecidas por senhores e escravos, mas a frequência dos assentos de batismo indica que as uniões não sancionadas pela Igreja eram comuns, e que os escravistas não impediram sua ocorrência. Para os senhores, uniões consensuais ou sim-

³³ LAGO, Lourdes Stefanello. *Origem e evolução da população de Palmas - 1840-1899*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1987, p. 143.

plesmente casuais de seus escravos poderiam ser vistas como vantajosas, afinal, não havia impedimentos legais ou de caráter religioso quanto a esse tipo de relação ilegítima no momento da divisão dos bens ou da venda dos cativos que mantinham essas relações.

2.1.2 Negociação de escravos

Francisco Antonio de Araújo, fazendeiro e senhor de escravos em Palmas, morreu em 1875. Em seu inventário (1876) foram arrolados, entre seus bens, 19 cativos, assim distribuídos quanto à faixa etária: onze tinham entre 14 a 49 anos e oito eram menores de 14 anos de idade. Dos escravos adultos, sete eram homens e quatro mulheres, ou seja, a razão de sexo ficou em 175, bastante alta, embora se aproxime da razão para o período nas grandes propriedades³⁴. Por meio dos registros cartoriais de compra, identificamos que alguns de seus escravos foram obtidos dessa forma, como é o caso de Antonia e Luiza, a primeira com 26 e a segunda com nove anos de idade, ambas compradas no ano de 1867 e do mesmo senhor, e Efigenia, natural da Província de Santa Catarina, comprada em 1874³⁵.

A compra de escravos para essa escravaria diminuiu a razão de sexo, que tendeu a um equilíbrio entre as crianças, sendo identificados no inventário quatro meninos e quatro meninas. Quanto ao estado civil, todos os escravos foram identificados como solteiros, e não havia informação sobre parentesco entre os cativos; com o objetivo de verificar se existia essa relação, procedemos ao cruzamento das informações dos inventários com as dos de batismo.

Nos livros paroquiais, foram produzidos seis assentos de batismo de filhos de cativas de Francisco, um para o ano de 1856, três no ano de 1868 e dois para o ano de 1871, filhos de Romana, Lina, Sipriana e Maria³⁶. A escrava Romana não é identificada no inventário e, possivelmente, seu filho Benedicto seja o escravo com o mesmo nome, com vinte anos, listado no documento³⁷. A cativa Maria batizou Tereza e Magdalena no mesmo ano (1871) e todas são

³⁴ Inventário de Francisco Antonio de Araújo (1876). NÚCLEO... Op. Cit. Esses índices foram obtidos através dos inventários, correspondendo a uma amostra e não a tendências precisas das escravarias de Palmas. A razão para o período de 1871/81 nas propriedades com 10 a 21 cativos foi de 173 (Ver: Tabela 6).

³⁵ TABELIONATO LEINIG. *Livro de Notas n. 2*. fls. 16, 17, 25-27.

³⁶ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 1*, 1843 – 1871, fls. 33 e verso, 44 verso, 47 verso. 129, 130.

³⁷ Inventário de Francisco Antonio de Araújo. NÚCLEO... Op. Cit.

listadas nessa fonte³⁸. Também encontramos o registro de batismo de José, escravo adulto, batizado em 1856 que provavelmente foi adquirido pelo mesmo senhor³⁹.

Após a morte de Francisco, foram feitos quatro assentos de batismo de filhos de suas escravas, um da escrava Luiza, dois de Lina e um de Theresa; as cativas foram identificadas como escravas da viúva, Ana Ferreira de Jesus⁴⁰. Disso se depreende que, embora os escravos fossem, em sua maioria, solteiros, os senhores não impediram as uniões entre os cativos, provavelmente com o intuito de favorecer o crescimento do plantel. Poderiam também aumentar as possibilidades de reprodução interna, equilibrando os sexos pela aquisição.

Os registros de compra e venda de escravos em Palmas iniciaram no ano de 1862 e foram até 1879. Com a finalidade de analisar as tendências das negociações, estabelecemos quatro períodos tendo em vista o contexto regional e escravista. O primeiro (1862-1864) e segundo (1866-1869) correspondem à década de 1860, abarcando os anos em que as famílias escravas poderiam ser separadas pela venda; ainda refere-se ao período marcado pelo contexto de fronteira. O terceiro (1870-1874) e quarto (1875-1888) período marcaram o auge das negociações de escravos em Palmas, e nesses anos houve a promulgação da Lei do Ventre Livre. Também classificamos os cativos negociados em faixas de idade, tendo em vista as fases de maior e menor disposição para o trabalho e para a reprodução. Ao longo dos anos foram produzidas 59 escrituras de compra e venda, sendo negociados 72 cativos, entre os quais 24 eram membros de famílias vendidos juntos e foram registrados na mesma escritura de venda⁴¹. Durante a década de 1860 foram negociados 17 cativos que compuseram 24%, correspondendo na década de 1870 a 76% das negociações para todo o período.

Quanto ao sexo, 55% eram escravos e 45% escravas; as vendas tenderam a um equilíbrio ao longo dos anos entre total de homens e mulheres negociados. Nos três primeiros períodos aqui definidos, o total de cativos do sexo masculino negociado foi relativamente maior que o número de escravas, mas as negociações não corresponderam a um percentual tão elevado de vendas de homens em relação às mulheres. Para os dois primeiros períodos, o volume de vendas foi 59% de homens e 41% de mulheres. Nos dois últimos períodos, quando o nú-

³⁸ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 1*, 1843 – 1871, fls. 44 verso, 47 verso.

³⁹ Quanto a José o senhor pode também ter obtido pela divisão de bens, mas por ter sido batizado adulto e sendo africano possivelmente foi comprado por Francisco Antonio de Araújo.

⁴⁰ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo de Ingênuos*, 1871-1888, fls. 7, 13 verso. CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 2*, 1872-1890, fl. 58.

⁴¹ Entre as escrituras um caso foi anulado por não ter sido apresentada a matrícula de escravos pelo vendedor, este caso foi considerado na soma das escrituras, mas a cativa negociada foi desconsiderada na soma dos escravos negociados.

mero de vendas foi maior, correspondeu a 53% de cativos e 47% de escravas, o que comprova a tendência, de certa forma, de um quase equilíbrio em relação ao sexo nas negociações (Tabela 16).

Tabela 16. Negociações de escravos em Palmas (1862-1879)

Sexo	Períodos									
	1862-1864		1866-1869		1870-1874		1875-1879		1862-1879*	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Masculino	5	7	5	7	14	20	15	21	39	55
Feminino	3	4	4	5	11	15	15	21	33	45
Total	8	11	9	12	25	35	30	42	72	100

Fonte: Livros de Notas - Registros de Vendas de Escravos - Tabelionato Leining.

*Para o sexo Feminino no período de 1870-1874 não foi contabilizada uma escritura que tinha sido cancelada.

Nos dois primeiros períodos, a maior parte dos cativos do sexo masculino negociados estava na faixa dos 16 a 30 anos de idade, sendo negociadas apenas três crianças com até 15 anos e dois adultos na faixa dos 31 a 45. Nos dois últimos períodos, verificamos um número mais elevado de crianças sendo negociadas: com até 15 anos foram 10 e com 16 para mais houve 16 casos de venda. Das escravas do sexo feminino, nos dois primeiros períodos foram negociadas apenas sete cativas, seis na faixa dos 16 a 30 anos e uma com até 10 anos de idade. Nos dois últimos períodos, foram negociados 13 escravos com até 15 anos e na faixa dos 16 até 45 anos, a um número absoluto de 13 negociações (Tabela 17).

A média aritmética de idade sempre foi mais alta para os escravos do sexo masculino negociados, mas tendeu a ser maior nos dois primeiros períodos, correspondendo para homens a 27,4 (1862-1864) e 24 anos (1866-1869), e para as mulheres a 24 (1862-1864) e 22,3 anos (1866-1869). No terceiro e quarto períodos, foi de 22,4 (1870-1874) e 22,6 (1875-1879) para os cativos do sexo masculino e 18,2 (1870-1874) e 21,7 anos (1875-1879) para o sexo feminino. Nesse aspecto, constata-se que os compradores adquiriam cativos jovens, de maneira geral na casa dos 20 anos, para ambos os sexos. Provavelmente a Lei Rio Branco (Lei do Ventre Livre) acirrou a preferência dos senhores por cativos em idade mais jovem; com isso talvez estivessem se prevenindo de uma possível escassez de trabalhadores, mas também, pela compra de mulheres moças, ao que parece, buscavam lograr para si a oportunidade de usar a mão de obra compulsória que as cativas poderiam possibilitar pela reprodução.

Tabela 17. Faixa etária dos cativos negociados em Palmas (1862-1879)

Sexo Masculino							
Período	Até 10 #	11 a 15 #	16 a 30 #	31 a 45 #	46 ou + #	MI	Total* #
1862-1864	1	-	3	1	-	27,4	5
1866-1869	1	1	2	1	-	24	5
1870-1874	5	1	4	2	2	22,4	14
1875-1879	3	1	7	3		22,6	14
Total	10	3	16	7	2	23,3	38

Sexo Feminino							
Período	Até 10 #	11 a 15 #	16 a 30 #	31 a 45 #	46 ou + #	MI	Total* #
1862-1864	-	-	3	-	-	24	3
1866-1869	1	-	3	-	-	22,3	4
1870-1874	6	1	1	3	-	18,2	11
1875-1879	2	4	5	4	-	21,7	15
Total	9	5	12	7	-	20,8	33

Fonte: Livros de Notas - Registros de Vendas de Escravos - Tabelionato Leining.

MI = Média de Idade

* Para o sexo masculino um caso não constava à idade para o período de 1875-1879. Para o sexo Feminino no período de 1870-1874 não foi contabilizada uma escritura que tinha sido cancelada.

Outro fator que pode ter favorecido a média de idade mais baixa para as mulheres em relação aos homens nos últimos períodos, foi a maior compra de cativas com até 15 anos, o que pode estar relacionado com uma possível estratégia dos compradores para a manutenção futura da mão de obra, pois, quando o trabalhador escravo se tornasse cada vez mais escasso, elas poderiam ainda gerar filhos para lhe servir. Entretanto, as meninas com até 15 anos corresponderam a 18% (13) de todas as negociações de cativos (72), e a lei de 1869, que proibia a separação de membros de família pela venda e divisão dos bens, pode ter favorecido o aumento do volume de negociações de crianças de forma geral. Em todo caso, 38% das meninas foram negociadas com seus pais e 62% não tinham referência de parentes sendo negociados com elas⁴². Dos meninos, 62% foram vendidos com os pais e(ou) irmãos, e 38% foram negociados sem constar referência de parentes, ou seja, o inverso dos percentuais marcados para as meninas.

De maneira geral, a intenção dos compradores ao adquirir um cativo, criança ou adulto, homem ou mulher, estava direcionada a suprir a demanda por trabalhadores e, possivelmente, os senhores planejavam usufruir por um longo tempo dessa mão de obra, por isso a

⁴² Retiramos dessa soma uma escrava que foi identificada com 13 anos e casada.

aquisição de escravos jovens. Essa tendência foi mais aparente na década de 1870 e se estabilizou nos anos de 1878 e 1879; – vale notar que a partir de 1880 já não encontramos mais escrituras de vendas de cativos (Gráfico 13).

Gráfico 13. Negociações de escravos em Palmas (1862-1879)

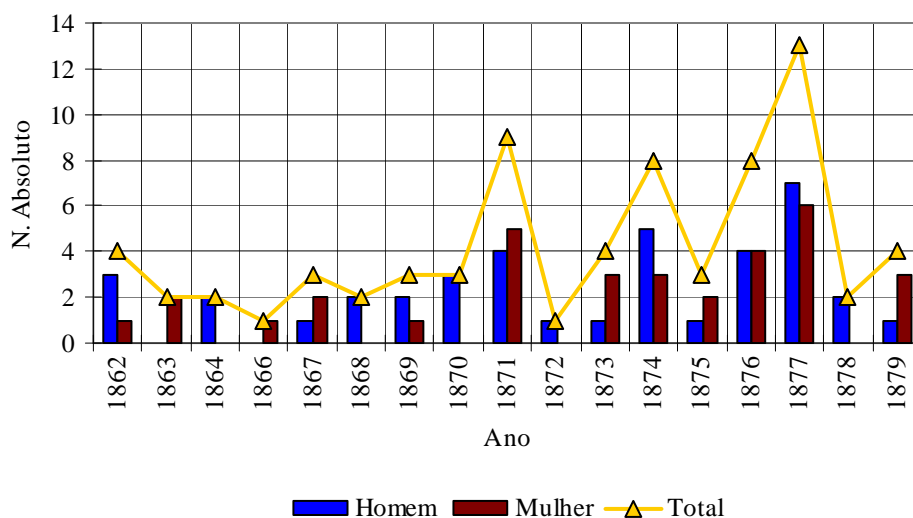


Tabela 18. Preços Médios dos escravos na faixa etária dos 15 aos 39 anos e dos menores de 15 anos em Palmas (1862-1879)

Períodos	Homens		Mulheres	
	Número	Média de Preços*	Número	Média de Preços*
1862-1864	4	1:445\$000	3	1:900\$000
1866-1869	3	600\$000	4	1:717\$500
1870-1874	8	1:412\$500	3	1:143\$333
1875-1879	9	1:522\$222	7	1:534\$286
1862/79	24	1:357\$500	17	1:752\$353

Menores de 15 anos		
Períodos	Número	Média de Preços
1862-1864	1	1:700\$000
1866-1869	3	800\$000
1870-1874	7	744\$600
1875-1879	2	750\$000
1862/79	13	1:493\$554

Fonte: Livros de Notas - Registros de Vendas de Escravos - Tabelionato Leining.

* Foram contabilizados nas Médias de Preços o valor da negociação; por exemplo, em casos onde o casal e seus filhos eram negociados, e não constava o valor de cada escravo vendido, computamos para cada sexo o valor total da negociação da família. Essas médias correspondem à soma dos preços dividida pelo número de negociações.

Por meio do Gráfico 13 constatamos que o maior volume de compra e venda de escravos se concentrou na década de 1870. A média de preços nas negociações teve variações de acordo com o sexo: para os homens foi de 1:357\$500 (um conto trezentos e cinquenta e

sete mil e quinhentos réis) e para as mulheres foi de 1:752\$353 (um conto setecentos e cinquenta e dois mil e trezentos e cinquenta e três réis). A menor e maior média de preço se registraram para as cativas no período de 1870-1874 (1:143\$333) e no de 1862-1864 (1:900\$000) e para os escravos no período de 1866-1869 (600\$000) e no de 1875-1879 (1:522\$222), respectivamente. Entretanto, para todas as negociações, a maior média de preço foi estimada nos anos de 1862-1864 e a menor ficou para o período de 1870-1874 (Tabela 18). Dessa forma, constata-se que os menores preços se deram no período que abarca os anos que seguiram a proibição da separação das famílias escravas pela venda e a Lei do Ventre Livre. Esses fatos, evidentemente, contribuíram para a redução imediata nos preços dos cativos; entretanto, nos anos posteriores, a média de preço tendeu a um aumento.

Comparando as médias de preços dos escravos negociados com o valor das avaliações nos inventários, o preço dos escravos nos registros de compra e venda era bem mais elevado que dos inventários de bens. Cabe ressaltar que, se a avaliação em inventários não acompanhava o valor de mercado do cativo, ao menos era orientado por ele⁴³. Constatamos, entretanto, que os senhores conseguiam vender e também compravam escravos com preços acima dos valores atribuídos pelos avaliadores em inventários aos cativos na mesma faixa de idade (15 a 39 anos). Pensamos que o preço dos cativos negociados em Palmas provavelmente dependeu da condição e função do escravo negociado, das relações sociais dos envolvidos na compra e venda e da oferta desse tipo de mão de obra no local (que pode ter diminuído e(ou) elevado o preço dos cativos que estavam sendo negociados).

Em 1871 a Lei do Ventre Livre reforçou em seu texto a proibição da separação de famílias cativas em casos de alienação ou transmissão de escravos. Com pena de nulidade, era proibido separar cônjuges ou mãe e seus filhos menores de doze anos⁴⁴. Dessa forma, esse dispositivo da lei favoreceu na maior ocorrência de cativos com família no número de negociações.

Os aspectos legais interferiram nas tendências das negociações de escravos com família. Com o fim do tráfico de africanos em 1850, o mercado de cativos começou a depender da reposição interna da mão-de-obra escrava; com isso a venda de escravos com família deve ter aumentado, tendo em vista que já não dispunham de africanos desarraigados. Assim, para Palmas sugerimos que antes da proibição da separação pela venda possivelmente membros de família eram separados sem a preocupação do escrivão em assinalar algum vínculo de paren-

⁴³ PESSI, Bruno Stelmach. *O trabalho escravo no contexto do fim do tráfico: Organização e especialização do trabalho nas charqueadas pelotenses*. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/ivenccontro/pdfs/banners/BrunoPessi.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2010.

⁴⁴ VEIGA, 1876, Op. Cit.

tesco com outros escravos. Outro fator que favorece essa hipótese são as matrículas de escravos criadas pela Lei do Ventre Livre e que eram apresentadas ao escrivão a partir de 1872.

Nesse ano os escravistas foram obrigados a registrarem seus escravos nas coletorias dos municípios onde moravam. Nesse documento constavam várias informações referentes aos escravos: cor, profissão, estado civil, aptidão para o trabalho, filiação etc. Desse ano em diante a matrícula se constituía na principal base legal para a propriedade de escravos, e o senhor que não matriculasse um escravo perdia o título a sua propriedade⁴⁵. Cabe repetir, nesse documento constava estado civil e filiação, portanto, dados relativos à presença de famílias.

De 1872 em diante, evidenciamos nas escrituras de compra e venda de escravos a referência à matrícula, reforçando que os escrivães estavam anotando as informações referentes a esses escravos com base nesse documento, e por isso com maior precisão quanto ao estado civil e filiação que em outros períodos, quando apenas o comprovante de pagamento da “meia-siza”⁴⁶ e as informações fornecidas pelos vendedores e compradores era seu referencial.

Se levarmos em conta, entretanto, que a totalidade dos escravos negociados em Palmas era proveniente da mesma Província do Paraná e que a maior parte das negociações foi realizada por senhores locais, algumas vezes aparentados entre si, pode-se sugerir que a venda não representasse necessariamente o desate definitivo das relações que os escravos mantiveram com o antigo cativo⁴⁷. Infelizmente a falta de informações nos impede de apontar com precisão se as famílias foram ou não separadas pela venda; nos limitamos a conjecturar essas possibilidades.

Voltando especificamente aos dados para Palmas, verificamos que a Lei não interferiu no volume de escravas mulheres sendo negociadas, mas provavelmente os escravistas mais abonados eram os principais compradores⁴⁸. A interrupção dos registros a partir de 1880, cabe

⁴⁵ SLENES, Robert. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. IN: *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 13 (01): 117-149, jan.-abr., 1983, p. p. 168-169.

⁴⁶ A “meia-siza” era um imposto sobre as transações mercantis envolvendo cativos. Ver: FERNANDES, Guilherme Vilela. Tributação e escravidão: o imposto de meia siza sobre o comércio de escravos na província de São Paulo. IN: *Almanack brasileiro*. São Paulo: USP, n. 2, nov. 2005, p. p. 102-113.

⁴⁷ Observamos, entretanto, que as negociações envolveram mais cativos de outros lugares, sendo que apenas 6 dos cativos negociados eram naturais de Palmas. Dos escravos onde foi identificado a naturalidade 33 eram da Província do Paraná (com destaque a Palmeira com 17 cativos que lá nasceram, salientamos que não contamos com os 6 cativos de Palmas), 7 de Santa Catarina, 5 de São Paulo, 2 de Minas, 3 escravos que eram naturais do Rio de Janeiro, Rio Grande e Bahia, 3 africanos e, em 14 registros não era identificado a naturalidade.

⁴⁸ Dos compradores encontramos 11 que possuíam inventário, destes 7 eram grandes escravistas e negociaram 10 cativos, 1 era médio e comprou 8 cativos, e 3 eram pequenos escravistas e compararam 6 cativos. Entre os vendedores encontramos apenas 6 que tiveram inventários produzidos, entre eles dois eram de grandes escravistas que venderam 2 escravos, 1 era médio escravista que vendeu apenas um cativo e 3 eram pequenos escravistas que venderam 4 cativos. Dos pequenos escravistas encontramos Benedito Vieira da Silva que era comerciante, provavelmente esta profissão deve ter favorecido para que tivesse participado como comprador em 4 e como

ressaltar, é uma prova de que os senhores não estavam mais dispostos a correr o risco de perder seus investimentos com escravos.

Tabela 19. Características de Cativos negociados com algum parente em Palmas (1862-1877)

Ano e Nome	Idade	Profissão	Cor	Preço	Relação de parentesco
1871					
Emiliana	28	-	-	2:320\$000	Mãe
Maria	10	-	-		Filha escrava
Manuel	58	Roceiro	Preto	2:500\$000	Marido e pai
Anna	40	Cozinheira	Preta		Esposa e Mãe
Martinho	1	-	Crioula		Filho escravo
Matheus	4	-	Crioula		Filho escravo
Policena	38	Cozinheira	Preta	1:250\$000	Mãe
Theodora	30 meses	Cozinheira	Preta		Filha escrava
1873					
Felisbina	40	Cozinheira	Preta	800\$000	Mãe
Joaquina	6	-	Parda		Filha escrava
1875					
Victalina	33	Cozinheira	Preta	1:100\$000	Mãe
Luiza	5	-	Preta		Filha escrava
1876					
Hygino	23	-	Fula	2:200\$000	Marido e pai
Romana	13	-	Preta		Esposa e Mãe
Pacífica	2 meses	-	-		Filha ingênua
1877					
Estelina	24	-	Preta	4:800\$000	Mãe
Marcos	8	-	Parda		Filho escravo
Lucia	10	-	-		Filho escravo
Salomão	13	-	Parda		Filho escravo
Candido	2	-	-		Filho ingênua
Hygino	27	-	Fula	1:700\$000	Marido e pai
Romana	17	Serviços de casa	Preta		Esposa e Mãe
Pacífica	6 meses	-	-		Filha ingênua
Maria	30	Cozinheira	Preta	1:200\$000	Mãe
Ignácio	8	-	Preta		Filho escravo
Maria	23	Cozinheira	Preta	1:000\$000	Mãe
Romão	10	Campeiro	Fula		Filho

Fonte: Livros de Notas - Registros de Vendas de Escravos - Tabelionato Leining.

Em relação aos preços das famílias negociadas observamos que os valores, se contarmos cada membro, correspondeu, em quase todos os casos, a um preço acima das médias

vendedor em 1 negociação envolvendo cativos, além disso apareceu como procurador dos vendedores em dois casos.

gerais para Palmas. Por exemplo, Emiliana e sua filha Maria foram negociadas pela quantia de 2:320\$000⁴⁹, o preço médio das cativas na faixa de idade de Emiliana foi de 1:143\$333 e na faixa de sua filha foi de 744\$600; somando essas médias teríamos um valor médio de 1:887\$933 (Tabela 18 e Tabela 19).

No que diz respeito aos filhos ingênuos que acompanhavam suas mães quando essas eram vendidas a outros senhores, pode-se dizer que eles também tiveram um preço que fez parte das negociações. A cativa Estelina com seus três filhos escravos e um ingênuo foi negociada pela quantia de 4:800\$000⁵⁰; fazendo uma média a partir da Tabela 18, essa cativa e seus filhos escravos seriam negociados pelo valor total médio de 3:784\$286, com acréscimo de mais de um conto de réis, pode-se afirmar que o ingênuo teve um preço que foi incluso nessa negociação.

A idade dos pais parece ter interferido no valor dessas famílias. A escrava Felisbina de 40 anos e sua filha de seis, por exemplo, foram vendidas pela quantia de 800\$000⁵¹, já Vitalina com 33 e sua filha com cinco foram negociadas por 1:100\$000⁵². Essa disparidade dos preços, de uma e outra cativa, se devia, provavelmente, à idade das escravas negociadas, afinal elas desempenhavam a mesma função. Provavelmente, os senhores que compravam essas mulheres e seus filhos, além da função que a cativa iria desempenhar nas propriedades, procuravam aumentar sua escravaria adquirindo escravas que pudessem gerar filhos também cativos.

De qualquer forma, os percentuais salientam que os senhores palmenses estavam preocupados com a reposição da mão de obra cativa nas propriedades, principalmente a partir de 1871, ano em que encontramos as primeiras escrituras de venda envolvendo famílias e as negociações dos cativos mais jovens. Cabe ressaltar que a negociação de escravos com família pode ter sido uma imposição da própria conjuntura escravista. Os senhores não poderiam mais separar famílias pela venda e tampouco o mercado de cativos dispunha de escravos desarraigados devido à proibição do tráfico de africanos.

⁴⁹ TABELIONATO LEINIG. *Livro de Nota n.2*, fls. 45-46.

⁵⁰ TABELIONATO LEINIG. *Livro de Nota n.5*, fls. 27 verso-29.

⁵¹ TABELIONATO LEINIG. *Livro de Nota n.3*, fls. 38-40 verso.

⁵² TABELIONATO LEINIG. *Livro de Nota n.4*, fls. 58-59 verso.

2.2 CONFORMAÇÕES DE INTERESSES SENHORIAIS E CATIVOS: A FAMÍLIA ESCRAVA

A formação de família entre os escravos era, no Brasil, uma possibilidade limitada devido à constante entrada de estrangeiros pelo tráfico e pelas altas taxas de masculinidade, que caracterizaram a população cativa trazida do continente africano para o país. Segundo Hebe Maria Mattos, isso “não impossibilitava as relações familiares, mas fazia da família e dos recursos que comumente a ela estiveram associados [...] possibilidades abertas, mas não acessível a todos os cativos”⁵³. Assim, a família era um elemento de diferenciação no grupo escravo.

Estar vinculado a relações familiares fazia com que os escravos não fossem relacionados apenas as funções produtivas que desempenhavam, eram pai/mãe, filho/filha, esposo/esposa, padrinho/madrinha e compadre/comadre papéis que os diferenciavam e eram fontes de significações que remetem a uma comunidade baseada em relações de parentesco⁵⁴. Nesse sentido, o parentesco possibilitou que os escravos ultrapassassem as estâncias do cativo.

Para a formação de laços de parentesco, fazia-se imprescindível que o escravo permanecesse em um mesmo plantel durante alguns anos. A instabilidade gerada pela condição de propriedade de outrem era corroborada pela constante venda do cativo, impossibilitando o estabelecimento de laços de pertencimento e a formação de famílias estáveis.

Nas décadas de 1870-80, com as leis que protegiam as famílias escravas, as possibilidades de formações familiares estáveis tornavam-se mais concretas. Em Palmas, a população cativa era em quase sua totalidade formada por brasileiros – a maior parte dos escravos era natural de Palmas ou de lugares da mesma Província do Paraná. Nesse sentido, quase todos os plantéis tinham escravos que possuíam laços de parentesco enraizados na localidade e, mesmo com a separação pela divisão dos bens, devem ter mantido esses vínculos, favorecendo relações comunitárias entre as propriedades de Palmas.

A fim de observar as questões referentes à importância da estabilidade dentro do plantel para a formação de famílias, e os possíveis significados atribuídos pelos escravos a papéis ligados à família, buscamos seguir a trajetória de Bento Antonio Guedes e em paralelo, procuramos analisar as cartas de liberdade produzidas em Palmas.

⁵³ MATTOS, 1998, Op. Cit. p. 126.

⁵⁴ Utilizei a expressão papéis conforme conceituada por Manuel Castells “Papéis são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade”. Mas considere neste caso sua afirmação que “as identidades também possam [podem] ser formadas a partir de instituições dominantes, [mas] somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização”. CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. v. 2, São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 21-22.

Em 1874, Bento Antonio Guedes deixou testamento, escravo de Joaquim Manoel de Oliveira Ribas, Bento reconheceu como seus legítimos herdeiros Estevão, José e Antonio, filhos de Antonia, escrava do mesmo senhor. Aqui cabe um parêntese, desconhecemos casos de testamentos deixados por escravos relatados na historiografia, de acordo com as Ordenações Filipinas escravos não poderiam fazer testamento, o que reforça a peculiaridade desse caso⁵⁵. Cinco anos depois Bento acrescentou entre seus herdeiros, Maria, filha da mesma Antonia que, agora, assim como ele, são identificados como libertos⁵⁶.

Apesar de Bento não ser registrado como pai dos filhos de Antonia, acreditamos ser indício da paternidade o testamento⁵⁷. Considerando que os cativos tiveram uma vida conjugal, verificamos que a relação de Bento e Antonia foi relativamente duradoura, pelo menos até períodos depois do ano da produção do inventário de Joaquim Manoel (1875), em que é arrolado apenas Estevão com oito anos e José com cinco; o casal deve ter permanecido junto⁵⁸.

No período de 1868 a 1875 Antonia levou para batizar os três meninos que Bento reconheceu como seus herdeiros. Estevão recebeu os santos óleos em 1868, quando tinha sete meses de idade, José foi batizado no dia 20 de março de 1870 também com sete meses. Antonio, nascido em 11 de junho de 1875, foi batizado no mês de setembro, no assento de batismo do pequeno sua mãe foi identificada como “escrava liberta”⁵⁹. Os fragmentos da trajetória da família de Bento ilustram as relações consensuais, que não devem ter sido incomuns, e nesse caso o testamento as revelou. Segundo Herbert S. Klein, como os casais livres, os escravos na América Latina viviam em uniões formalmente sancionadas e aceitas como unidades familiares, mesmo não sendo legalmente reconhecidas⁶⁰.

⁵⁵ TABELIONATO LEINIG. *Livro de Nota n. 4*. fl. 7 e verso. Desconhecemos casos de testamentos de escravos relatados na historiografia, o que ressalta a peculiaridade desse caso. Segundo as Ordenações Filipinas os escravos não podiam fazer testamento, entretanto nos casos em que o senhor não impedisse, ele poderia ser feito. Para que o testamento aberto fosse feito o testador teria que apresentar seis testemunhas, cinco que deveriam ser “varões livres” maiores de 14 anos e o tabelião. *Ordenações Filipinas*, vols. 1 a 5; Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro de 1870, 4 tit. 80-81. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/14p900.htm>. Acesso em: 12 fev 2010.

⁵⁶ TABELIONATO LEINIG. *Livro de Nota n. 5*. fl. 100.

⁵⁷ Na lista de qualificação de eleitores um homem chamado “Antonio Guedes de Ramos” foi identificado como filho de Bento Antonio Guedes, possivelmente seja o pequeno Antonio que Bento reconheceu como seu herdeiro nos testamentos. NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA DE PALMAS (NDPH-UNICS). *Lista geral da revizão e qualificação dos Cidadãos Eleitores no ano de 1895 de conformidade com a Lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892*, fls. 9 verso e 10.

⁵⁸ Inventário de Joaquim Manoel de Oliveira Ribas (1875). NÚCLEO...

⁵⁹ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 2*, 1872-1890, fl. 72.

⁶⁰ KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 190.

No inventário de Joaquim Manoel, Bento era identificado como tropeiro, o que exigia mobilidade e, de certa forma, denotava a confiança do senhor no cativo⁶¹. Essa atividade possivelmente lhe propiciou melhores condições no cativo, além da oportunidade de acumular alguma riqueza e deixá-la a seus herdeiros. A expressão de seus desejos em testamento foi um meio de garantir o cumprimento após sua morte, mas ao que parece em nada remeteu ao temor em ser logrado pelo senhor, ao contrário deixa como testamentário o filho de Joaquim Manoel, José de Oliveira Ribas.

Provavelmente a atividade de tropeiro desempenhada por Bento deve ter lhe rendido certo prestígio, único escravo que produziu testamento⁶², e demonstra-se que seu senhor permitiu não só a união com Antonia, como também acumular riquezas. Vale notar que mesmo que o direito ao pecúlio tenha sido reconhecido pela Lei de 1871, em um ambiente rural como em Palmas, a única forma de os escravos obterem alguma posse era por meio de recompensas dadas pelos próprios senhores.

O percurso de Bento marca a conquista do escravo que conseguiu acumular posses e alcançar a liberdade, mas também implícito na escolha de seu testamentário, ou seja, a pessoa que garantiria que os bens fossem divididos conforme sua vontade estava o reconhecimento da autoridade moral de seus antigos senhores. Conforme Hebe Maria Mattos: “O segredo do código paternalista de domínio escravista estava no poder senhorial de transformar em concessão qualquer ampliação do espaço de autonomia no cativo”⁶³. Nesse sentido, os senhores de Bento aparentemente foram bem sucedidos.

Procurando articular a propriedade conquistada pelo escravo, e a própria família, como concessão senhorial, os senhores buscavam garantir a legitimidade do seu domínio, o que não significou, necessariamente, lucros para os escravistas e reconhecimento da “concessão” por parte dos escravos. Segundo a mesma autora, os cativos, principalmente os nascidos no Brasil, conheciam a política de negociações, desenvolvidas no campo dos costumes e do

⁶¹ Segundo Herbert S. Klein os escravos com profissões especializadas tinham um *status* mais alto dentro da comunidade. Em relação ao tropeiro afirma que “os tropeiros de mulas que levavam a safra para o mercado eram considerados um grupo particularmente ativo e acreditava-se que eram os “reis” da força escrava”. Op. Cit. p. 186. Bento poderia apenas ser um escravo de tropas, mas sabe-se que alguns escravos chegavam mesmo a conduzir tropas e eram identificados como tropeiros nas guias de recolhimento de impostos, entretanto a única referência de que dispomos é a do inventário. RESTITUTTI, Cristiano Corte. Comércio e tráfico de escravos nas primeiras décadas do século XIX: novas percepções de duas fontes seriadas. IN: Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. *Revista de Humanidades*. Disponível em: http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_8/cristiano_st8.pdf. Acesso em: 20 set. 2009, p. p. 11-12.

⁶² Cabe dizer que produzir testamento não era uma prática muito comum entre os próprios senhores de escravos palmenses.

⁶³ CASTRO, Hebe M. Mattos. Laços de família e direito no final da escravidão. IN: ALENCASTRO, Luis Felipe de (Org). *História da Vida Privada no Brasil*: Império. São Paulo: Companhia, 1997, p. 354.

poder privado dos senhores, e se para os senhores representava a forma de produzir fidelidades e potencializar a sua autoridade entre os cativos, para os escravos significava à busca da alforria. Ainda afirma que ter frustrado este trânsito, da escravidão para a liberdade, tornava-se perigoso aos senhores⁶⁴.

No caso de Bento, ele conseguiu melhores condições de cativo e por fim alcançou a liberdade, da mesma forma seu senhor não frustrou suas expectativas e conseguiu vincular a conquista do escravo, ao que parece, com a ideia de concessão, afirmando sua autoridade mesmo após a liberdade do cativo. Segundo Carlos Engemann, a violência do senhor convivia com outros mecanismos compensatórios para aliviar as tensões, e a circulação de bens financeiros e simbólicos se constituía em uma maneira de tornar a vida dos cativos suportável⁶⁵.

A produção do testamento é também um indício de que o cativo temesse que os seus ficassem desamparados após a sua morte. Nesse aspecto o escravo teria o exemplo de um colega de cativo. Benedicto, escravo do mesmo senhor de Bento, teve todos os seus 159\$000 em animais destinados, após a sua morte, ao fundo de emancipação, por não possuir herdeiros⁶⁶. Dessa forma, Bento, pelo testamento, reconhecia os seus herdeiros e garantia o usufruto do patrimônio que construiu. Assim a família ressignificou suas posses; afinal, de que adiantariam os esforços de Bento se ele não pudesse transmitir aos seus herdeiros suas posses como ocorreu com Benedicto?

O cativo com testamento e herdeiros reconhecidos evidencia a possibilidade de acumular algum bem, e principalmente de fazer parte de uma família, como um elemento de diferenciação do restante dos cativos. Mais do que a posse, o pertencer a uma família representou aproximar-se da liberdade, o que no caso de Bento realmente ocorreu.

2.2.1 As famílias escravas nas cartas de liberdade

Nos registros cartoriais encontramos 60 cartas libertando 68 cativos, que começaram a ser produzidas em 1871; entretanto, há uma carta de 1868, que foi transcrita no Livro de

⁶⁴ MATTOS, 1998, Op. Cit. p. 192.

⁶⁵ ENGEMANN, Carlos. Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII – XIX. IN: FLORENTINO, Manolo Garcia (Org.), *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 174.

⁶⁶ Inventário do Escravo Benedicto do Major Joaquim Manoel de Oliveira Ribas (1875). NÚCLEO... Op. Cit. Segundo o primeiro parágrafo do artigo 4º da Lei do Ventre Livre na falta de herdeiros o pecúlio do escravo deveria ser adjudicado ao Fundo de Emancipação. VEIGA, Luiz Francisco da. *Livro do estado servil e respectiva libertação*: contendo a lei de 28 de setembro de 1871 e os decretos e avisos expedidos pelos Ministerios da Agricultura, Fazenda, Justiça, Império e Guerra desde aquella data até 31 de dezembro de 1875 precedido dos actos legislativos, em benefício da liberdade, anteriores á referida lei. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1876. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/174465>. Acesso em: 12 fev. 2010.

Escrituras em 1872. A última carta encontrada foi produzida em 1888. Dessas concessões de liberdade, 22 eram com a condição de o escravo servir por mais alguns anos ou até a morte do senhor, em três casos salientaram que para o senhor deveria ficar ainda reservado o “direito” de dar educação e dispor dos serviços dos filhos ingênuos dos escravos libertos e, em um caso, a senhora libertou a parte que lhe tocava como sua posse ficando a cativa sujeita a seu outro senhor.

As décadas que iniciam a produção mais significativa das cartas foram marcadas por mudanças, pela criação de leis que buscaram a transição gradual do trabalho escravo para o livre assalariado. Diante da liberdade do ventre da mulher escrava pela lei de 28 de setembro de 1871, a criação do Fundo de Emancipação e a Lei do Sexagenário, os senhores já não eram os únicos que detinham o poder de libertar seus cativos. Destarte, possivelmente os proprietários de escravos, ao dar a liberdade a seus escravizados, buscavam ainda infundir a idéia de que a liberdade estava centrada na sua vontade e vinculada à obediência e aos bons trabalhos desempenhados pelo cativo. Dessa forma, a liberdade era uma estratégia articulada pelos senhores para manutenção dos vínculos de dependência, característica da relação senhor-escravo. Segundo Sidney Chalhoub, seria impossível imaginar que as relações de trabalho escravo se reproduzissem sem a introjeção, pelo menos parcial, de certos símbolos de poder, e a concentração do poder de alforriar exclusivamente nas mãos dos senhores era um dos seus símbolos máximos⁶⁷.

Casos limites como o dar a liberdade a uma cativa sem, entretanto, dispor do direito de usufruir do trabalho dos ingênuos, nascidos após a Lei do Ventre Livre, sugerem que os senhores não estavam dispostos a se desfazer totalmente de seus cativos e dos significados relacionados ao poder que a posse de escravos simbolizava. Libertando a mãe, mas mantendo os seus filhos, os senhores continuavam vinculando a mãe liberta à propriedade senhorial. Dessa forma, provavelmente os senhores não perdiam a mão de obra; a cativa poderia ainda estar vinculada à família senhorial, agora como dependente livre.

Outra estratégia senhorial de manutenção dos vínculos de dependência dos escravos foi, sem dúvida, a liberdade condicional. Os senhores tomavam emprestada a idéia da “transição gradual” do sistema de trabalho escravista para o livre, sem se desfazer da relação de dominação exercida, afirmando ainda serem detentores do poder de alforriar. Sugerimos que na condição de servir por mais alguns anos, poderia estar implícita uma tentativa de os senhores

⁶⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 150.

testar o quão subordinado era o escravo e se poderiam servi-lo na condição de livre. A liberdade com condições pode também ter sido fonte de diferenciações entre os cativos.

Tabela 20. Distribuição por sexo e estado civil dos cativos que receberam a liberdade em Palmas (1868-1888)

Sexo	Estado Civil	Décadas						Total	
		1860		1870		1880		#	%
		#	%	#	%	#	%		
Homem	Solteiro	-	-	1	14	5	22	6	20
	Casado	-	-	2	29	3	13	5	17
	Viúvo	-	-	-	-	-	-	-	-
	Indeterminado	-	-	4	57	15	65	19	63
	SubTotal	-	-	7	100	23	100	30	100
Mulher	Solteira	-	-	3	23	10	42	12	32
	Casada	-	-	2	15	2	8	4	11
	Viúva	-	-	1	8	-	-	1	3
	Indeterminado	1	100	7	54	12	50	20	54
	SubTotal	1	100	13	100	24	100	38	100
Total		1	1	21	31	46	68	68	100

Fonte: Livros de Notas - Registros de Cartas de Liberdade - Tabelionato Leining.

Em Palmas houve mais mulheres que homens alforriados. Entretanto, não correspondeu a um desequilíbrio acentuado de cartas de liberdade para escravos e cativas, se relacionado às tendências que a historiografia constatou em outras regiões. Ao desempenharem trabalhos ligados à casa de seus proprietários, as mulheres teriam mais acesso à liberdade, por essa proximidade com seus senhores; no entanto, em regiões caracterizadas por pequenos plantéis como em Palmas, as relações entre escravos e senhores foram mais pessoais de forma geral. Dos libertos, 56% eram mulheres e 44% eram homens; a maior parte dos cativos foram identificados como solteiros, os casados corresponderam a um total percentual de 17% entre os homens e 11% entre as mulheres que receberam a liberdade (Tabela 20).

Dos cativos libertados 24 foram identificados com alguma relação de parentesco com outros escravos. Desses registros, 67% eram de mulheres identificadas como mãe, esposa ou filha e 33% de cativos homens identificados como pai, filho ou esposo. Dessa forma, evidencia-se que as mulheres alforriadas estavam mais ligadas a relações de parentesco do que os escravos do sexo masculino, e provavelmente a elas os papéis relacionados à família facilitaram a concessão da alforria. Cabe ressaltar, no entanto, que as escravas identificadas com algum laço de parentesco corresponderam a menos da metade das mulheres libertadas (eram 16 cativas que corresponderam a 42% das mulheres libertadas).

Pelo cruzamento com outras fontes, constatamos que dos cativos alforriados, menos da metade tinham algum papel relacionado a família, correspondendo a 35%⁶⁸. Entretanto, acreditamos ser esse percentual bastante significativo, ressaltando que entre os escravos libertos, os laços ligados ao parentesco poderiam ter sido mais frequentes, tendo em vista que as relações consensuais dificilmente eram identificadas nos registros que analisamos.

Pelo cruzamento de informações de inventários de bens, registros paroquiais e cartoriais que envolveu a família senhorial encabeçada por Joaquim Manoel de Oliveira Ribas, buscamos investigar se os escravos continuaram pertencendo aos mesmos donos, e se existiram laços de parentesco entre os escravos. Além disso, observamos que os laços de parentesco foram mais evidentes no caso das cativas, seis dentre as oito foram identificadas relações com os escravos do plantel: eram mães ou filhas⁶⁹. Para os homens os laços de parentesco foram menos evidentes; apenas sete dos 16 cativos tinham alguma relação familiar com outros escravos (Tabela 21).

Assim, das mulheres cativas, 75% tinham algum laço de parentesco com outros escravos e, entre os homens, o percentual foi de 44%. No primeiro inventário são arrolados alguns cativos do sexo masculino, que desaparecem dos registros disponíveis sobre essa família senhorial. Diante disso, acreditamos que a permanência das mulheres no mesmo plantel favoreceu a construção de famílias. Evidentemente, pela reprodução as escravas teriam bem mais acesso a relações de parentesco consanguíneo ou fictício por meio do compadrio do que os homens do plantel. As uniões consensuais provavelmente contribuíram para a falta de informações nas fontes sobre relações de parentesco estabelecidas pelos escravos homens desse plantel.

⁶⁸ Além das Cartas de Liberdade buscamos essas relações nos registros paroquiais e nos Inventários de bens, entretanto salientamos que as uniões consensuais podem ter favorecido nos baixos índices de parentesco via matrimônio, por exemplo, e mesmo os homônimos que dificultaram a identificação de senhores e escravos.

⁶⁹ Desconsideramos no total de mulheres uma cativa identificada pelo nome Antonio, que provavelmente seja Antonia mãe dos herdeiros de Bento. Inventário de Joaquim Manoel de Oliveira Ribas (1875). NÚCLEO...

Tabela 21. Relações de parentesco e outras informações dos escravos de Joaquim Manoel de Oliveira Ribas

Escravo	Informações encontradas
Antonio	Nenhuma informação foi encontrada.
Candido	Nenhuma informação foi encontrada.
Theodor	Nenhuma informação foi encontrada.
Pedro	Nenhuma informação foi encontrada.
Joaquim	Nenhuma informação foi encontrada.
Manoel	Nenhuma informação foi encontrada.
Benedicto	Escravo com inventário.
Simão	Nenhuma informação foi encontrada.
Bento	Reconhece como herdeiros os filhos de Antonia: Estevão e José também cativos.
Domingos	Em 1884 foi declarado livre por Francisco de Oliveira Sá Ribas herdeiro de Joaquim Manoel.
Venancio	Vendido por Francisco de Oliveira Sá Ribas a seu irmão Rufino de Oliveira Sá Ribas, ambos herdeiros de Joaquim Manoel. Venancio faleceu em 1880.
Constantino	Vendido por Joaquim Manoel para Mariano de Sá e Oliveira Ribas em 1874.
Antonia	Mãe de Rosa, Rita, Estevão e José, os dois últimos herdeiros de Bento.
Rita	Filha de Antonia, possivelmente foi transferida para Anna Euphrasia Sá Ribas quando da morte de Maria esposa de Joaquim Manoel, teve 1 filho registrado como escrava de Anna.
Firmina	Possivelmente mãe de Ignacia, no Registro de batismo é identificada como escrava de Francisco de Oliveira Sá Ribas herdeiro de Maria e Joaquim Manoel.
Maria	Mãe de Henrique e Manoel.
Felícia	Mãe de Felipe e de Maria (a filha não aparece no inventário).
Rosa	Filha de Antonia.
Henrique	Filho de Maria.
Estevão	Filho de Antonia herdeiro de Bento.
José	Filho de Antonia herdeiro de Bento, recebeu a liberdade em 1877 por José de Oliveira Sá Ribas herdeiro de Joaquim Manoel.
Felipe	Filho de Felícia.
Manoel	Filho de Maria.
Antonio[a]	Informado no inventário que foi libertada.
Benedicta	Informado no inventário que foi libertada.
Joana	Informado no inventário que foi libertada.

Fonte: Relação de Inventários de Bens e Testamentos de Palmas (1859-1903), s/a. Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Palmas (NDPH-UNICS). Registros Paroquiais de Batismo-Cúria Diocesana de Palmas-Pr – e Relação de Inventários de Bens – Núcleo de Documentação de Palmas-PR. Livros de Notas - Registros de Escrituras de Vendas, Cartas de Liberdade e Testamento - Tabelionato Leining.

A estabilidade significou para alguns também o alcance da liberdade. Cativos que aparecem no inventário da esposa de Joaquim Manoel em 1862, e no seu inventário em 1875, foram identificados como livres em alguma das fontes levantadas: Benedicta, Joana, Joaquim,

Domingos, José⁷⁰, Antonia e Bento⁷¹. Todos esses escravos apareceram no primeiro e no segundo inventário (Ver: Tabela 21). Provavelmente permanecer no mesmo plantel possibilitou a esses escravizados a oportunidade de estabelecer relações de parentesco relativamente estáveis e mobilizar recursos junto ao senhor. O pertencimento criado no cativeiro possivelmente era um fator imprescindível para a formação de outros papéis sociais que os relacionavam não somente ao trabalho escravo, mas também ao parentesco.

Cabe ressaltar que as relações familiares estabelecidas pelos escravos renderam frutos ao próprio senhor, e provavelmente as crianças nascidas em cativeiro foram utilizadas para ligar seus pais e (ou) parentes livres à propriedade. Os senhores mantendo ingênuos e crianças cativas sob seu domínio e tutela poderiam garantir a permanência dos pais que já haviam conseguido a liberdade. Dessa forma, se para o cativo ter papéis ligados ao parentesco representou a maneira de estabelecer laços e se distanciar da escravidão, para o senhor significou ligar ex-escravos e nascidos livres ao cativeiro.

Tome-se o caso de José, filho de Antonia e Bento, que nasceu escravo e continuou escravo até 1877 quando, com sete anos, foi libertado pelo senhor⁷²; assim, permaneceu na propriedade pelo menos mais três anos depois da liberdade de sua mãe. Acreditamos que, desse modo, o senhor buscava manter a família ligada ao plantel pelos filhos ainda escravos, bem como vincular a liberdade com a benevolência. O principal indício da relação da liberdade com a idéia de concessão senhorial é o fato de que o senhor que libertou o menino era também o testamenteiro escolhido por Bento, salientando o reconhecimento desse senhor pelo liberto.

Em relação à alforria Roberto Guedes afirma que

A alforria é, basicamente, uma concessão senhorial. Com certeza foi estimulada pela pressão dos escravos, mas não se trata de *resistência dentro do sistema* [Grifo do autor]. No limite, é um acordo desigual, em que uma parte dá e a outra aceita. É concessão, predominantemente. Está-se ainda no terreno do poder moral dos senhores. É assim porque a relação vertical entre os escravos e os senhores era, é óbvio, calcada na desigualdade, na assimetria, mas sem deixar de ser uma relação de troca, assentada na reciprocidade⁷³.

⁷⁰ TABELIONATO LEINIG. *Livro de Nota n. 5*, fl. 27 (José). TABELIONATO LEINIG. *Livro de Nota n. 10*, fl. 38 (Domingos).

⁷¹ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registro Paroquiais de Casamentos n. 1*, 1843-1885, fl. 87 verso.

⁷² TABELIONATO... Op. Cit.

⁷³ GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad-FAPERJ, 2008, p. 183.

Nesses termos, a concessão da liberdade a um escravo implicava o reconhecimento do poder senhorial, entretanto “aceitar uma concessão de forma submissa é um primeiro passo de reinserção social pela via legal”. Em uma sociedade escravista a liberdade se constituía em um mecanismo de ascensão social para os escravos⁷⁴.

As várias tramas da trajetória de Bento e de sua família nos indicam a ação dos senhores para manutenção de seu poder. Segundo Ira Berlin, nas sociedades escravistas a relação senhor-escravo fornecia o modelo para todas as relações sociais⁷⁵. Então, o que estava em jogo não era apenas a propriedade privada, mas a reprodução social das relações de dominação senhor-escravo.

Não podemos negar que o escravo era um “bem” que poderia ser vendido e possuía um valor monetário; entretanto, a posse de cativos não apenas estava ligada ao econômico, mas também ordenava as relações sociais. Em uma sociedade caracterizada por poucos escravos e escravistas, a propriedade cativa era um signo de poder e os senhores estavam no topo das hierarquias. Conforme Pierre Bourdieu, uma classe jamais pode ser definida apenas pela sua situação e posição na estrutura social e que

Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em distinções significantes⁷⁶.

Partindo dessa afirmação pode-se supor que a posse escrava e a relação simbólica produzida pelo fato de um homem ser propriedade de um senhor eram fontes de diferenciações sociais que marcavam a relação senhor-escravo e dos livres com e sem escravos. Com isso queremos dizer que ser proprietário de escravos se constituiu em um fator de distinção entre os livres: proprietários e não proprietários de cativos, mas principalmente, na subordinação do escravo estava a base e o principal traço distintivo da “classe” senhorial. Se os escla-

⁷⁴ Op. Cit.

⁷⁵ Ira Berlin distingue as sociedades com escravos das sociedades escravistas. Segundo ele as sociedades com escravos são aquelas em que os escravos não são a maioria dos trabalhadores, e os limites entre o escravo e o homem livre era notavelmente fluído, nessas sociedades a “escravidão era apenas uma forma de trabalho entre outras”. Já as sociedades escravistas, a escravidão estava no centro da produção econômica, e fornecia o modelo para todas as relações sociais e todos aspiravam entrar na classe dos proprietários. “Enquanto na sociedade com escravos os proprietários de escravos eram apenas uma fração de uma elite abastada, nas sociedades escravistas eles eram a classe governante”. BERLIN, Ira. *Gerações de cativo*: uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. p. 20-21. Neste sentido o contexto de fins do século XIX marca a transição de uma “sociedade escravista” para uma sociedade de trabalhadores livres e apresenta características da crise da escravidão como modelo social.

⁷⁶ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 14.

vos não fossem minimamente obedientes e não reconhecessem as “relações simbólicas” ligadas ao domínio senhorial, simplesmente a relação senhor-escravo deixava de existir, mesmo que legalmente fosse reconhecida.

Essas considerações nos fazem formular duas questões que parecem pertinentes: a) como os senhores buscavam reiterar o domínio senhorial, b) de que forma a posse escrava estava relacionada com a relação entre os livres. Segundo Moses Finley, a maneira como os proprietários individuais tratavam seus escravos “não dependia de mero capricho ou de diferenças de personalidade”; com frequência era oferecido pelos proprietários a seus escravos incentivos como a manumissão, que gerava uma série de comportamentos e expectativas que afetavam o próprio senhor. Mesmo podendo revogar o concedido, “os ganhos materiais com a escravidão seriam fortemente reduzidos se tais acordos não fossem regularmente respeitados”⁷⁷.

Em janeiro de 1885 o senhor Simão da Silva Pereira concedeu a liberdade ao mulato Antonio que havia recebido por herança de sua falecida mãe. Na carta de liberdade declarava que libertava o cativo apesar de suas “fracas circunstancias pecuniarias, em reconhecimento ao regular e fiel procedimento” do cativo enquanto esteve sob suas ordens. Essa carta, transcrita pelo tabelião de Palmas, é bastante sugestiva quanto à política de recompensas empreendida pelos senhores. Nesse sentido, podemos imaginar que o senhor Simão Pereira cumprisse a possível promessa de liberdade que teria feito a seu obediente escravo Antonio, apesar de sua desfavorável condição financeira⁷⁸, assim, cumprindo sua promessa reforçava sua autoridade moral. Pensamos que os senhores por meio de incentivos organizaram um sistema de reconhecimento do poder senhorial que, em contrapartida, poderia convergir na possibilidade de o escravo alcançar a liberdade.

No período em que o trabalho escravo começava a ser substituído pelo livre assalariado, as estratégias senhoriais de reconhecimento da concessão por parte dos escravos e libertos poderiam constituir uma forma de resistência da camada senhorial, que buscava manter sua posição perante a população liberta e livre pobre. Em um período em que as diferenciações dos livres, assentadas na posse de escravos, eram estreitadas pelo fim da escravidão, os senhores provavelmente criavam outros símbolos de distinção, que tornariam menos fluidas as hierarquias sociais. Dessa forma, os vínculos senhor-escravo podem ter se transformado depois da liberdade, mas o reconhecimento dos laços de dependência anteriores poderiam ainda ligar ex-escravos a seus antigos senhores.

⁷⁷ FINLEY, 1991, Op. Cit.

⁷⁸ TABELIONATO LEINIG. *Livro de Nota n. 11*, fl. 16 verso.

Com isso não queremos dizer que os cativos fossem passivos diante das estratégias senhoriais; ao contrário, estas estratégias nos mostram a preocupação dos escravistas em reiterar o domínio senhorial, em um contexto em que a instituição da escravidão cada vez mais estava fragilizada. Como afirmou David Brion Davis, “se pensarmos em liberdade como um poder de agir ou de levar os outros a agir, fica claro que, mesmo o senhor mais autoritário, apoiado pelas mais opressivas leis, era em certa medida limitado pela vontade de seus escravos”⁷⁹. Em meados no século XIX a escravidão não poderia mais se sustentar apenas pela força.

Para além da concessão senhorial, os cativos criaram outras significações em volta dos laços de parentesco, que estiveram relacionados ao pertencimento a família, a um grupo, a uma comunidade. Ao empenharem-se em estabelecer vínculos, mesmo que se tornassem réus de seus projetos, estavam se inserindo em um meio onde eram reconhecidos pelo parentesco, onde não eram apenas escravos.

⁷⁹ Fez esta afirmação ao discorrer sobre as dificuldades em atribuir ao escravo à definição de simples “bem”. DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 285.

3. CAPÍTULO: A liberdade pela via do parentesco

3.1 O COMPADRE E A COMADRE DO ESCRAVO

Em uma sociedade escravista as relações sociais estavam impregnadas de diferenciações. As categorias sociais não se limitavam pela condição livre e escrava, existiam signos que criavam distinções entre os livres como posse de cativos, e entre os escravos como uma função de maior destaque e laços de família, por exemplo. O compadrio denotava essa relação social. O compadre firmava pelo batismo laços de parentesco que se formaram a partir de relações estritamente sociais. Com efeito, Radcliffe-Brow e Daryll Forde salientaram que o parentesco é uma relação especificamente social, diferindo-se da relação física que representa a consanguinidade. Para os autores, os vínculos ligados a papéis relacionados à família deveriam ser socialmente reconhecidos para serem definidos como parentesco¹. Nesses termos, na sociedade escravista pelo compadrio criava-se o parentesco com outras pessoas com as quais se dividiam afinidades, vínculos de amizade etc.

Entende-se que a escolha do padrinho envolvia todos esses fatores e para os escravos deve ter se constituído em uma maneira de transformar relações sociais, muitas vezes marcadas pela subordinação, em compadrio. Como afirmaram Manolo Florentino e José Roberto Góes, o “batismo foi uma oportunidade aproveitada pelos cativos para tecer laços de proteção e ajuda mútua”².

No período de 1843-1888 em Palmas, encontramos 302 registros nos quais foram identificados 307 padrinhos e 288 madrinhas. Na maior parte dos batizados era mencionado um padrinho e uma madrinha, entretanto alguns casos são peculiares: um dos batizados não teve seu padrinho nominado; três apareceram com duas madrinhas; para seis deles houve menção de mais de um padrinho; nove tiveram uma santa como madrinha e em 16 batizados não havia referência a madrinha.

Quanto à condição jurídica, os padrinhos e as madrinhas em sua maioria eram livres. De forma geral a preferência de pessoas livres para padrinhos se evidenciou em muitos lugares. Em Guarapuava, na Província do Paraná, nos períodos de 1850-1869 e 1870-1888 75,7%

¹ RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald; FORDE, Daryll. *Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1950, p. p. 14-15.

² FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 92.

e 85,2% dos compadres e comadres respectivamente eram livres³. O mesmo ocorreu em São Francisco Xavier de Joinville, Santa Catarina; eram livres 91,6% dos padrinhos e 94,2% das madrinhas no período de 1857-1871 assim como no período de 1872-1888⁴. Também em São João Del Rei em Minas Gerais, 70% dos padrinhos de filhos de cativas eram livres na década de 1841-1850⁵.

Em Inhaúma, Rio de Janeiro, José Roberto Góes constatou que a proporção de escravos como padrinho aumentava com o tamanho das propriedades, e atribuiu a esse fato as maiores possibilidades de estabelecer esses laços entre cativos do mesmo plantel⁶.

Em Palmas, Guarapuava, São Francisco Xavier e São João Del Rei as escolhas dos padrinhos e madrinhas estavam relacionadas com o tamanho dos plantéis, isso se dava pelas poucas opções de se escolher padrinhos e madrinhas entre os escravos da mesma propriedade. A esse respeito Silvia Maria Jardim Brügger acrescenta outro fator “a capacidade de circulação e ampliação dos laços de sociabilidade dos cativos”⁷, aspecto este também assinalado por Stuart Schwartz⁸.

Ao lado disso não se pode esquecer que em Palmas a população em sua maior parte era formada por pessoas livres, ademais os livres sem posse de escravos e terras certamente trabalhavam em atividades rurais, em terras de outros, e é provável que tivessem contato, ao menos na lida, com escravos. Assim o espaço de convivência entre livres sem posses e escravos por meio do trabalho pode ter facilitado o estabelecimento de laços de compadrio entre eles.

³ FRANCO NETTO, Fernando. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2005, p. 297.

⁴ SILVA, Denize A. da. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2004, p. 84.

⁵ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio de Escravos* (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2002/Comunicacoes/Brugger%20Silvia%20M%20J.doc> Acesso em: 14 abr. 2008, p. 5.

⁶ GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito*. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993, p. 79.

⁷ BRÜGGER, Op. Cit.

⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. p. 276-277.

Tabela 22. Ocupação da População livre e escrava em Palmas segundo o Recenseamento Geral de 1872

Ocupação da população livre	Homem				Mulher				Total			
	Contando com "Sem profissão"		Não contando com "Sem profissão"		Contando com "Sem profissão"		Não contando com "Sem profissão"		Contando com "Sem profissão"		Não contando com "Sem profissão"	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Religiosos	2	0,2	2	0,2	-	-	-	-	2	0,07	2	0,16
Notários escrivões	2	0,2	2	0,2	-	-	-	-	2	0,07	2	0,16
Farmacêuticos	1	0,1	1	0,1	-	-	-	-	1	0,04	1	0,1
Parteiros	-			-	2	0,1	2	0,3	2	0,07	2	0,16
Professores e homens de Letras	2	0,1	2	0,2	-	-	-	-	2	0,07	2	0,16
Empregados públicos	1	0,1	2	0,2	-	-	-	-	1	0,04	1	0,1
Comerciantes, guardalivros e caixeiros	57	3,5	57	6	2	0,1	2	0,3	59	2	59	3,7
Costureiros	-	-	-	-	49	3,5	49	7,4	49	1,6	49	3
Operários de edificações	7	0,4	7	0,8	-	-	-	-	7	0,2	7	0,4
Operários de calçados	7	0,4	7	0,8	-	-	-	-	7	0,2	7	0,4
Lavradores	507	31,4	507	53,5	26	1,8	26	3,9	533	17,6	533	33
Criadores	1	0,1	1	0,1	-	-	-	-	1	0,04	1	0,1
Criados e Jornaleiros	315	19,5	315	33,3	15	1,1	15	2,3	330	10,9	330	20,5
Serviços domésticos	44	2,7	44	4,6	570	40,3	570	85,8	614	20,3	614	38,1
Sem profissão	666	41,3	-	-	752	53,1	-	-	1418	46,8	-	-
Total	1612	100	947	100	1416	100	664	100	3028	100	1610	100

Ocupação da população escrava	Homem				Mulher				Total			
	Contando com "Sem profissão"		Não contando com "Sem profissão"		Contando com "Sem profissão"		Não contando com "Sem profissão"		Contando com "Sem profissão"		Não contando com "Sem profissão"	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Costureiras	-	-	-	-	3	2	3	2,6	3	1,1	3	1,4
Criados e Jornaleiros	92	78	92	96,8	17	11	17	14,6	109	39,9	109	51,7
Serviços domésticos	3	2,5	3	3,2	96	62	96	82,8	99	36,3	99	46,9
Sem profissão	23	19,5	-	-	39	25	-	-	62	22,7	-	-
Total	118	100	95	100	155	100	116	100	273	100	211	100

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil 1872 - Império do Brasil.

Com a finalidade de investigar esse provável contato entre livres e escravos buscamos as ocupações da população, como apresentadas na Tabela 22, elaborada com informações do Recenseamento Geral de 1872. Nota-se que quase metade da população livre de Palmas foi classificada como “Sem profissão”, sendo que entre os escravos os percentuais de pessoas assim identificadas foram bem menores do que aqueles para os livres. Quase um terço da população livre, não contando com os “Sem profissão”, era formado por lavradores, as ativida-

des classificadas como “urbanas” corresponderam a pouco mais de 5%⁹. Uma parcela expressiva dos habitantes livres estava empregada nas atividades de “Criados e Jornaleiros”, que poderiam estar ligadas a trabalhos nas fazendas de gado; o percentual de cativos nessa ocupação era majoritário entre os homens, atingindo mais de 90% da população escrava masculina da localidade.

Cabe ressaltar que as mulheres cativas estavam em sua maioria ligadas a serviços domésticos. Levando em conta que a maior parte das crianças batizadas havia nascido de relações ilegítimas, as mães solteiras tinham uma posição central na escolha dos padrinhos. Nesse aspecto, as ocupações das mães cativas, relacionadas à casa senhorial, deveriam ter possibilitado maior contato com os senhores e seu círculo de sociabilidade. Possivelmente esse foi um fator determinante na escolha de padrinhos para seus filhos; entretanto, em uniões consensuais os pais também deveriam interferir nessa escolha.

Para melhor averiguar como se estenderam pelas categorias sociais esses compadres, investigamos a condição socioeconômica dos padrinhos de filhos de escravos, mediante um cruzamento das informações dos registros de batismo com os inventários de bens. Classificamos os compadres e as comadres quanto à condição livre e escrava, subdividindo a categoria livre em relação à posse de cativos, à aproximação com a condição escrava (libertos e forros) e os casos em que os padrinhos e madrinhas não eram identificados como escravos, mas cujos sobrenomes não constavam no registro de batismo.

Para tanto, consideramos como “senhores de escravos” as pessoas que possuíam escravos e seus herdeiros (esposos, filhos, netos, genros etc.) identificados nessas fontes (inventários de bens e registros paroquiais). A presença de homônimos e a inversão ao grifar nomes duplos dos padrinhos e madrinhas dificultaram a localização dessas pessoas. Quanto às madrinhas em casos isolados observamos que elas mudaram de sobrenome ou receberam por acréscimo o sobrenome do esposo.

Acompanhando a Tabela 19 verificamos que 44,6% e 45,8% das madrinhas não tinha posse de cativos; os proprietários de escravos que foram padrinhos corresponderam a 44% e as madrinhas proprietárias, a 36,5%. Os escravos localizados como padrinhos corresponderam a apenas 6,2% e como madrinha a 6,6%. Dessa forma, considerando a condição jurídica e socioeconômica, os padrinhos e madrinhas, tiveram percentuais equilibrados.

⁹ Consideramos como atividade urbana as seguintes ocupações: Religioso, notários escrivães, farmacêutico, professores e homens de letras, empregados públicos, comerciantes, guarda-livros e caixeiros, Operários de edificações, Operários de calçados. Ressaltamos que não consideramos nesse percentual a atividade “Criados e Jornaleiros”.

Tabela 23. Condição jurídica e econômica dos Padrinhos e madrinhas de escravos conforme registros paroquiais - Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas

Padrinhos e madrinhas Escolhidos		Períodos				Total	
		1843-1871		1872-1888		#	%
		#	%	#	%	#	%
Não Proprietário(a) de escravos	Padrinho	42	41,2	95	46,3	137	44,6
	Madrinha	32	33,7	100	51,8	132	45,8
Proprietário(a) de escravo *	Padrinho	43	42,2	92	45	135	44
	Madrinha	37	39	68	35,2	105	36,5
<i>Livres</i> Liberto(a)	Padrinho	-	-	1	0,5	1	0,3
	Madrinha	1	1	4	2,1	5	1,7
Sem identificação de sobrenome	Padrinho	4	3,9	6	2,9	10	3,3
	Madrinha	12	12,6	6	3,1	18	6,3
<i>Escravo(a)</i>	Padrinho	13	12,7	6	2,9	19	6,2
	Madrinha	11	11,6	8	4,1	19	6,6
<i>Outros casos</i> **	Padrinho	-	-	5	2,4	5	1,6
	Madrinha	2	2,1	7	3,7	9	3,1
<i>Ilegível</i>	Padrinho	-	-	-	-	-	-
	Madrinha	-	-	1	-	1	-
<i>Casos em que aparecem mais de um</i>	Padrinho	3	-	3	-	-	-
	Madrinha	2	-	1	-	-	-
<i>Não identificados</i>	Padrinho	1	-	-	-	-	-
	Madrinha	7	-	9	-	-	-
<i>Total de Padrinhos</i> ***		102	100	205	100	307	100
<i>Total de madrinhas</i> ***		95	100	193	100	289	100
Total de Batismo		100	100	202	100	302	100

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo - Cúria Diocesana de Palmas-PR - e Relação de Inventários de Bens - Núcleo de Documentação de Palmas-PR.

*Com relação aos Livres Proprietários de escravos somente contabilizamos os senhores identificados nos registros paroquiais e os que possuíam inventários.

** Refere-se às madrinhas santas e o padrinho sacerdote.

*** Não foi descontada a repetição dos padrinhos e madrinhas.

Observando as escolhas por período, verificamos que para o período de 1843-1871 os escravos corresponderam a 12,7% para os padrinhos e 11,6% para as madrinhas, um percentual mais significativo do que no período de 1872-1888, que foi de cerca de 3% entre os padrinhos e pouco mais de 4% entre as madrinhas. Cabe ressaltar que no primeiro período (1843-1871) ocorria o estabelecimento das propriedades; por isso provavelmente os cativos, na ausência de relações de parentesco, buscaram formar vínculos de solidariedades horizontais com outros escravos, e o compadrio, assim como o matrimônio, se constituiu em uma oportunidade, mesmo que limitada, de estabelecer laços.

Parece-nos que foi assim com o casal Jozé de nação e Vicencia crioula (pais de Luiz do capítulo anterior). Escravos de Estevão Ribeiro do Nascimento, esse casal contraiu matri-

mônio em 1852¹⁰ e, durante o período de 1854 a 1856, levaram para batizar três filhos. Emilia foi a primeira filha a ser batizada no dia 3 de julho de 1854, com quatro meses de idade; foram seus padrinhos o homem livre Antonio Francisco e Lecidia, escrava do mesmo Estevão Ribeiro do Nascimento. Luiz foi o segundo filho a ser batizado no dia 16 de agosto de 1856, com um ano de idade, e recebeu como padrinho e madrinha o casal Luiz Antonio Berges e Gertrudes Maria Fernandes. O terceiro filho a ser registrado foi Claudino, que recebeu os santos óleos em 15 de dezembro de 1856, com um mês de idade, e teve como padrinhos Felisberto e Marianna, escravos de Pedro Ribeiro de Souza¹¹. Dezenove anos depois (1875) essa família batizou a ingênua¹² Maria, filha de Emilia, no dia 5 de dezembro, nascida em outubro daquele mesmo ano; Maria teve como padrinhos Hypolito Cordeiro de Andrade e Maria da Incarnação¹³.

O senhor do casal, Estevão Ribeiro do Nascimento, era de Guarapuava e se instalou em Palmas depois da chegada das bandeiras colonizadoras¹⁴. Jozé e Vicencia, portanto, contraíram matrimônio e firmaram laços de compadrio no período de estabelecimento de seu proprietário nos Campos de Palmas. Durante a década de 1850, somente eles levaram filhos à pia batismal, exceto por Matheus cativo adulto. Dessa forma, não temos evidências que houvesse outros casais ou mães na propriedade durante esse decênio, o que nos faz supor que o estabelecimento de relações de parentesco disponível naquele momento era quase monopolizadas pelo casal. Infelizmente não sabemos quantos escravos se encontravam nesse período na propriedade, nos registros paroquiais só há referência ao casal e seus filhos, a madrinha escrava e ao cativo adulto batizado em 1857.

Por meio do inventário de Estevão Ribeiro do Nascimento pode-se aventar a possibilidade da razão de sexo entre os adultos ter sido elevada nas décadas de 1850/60 para essa propriedade, o que poderia ter dificultado a formação de famílias no plantel e mesmo na formação de relações de compadrio interno à escravaria¹⁵.

¹⁰ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registro Paroquiais de Casamentos n. 1*, 1843-1885, fl.3.

¹¹ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de registro Paroquiais de Batismo n. 1*, 1843-1871, fls. 25 verso, 30 verso, 37.

¹² Termo utilizado para filhos de escravos nascidos após a Lei do Ventre Livre.

¹³ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de registros de Batismo de Ingênuos da Paróquia de Palmas*, 1871-1888, fl. 7 verso.

¹⁴ COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA. *Carta Mensal*. Rio de Janeiro: SENAI, n. 94, jun-ago. 2009, p. 6.

¹⁵ O inventário de Estevão Ribeiro do Nascimento foi produzido em 1874, por meio dessa fonte obtivemos a média de idade de 24 anos para os homens e 20 anos de idade para as mulheres. Dos cinco escravos com mais de 30 anos apenas uma era do sexo feminino, esses números podem indicar que em períodos anteriores a razão de sexo poderia ter sido elevada. Inventário de Estevão Ribeiro do nascimento (1874). NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA DE PALMAS (NDPH-UNICS). *Relação de Inventários de Bens e Testamentos de Palmas (1859-1903)*, s/a.

Durante o decênio de 1860 encontramos apenas um registro de batismo de escravo de Estevão. O pequeno Simplicio foi batizado em 1868 e era filho de Vicencia, sem pai identificado (Jozé havia morrido). O menino recebeu como padrinho Germano, escravo do mesmo senhor, e a mulher livre, Maria Joaquina, como madrinha, sobre a qual não foi anotado o sobrenome¹⁶. Dessa forma, essa família escrava tinha papel central na incorporação de cativos em relações de parentesco nessa propriedade durante o período de estabelecimento e formação da escravaria.

Havíamos dito que o índice percentual de cativos sendo padrinhos foi relativamente maior no primeiro período (1843-1871) devido à fase de formação das fazendas e, iria cair no segundo período (1872-1888). Nesse aspecto, a propriedade de Estevão Ribeiro do Nascimento segue esse padrão. Os padrinhos de condição escrava se concentraram no primeiro período e todos os compadres de seus escravos eram livres nos batizados que aconteceram no segundo período.

Como procuramos afirmar, a escolha de padrinhos escravos nos primeiros anos provavelmente esteve relacionada com a falta de vínculos parentais entre os cativos. Assim como Jozé e Vicencia eram identificados por sua origem africana e crioula, a maior parte dos cativos que vieram para as propriedades palmenses não tinha vínculos parentais com os escravos com os quais passaram a conviver. Nesse sentido, o compadrio oportunamente se constituiu em um meio de criar o parentesco, e essas relações podem ter sido incentivadas pelos senhores a fim de “pacificar” seus escravos. Para Manolo Florentino e José Roberto Góes em meio às divergências entre os escravos nas escravarias, devido às diferentes origens dos cativos, os senhores utilizaram os arranjos matrimoniais como forma de estabilizar as relações entre os escravos, garantindo a “pacificação” das senzalas¹⁷; da mesma maneira, pode-se acrescentar que as relações de compadrio entre os escravos serviram para esse fim.

No segundo período a queda percentual de escravos pode estar ligada a estabilização das escravarias. Nesse momento provavelmente a maior parte dos cativos já tinha assentado raízes nas propriedades. Sugestivo que dos doze escravos que Estevão Ribeiro possuía em 1874 seis tinham vínculos de parentesco (mãe/filhos, irmãos, padrinho/afilhado)¹⁸, os outros seis cativos restantes, com exceção de duas crianças (das quais não encontramos referência em registros paroquiais), eram homens adultos que possivelmente estavam envolvidos em

¹⁶ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de registro Paroquiais de Batismo n. 1, 1843-1871*, fl. 122.

¹⁷ FLORENTINO e GÓES, Op. Cit. 1997, p. 150.

¹⁸ Essas relações de parentesco foram obtidas pelo cruzamento do inventário com os registros paroquiais que envolveram escravos dessa propriedade.

relações ilegítimas¹⁹. Assim, com o parentesco delineado nas propriedades, os cativos poderiam ter voltado suas escolhas no sentido de ampliar suas relações com outras camadas sociais. Entretanto, provavelmente ocorreram estratégias de fortalecimento dos vínculos internos ou com pessoas escravas de outros senhores, por uniões consensuais ou por vias indiretas (pelo compadre em comum, por exemplo). Nesse sentido, o compadrio poderia estar ligando cativos à população livre e indiretamente a outros escravos.

Outro fator que possivelmente teve sua influência no decréscimo dos índices de escravos como padrinhos foi a mudança legal da condição dos filhos das cativas, que a partir da Lei do Ventre Livre deixaram de ser escravos. Por isso a escolha de compadres escravos para afilhados “livres” não era condizente com a tendência de selecionar padrinho igual ou melhor situado socialmente que a mãe do batizando²⁰ e o afilhado, daí a razão das cativas deixarem de escolher pessoas da mesma condição que a sua para padrinhos de seus filhos²¹.

A queda nos percentuais de padrinhos e madrinhas escravos se verificou em várias localidades, como as regiões de Guarapuava e São Francisco Xavier de Joinville. Em Guarapuava durante o período de 1850 a 1869 o percentual de escravos padrinho/madrinha foi de 14,3%; para o período posterior – 1870-1888 – foi de 6,9%. Essa diminuição dos percentuais é atribuída a maior participação de indivíduos livres e dos libertos como compadres e ao tráfico interno, que pode ter absorvido parte da população escrava da região²². Em São Francisco os índices de escravos padrinhos em todos os períodos foram muito reduzidos, mas para os anos de 1857-1871 foi de 8,4% e no período de 1872-1888 caiu para 5,8%²³.

Desta forma, os escravos estabeleceram relações de compadrio verticais, com pessoas que estavam situadas em outro estrato social. Evidenciando que, imbricado no compadrio, estava o meio de estabelecer alianças com pessoas com mais recursos que os seus.

A variável legitimidade também influenciou nos índices de livres e escravos como padrinhos. Como podemos observar na tabela a seguir, os percentuais de cativos padrinho e madrinha foram mais acentuados entre filhos legítimos que em relação aos ilegítimos, ressaltando que em nenhum período, entretanto, alcançou os índices dos compadres e comadres livres. No

¹⁹ A razão de sexo entre os adultos era relativamente elevada na propriedade, sendo que havia apenas duas mulheres e seis homens (de 15 anos para mais). Dessa forma, é possível que os cativos se relacionassem com pessoas livres ou escravos de outros senhores.

²⁰ BRÜGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei- Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, p. 286.

²¹ Em Curitiba Stuart Schwartz constatou a intensificação das escolhas de livres no período de 1870 até o fim da escravidão, e argumentou que além de haver menos escravos para escolher, provavelmente parecia inconveniente ter padrinhos escravos, embora os afilhados ainda permanecessem sob tutela dos senhores das mães. SCHWARTZ, 2001, Op. Cit. p. 282.

²² FRANCO NETTO, 2005, Op. Cit. p. p. 295-296.

²³ SILVA, 2004, Op. Cit. p. 84.

primeiro período 25% dos filhos legítimos de cativos receberam padrinhos da mesma condição de seus pais, e dos filhos ilegítimos apenas 10% dos padrinhos eram escravos. Essa disparidade dos percentuais quanto à legitimidade, para esse período, nos fornece indícios de que a família legítima procurou fortalecer seus vínculos internos com mais frequência que as ilegítimas, o que reforça a importância dos casais na incorporação de escravos em relações de parentesco para esse período. Também sugere que as mães solteiras ou que mantinham uniões consensuais estiveram menos dispostas a estabelecer compadrio com outros escravos. Uma provável explicação para essas tendências pode ser a possível intervenção do pai na escolha do padrinho. Os pais casados que aparecem nos registros de batismo eram, em sua maioria, ambos cativos, o que pode ter favorecido para a maior formação de vínculos internos que nos casos de mães solteiras. Já os filhos ilegítimos poderiam ter pai livre, que selecionaria o padrinho entre os seus; assim se justificariam os percentuais mais baixos de padrinhos escravos para filhos ilegítimos que para os legítimos. Entretanto, as mães solteiras poderiam também ampliar suas relações pelo compadrio com pessoas livres a fim de buscar proteção para si e para sua família.

Tabela 24. Condição Jurídica dos Padrinhos e Madrinhas de Filhos Legítimos e Ilegítimos de escravos

Padrinhos	Legítimos						Padrinhos	Ilegítimos					
	Períodos				Total			Períodos				Total	
	1843-1871		1872-1888		#	%		1843-1871		1872-1888		#	%
#	%	#	%	#			%	#	%				
Livres	15	75	25	92,6	40	85,1	Livres	74	90	174	97,8	248	95,4
Escravos	5	25	2	7,4	7	14,9	Escravos	8	10	4	2,2	12	4,6
Total	20	100	27	100	47	100	Total	82	100	178	100	260	100
Madrinhas	Legítimos						Madrinhas	Ilegítimos					
	Períodos				Total			Períodos				Total	
	1843-1871		1872-1888		#	%		1843-1871		1872-1888		#	%
#	%	#	%	#			%	#	%				
Livres	16	72,7	24	88,9	40	81,6	Livres	66	90,4	154	92,8	220	92,1
Escravos	5	22,7	3	11,1	8	16,3	Escravos	6	8,2	5	3	11	4,6
Santa	1	4,6	-	-	1	2,1	Santa	1	1,4	7	4,2	8	3,3
Total	22	100	27	100	49	100	Total	73	100	166	100	239	100

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo – Cúria Diocesana de Palmas-PR.

*O Total de Batismos analisados para todo o período (1843-1888) é de 302. Em um caso foi impossibilitado identificar o nome da madrinha e sua condição jurídica por isso o número total de madrinhas contando com esse caso é de 289.

**Durante o Primeiro e Segundo períodos foram encontrados três casos para cada período, respectivamente, em que é identificado mais de um padrinho, para o Primeiro período consta um assento sem padrinho identificado.

***Durante o Primeiro e Segundo períodos foram encontrados sete e nove casos, respectivamente, em que não são identificadas as madrinhas, outro assento do segundo período a identificação da madrinha está impossibilitada neste mesmo período consta dois assentos com duas madrinhas e para o primeiro período apenas um caso aparece mais duas madrinhas.

Para o período de 1872-1888 se verificou, na distribuição por legitimidade e ilegitimidade, a mesma tendência de aumento de livres e diminuição percentual de escravos, nos dois casos houve um decréscimo percentual dos padrinhos na condição escrava, como era esperado.

Em relação à condição civil dos padrinhos e madrinhas, para a maior parte não constava essa variável nos registros. Entre os padrinhos, para menos de 40% constava o estado civil; entre as madrinhas foi possível identificar pouco mais de 35%. Desses a maior parte era casado, com um relativo aumento percentual de padrinhos e madrinhas nesse estado civil durante o período de 1872-1888 (Tabela 25).

Tabela 25. Estado civil dos padrinhos e madrinhas

Estado civil	1843-1871				1872-1888				1843-1888			
	Padrinho		Madrinha		Padrinho		Madrinha		Padrinho		Madrinha	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Solteiro(a)	12	11,8	2	2	16	7,8	9	4,8	28	9,1	11	4
Casado(a)	36	35,3	38	41	48	23,4	51	27,4	84	27,4	89	31,9
Viúvo(a)	-	-	1	1	-	-	1	0,6	-	-	2	0,7
Não identifica	54	52,9	52	56	141	68,8	125	67,2	195	63,5	177	63,4
Total	102	100	93	100	205	100	186	100	307	100	279	100

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo – Cúria Diocesana de Palmas-PR.

Os casos em que não foi possível saber o estado civil foram a grande maioria, mas pensamos que a amostra dos que foi possível identificar, nos dá aporte para afirmar que a maior parte dos compadres e comadres escolhidos eram casados. Esse perfil dos compadres, quanto ao estado civil, nos sugere que o compadrio poderia estar ligando os escravos não necessariamente a indivíduos, mas a famílias. Assim, a família escrava estabelecia o compadrio consolidando laços com escravos do mesmo ou de outros plantéis e expandindo relações com famílias livres. Nesse empenho, imprimiram as características dessa sociedade, que apesar de desigual vinculou pessoas de diferentes estratos sociais.

3.2 FAMÍLIA SENHORIAL E COMPADRIO DE ESCRAVOS

Um dos principais debates sobre compadrio escravo se refere à prática do apadrinhamento como reforço ou não de relações paternalísticas entre senhores e escravos. A maior parte dos estudos sobre o compadrio mostrou que esse laço dificilmente era estabelecido entre senhores e seus escravos. Stephen Gudeman e Stuart Schwartz, ao verificarem que no Recôncavo Baiano em nenhum caso o próprio senhor foi padrinho de seus cativos, salientaram a

incompatibilidade da relação de compadrio entre senhor e escravo. Segundo eles: “Se o vínculo do apadrinhamento era uma relação espiritual de proteção, o vínculo senhor-escravo era uma relação assimétrica de propriedade”²⁴. Dessa forma, o compadrio não funcionou como um meio de os senhores forjarem relações paternalísticas com seus cativos²⁵.

Em contrapartida, Silvia Maria Jardim Brügger em seu estudo sobre o compadrio escravo afirma que a constatação de que os senhores não apadrinhavam seus cativos é insuficiente para negar a presença de valores patriarcais na escolha dos compadres. Entendendo que o compadrio vinculava não apenas pais, filhos e padrinhos, mas também as suas respectivas famílias, a frequência de situações em que membros da família senhorial foram padrinhos poderia estar ligando indiretamente os escravos com os seus senhores; no entanto, no estabelecimento desses laços estavam também os interesses do próprio cativo²⁶.

Concordando com a advertência de Ronaldo Vainfas, que não se deve confundir a família patriarcal com a família extensa²⁷, Silvia Maria Jardim Brügger interpreta o patriarcalismo de Gilberto Freyre como “um sistema de valores, que coloca a família no centro da ação social, e não como mero sinônimo de família extensa”²⁸. Para a autora, a ideia central sobre o conceito de patriarcalismo reside no fato de as pessoas se identificarem mais como membros de determinada família do que como indivíduos²⁹.

Ampliando o debate, Cacilda Machado critica as abordagens que salientam o patriarcalismo como um ideal disciplinador³⁰ e como conjunto de valores e práticas que coloca a família no centro da ação social³¹; afirma que em ambas concepções o patriarcalismo se torna um conceito genérico de dominação. De acordo com a autora, o patriarcalismo tem grande força teórica porque sintetiza a arquitetura do poder formado nas relações que ligavam os che-

²⁴ GUEDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. IN: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 92.

²⁵ Op. Cit. p. 34.

²⁶ BRÜGGER, 2008, Op. Cit. p. 3.

²⁷ Ver: VAINFAS, Ronaldo. Patriarcalismo e misoginia. IN: VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. p. 107-141. Silvia Maria Jardim Brügger discorda de Mariza Corrêa no sentido de que se deve relativizar a predominância da família patriarcal para todo o Brasil do século XVI e XVII. BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei- Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, p. 48. Para Corrêa a sociedade colonial “esteve composta de duas partes: uma familiar (a família patriarcal) e outra não-familiar, que reuniu a maioria da população, a ‘massa anônima dos socialmente degradados’”. CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. IN: ARANTES, Antonio A. et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. p. 19-20.

²⁸ BRÜGGER, 2007, Op. Cit. p. p. 47-49, 330.

²⁹ Op. Cit. p.49.

³⁰ Ver: CORRÊA, 1994, Op. Cit.

³¹ Ver: BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Capítulo 1. Patriarcalismo e relações familiares em Minas Gerais. IN: BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei- Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, p. p. 25-63.

fes da elite aos seus familiares, aos seus escravos e à população livre pobre que vivia em seus domínios e entorno. Ressalta, entretanto, que isso não significa que houvesse ausência das diferenças no interior da família senhorial, da escravaria e do grupo de livres pobres³².

Constatando as ligações estabelecidas pelos escravos, agregados e parentes dos senhores, Cacilda Machado afirma que o compadrio promovia o estreitamento das relações entre escravos e proprietários, entre livres e cativos, entre negros, pardos e brancos. Dessa forma, o parentesco ritual era decisivo no processo de produção e reprodução de uma hierarquia caracterizada pela ambiguidade, por permitir a vigência da familiaridade sem deixar de marcar a distância social³³.

O cruzamento dos registros paroquiais com Listas Nominativas possibilitou que essa autora localizasse relações de compadrio entre escravos e membros do núcleo senhorial. Igualmente Fernando Franco Netto, cruzando diversas fontes, observou que em Guarapuava os principais padrinhos de cativos e ingênuos eram pessoas que possuíam cativos ou tinham parentesco com seus senhores. Com isso, pode-se entender que as relações entre os senhores e os escravos estavam mais próximas do que parecem e era fortemente marcado por certo paternalismo indireto³⁴.

Em Palmas os percentuais de padrinhos livres sem posse de cativos e daqueles com escravos mostram-se quase equilibrados. No período de 1843 a 1871, foram registrados percentuais muito próximos, entre as duas categorias de padrinhos, enquanto entre as madrinhas o índice foi um pouco mais elevado para aquelas com posse de escravos, cerca de 40%. No período de 1872 a 1888, verifica-se a mesma tendência entre os padrinhos; entre as madrinhas mais da metade eram livres sem escravos, mas o percentual de mulheres pertencentes a famílias senhoriais, que amadrinharam ingênuos, equivaleu a mais de 30% (Ver: Tabela 23).

Ressaltamos que esses percentuais são altos comparados com os de outras regiões. Em Curitiba, no período de 1685 a 1850, apenas 2,3% dos padrinhos eram parentes dos senhores dos escravos batizados – esse percentual foi obtido apenas com as informações dos registros paroquiais³⁵. Para Guarapuava, embora Fernando Franco Netto tenha estimado um percentual bastante elevado de compadres pertencentes a famílias senhoriais ou parentes dos

³² MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 73.

³³ Op. Cit. p. 199.

³⁴ FRANCO NETTO, 2005, Op. Cit. p. 304.

³⁵ Op. Cit. p. 281.

senhores de seus afilhados, seus índices alcançaram tão-somente 19,4% dos padrinhos e 16,4% das madrinhas³⁶.

Stuart Schwartz sugere que após a Lei do Ventre Livre o relacionamento entre senhor-escravo, que era percebido como contraditório ao apadrinhamento espiritual, tenha se alterado devido ao novo *status* de “servidão temporária” dos ingênuos. Dessa forma, os senhores passaram a ser considerados mentores e protetores dos filhos de cativos, posição que não era incompatível com o papel de padrinho³⁷. De fato, em Palmas apenas um ingênuo foi afilhado do senhor de sua mãe³⁸. Analisando os percentuais dos padrinhos que faziam parte do núcleo senhorial, no entanto, não existem diferenças acentuadas entre os percentuais no período anterior a 1871, sendo que houve até mesmo uma diminuição dos índices de padrinhos e madrinhas senhores ou parentes de proprietários de escravos nos anos subsequentes.

Ao batizar, pais e padrinhos chamavam-se pela mesma designação de “compadre” e passavam a dividir obrigações em relação ao afilhado, assim, ao menos ideologicamente, minimizavam-se as distâncias sociais entre as pessoas que estabeleceram esses vínculos de compadrio³⁹. Contudo, esses laços não dissipavam as hierarquias sociais; antes, refletiam essa característica presente na sociedade.

Evidenciamos, com isso, a presença de valores patriarcais na escolha dos padrinhos, pois os cativos buscavam vincular-se a famílias senhoriais por meio do compadrio, ao mesmo tempo que ampliavam, em proporções pouco maiores, seus vínculos com a população livre que não possuía escravos.

Em Palmas algumas pessoas se destacaram como compadres e comadres de cativos, pelas reiteradas vezes em que foram escolhidos. Entre os homens dezoito deles foram três ou mais vezes padrinhos e apareceram nessa condição em mais de 20% dos batismos; o que mais teve afilhados foi pelo menos seis vezes padrinho. Entre as mulheres, onze amadrinharam dois ou mais cativos e ingênuos e apareceram como madrinhas em quase 20% dos batizados de filhos de escravas; a que acumulou o maior número de afilhados somou dez.

Buscamos por meio do cruzamento dos registros paroquiais de batismo e inventários de bens localizar as famílias a que os padrinhos e as madrinhas escolhidos mais de duas vezes pertenciam, a fim de observar a possibilidade de reforço de relações paternalísticas via com-

³⁶ Cabe ressaltar que esses valores equivalem ao número total de padrinhos presentes, sem contar com reincidências na escolha. Op. Cit. p. 304.

³⁷ SCHWARTZ, 2001, Op. Cit. p. 291

³⁸ Refere-se ao batizado de Gabriel, filho de cativos casado de João Carneiro Marcondes que foi padrinho do ingênuo em 1886. CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registro de Batismo de filhos de escravas*, 1871 – 1889, fl. 25.

³⁹ BRÜGGER, 2008, Op. Cit. p.324.

padrio. Esses compadres e comadres em sua maioria eram senhores ou faziam parte de famílias escravistas; entre os padrinhos apenas dois não tinham essa característica, e das madrinhas apenas uma não possuía escravos (Tabela 26).

Tabela 26. Condição dos Padrinhos e Madrinhas que com mais frequência aparecem como padrinhos e madrinhas e número de afilhados

Padrinhos	Condição	N. de afilhados
Antonio de Oliveira Ribas	Proprietário de escravos	3
Antonio Joaquim do Amaral Cruz	Proprietário de escravos	5
Domingos Feliz(x) de Siqueira	Proprietário de escravos	3
Domingos Ferreira de Araújo	Proprietário de escravos	3
Domingos Ferreira dos Santos	Proprietário de escravos	4
Ignácio Fernandes de Siqueira (Cortes)	Proprietário de escravos	3
Jeremias Ferreira dos Santos	Proprietário de escravos	3
João Antonio Alexandre Vieira	Proprietário de escravos	4
João Antonio de Araújo Pimpão	Proprietário de escravos	4
José Joaquim de Almeida	Proprietário de escravos	5
Manoel Ignácio de Araújo Pimpão	Proprietário de escravos	4
Manoel (Martins de) Lara	Não proprietário de escravos	3
Napoleão Marcondes de França	Proprietário de escravos	4
Pedro Ferreira dos Santos	Proprietário de escravos	3
Pedro Tolentino Carneiro Marcondes	Proprietário de escravos	6
Ro(u)fino (de Oliveira) Sá Ribas	Proprietário de escravos	3
Theodoro Ferreira de Araújo	Proprietário de escravos	3
Vigário Achilles Saporiti	Não proprietário de escravos	5
Madrinha	Condição	N. de afilhados
Anna Eufrazia de Oliveira Marcondes	Esposa de Pedro Tolentino Carneiro Marcondes	4
Anna Maria Duarte	Esposa de Ignácio Fernandes de Siqueira Cortes	3
Flávia Cezarina do Amaral Cruz	Esposa de Antonio Joaquim do Amaral Cruz	10
Maria do Espírito Santo	Esposa de Rafael Leme/ Não foi localizado posse de escravos	3
Maria Isabel do Bellem	Esposa de José Joaquim de Almeida	3
Maria Joaquina de Almeida Pimpão	Esposa de João Antonio de Araújo Pimpão	3
Maria Josefa de Souza	Esposa de Antonio de Sá Ribas/ Proprietário de escravos	3
Maria Roza Ferreira Ribas	Esposa de Rufino de Oliveira Sá Ribas	3
Nossa Senhora da Conceição	-	4
Roza Ferreira de Almeida/ Roza Ferreira Pimpão/Roza Almeida Pimpão	Esposa de Manoel Ignácio de Araújo Pimpão/Proprietário de escravos	9
Valeriana Ursulina da Conceição	Esposa de João Antonio Alexandre Vieira	9

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo-Cúria Diocesana de Palmas-PR – e Relação de Inventários de Bens – Núcleo de Documentação de Palmas-PR.

Das pessoas que aparecem com mais frequência como padrinhos de filhos de escravos, relacionamos Pedro Tolentino Carneiro Marcondes, Antonio Joaquim do Amaral, José Joaquim de Almeida e o Vigário Achilles Saporiti. Pedro Tolentino foi escolhido seis vezes como padrinho, quatro das quais se referiam a filhos de escravos de seu pai. Antonio Joaquim

do Amaral foi padrinho de cinco escravos, dos quais três se referiam a cativos pertencentes a seus cunhados e sogra. Quanto a José Joaquim de Almeida, dele não encontramos relação de parentesco com o senhor dos cativos de quem era padrinho, mas sua fazenda era vizinha à de Lúcio Irias de Araújo Gavião, e foi três vezes padrinho de escravos desse senhor – este que analisaremos a seguir.

As madrinhas mais escolhidas foram Flávia Cezarina do Amaral Cruz, Roza Almeida Pimpão e Valeriana Ursulina da Conceição. Flávia foi madrinha de dez filhos de cativos, sendo que seis eram de seu pai, mãe e irmãos. Roza Almeida teve nove afilhados; quatro eram filhos de escravos de seu pai e três de suas comadres eram escravas de um senhor com fazenda vizinha à de seu pai. Sobre Valeriana não foi identificada nenhuma relação de parentesco com os senhores dos escravos de quem foi comadre, sendo que era madrinha de cinco crianças de quatro propriedades distintas.

Em síntese, houve somente uma ocorrência de relação de compadrio direta entre senhor e seus escravos em Palmas, porém como buscamos enfatizar, alguns membros do núcleo senhorial e outros escravistas foram bastante focados como padrinhos de cativos. Martha Daisson Hameister, ao estudar as relações de compadrio estabelecidas por parentes dos senhores com seus escravos, afirmou que “a família senhorial mantém um vínculo espiritual – que implica lealdade, proteção e reciprocidade entre desiguais – através de seus outros parentes, de uma forma personalizada e não abrangente”. Nesses termos, o laço era estabelecido, sem colocar em cheque a posição do senhor, tornando o castigo físico e a venda atitudes não de todo condenáveis⁴⁰.

Outra consideração importante foi tecida por Cacilda Machado. Pelo estudo de casos, essa autora localizou famílias escravas que estabeleceram relações de compadrio com parentes de seus senhores e afirmou que essa prática traduzia algum grau de controle dos senhores sobre a socialização de seus cativos⁴¹. Concordamos com essa afirmação, pois o próprio fato de os escravos viverem em fazendas, de certa forma, limitava o alcance para a seleção do compadre. Como exemplo temos os casos em que membros de famílias senhoriais apadrinhavam escravos e ingênuos de senhores de fazendas vizinhas. Assim, mesmo conseguindo ultrapassar os limites das propriedades senhoriais, os escravos provavelmente estavam também circunscritos ao relacionamento que os senhores mantinham com outras casas senhoriais.

⁴⁰ HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros de batismo da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, p. 246.

⁴¹ MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 192.

De qualquer maneira, ao estabelecer laços com outros senhores, os escravos também estariam indiretamente se ligando a outros plantéis. Com o objetivo de investigar essa possível estratégia, procuramos reconstruir trajetórias de cativos de duas propriedades escravistas que estavam se interligando pelo compadrio. Vamos a elas.

3.2.1 As relações de compadrio das escravas de Lúcio Irias de Araújo Gavião

Lúcio Irias de Araújo Gavião era um dos primeiros fazendeiros de Palmas, fez parte da Sociedade dos Primeiros Povoadores Palmenses chefiada pelo Padre Ponciano e José Ferreira dos Santos⁴² e era proprietário da Fazenda Marrecas (Mapeamento parcial das fazendas nos Campos de Palmas-1916. Fazenda n. 10). Em 1882 Lúcio Irias faleceu deixando como herdeiros sua mulher, Maria Isabel Andrade, e seu único filho, Campolim de Araújo Flores⁴³.

Esse fazendeiro possuía, em 1882, treze cativos, sendo seis homens e sete mulheres, entre os quais sete eram naturais de Palmas, quatro de Palmeiras, um de Curitiba e outro de Ponta Grossa. Além dos escravos, em sua propriedade encontravam-se quatro crianças ingênuas, filhos de suas cativas.

Com base nas informações fornecidas pelo Inventário, pode-se construir o perfil das mães desses ingênuos. Alexandrina, preta, cozinheira, de 32 anos de idade, era mãe de Idalina⁴⁴ com 10 anos, Antonio com 4 e Salvador com 3 anos de idade. Gertrudes, preta, também cozinheira, com 36 anos, era mãe dos ingênuos José de 4 anos e Maria com 1 ano de idade. Benedicta, parda, costureira, de 20 anos, era mãe de Amélia, com 1 ano de idade. Com exceção de Amélia, foram encontrados os Assentos de Batismo dessas crianças e de outros filhos de escravas de Lúcio, não relatados no Inventário⁴⁵.

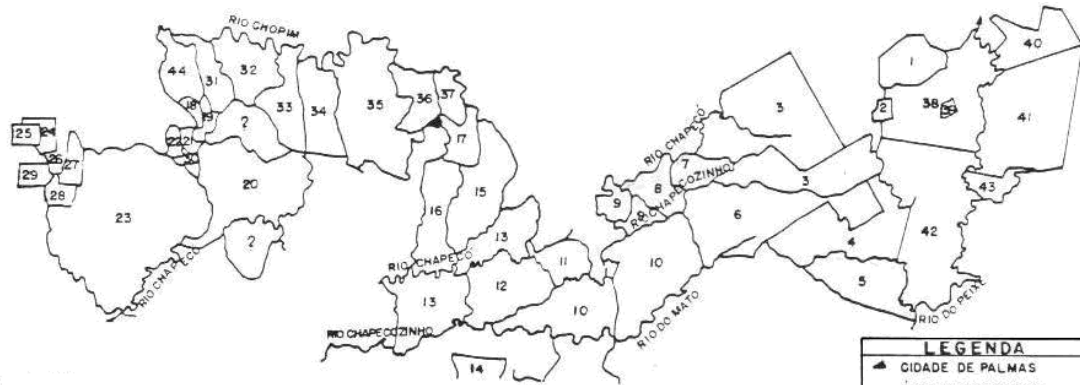
⁴² Seu nome consta entre os sócios no “Estatuto e regulamento da ‘Sociedade particular dos primeiros povoadores palmenses’”, entre os sócios encontramos também o nome de José Joaquim de Almeida assinatura anterior a de Lúcio, que, por conseguinte, possuía uma fazenda vizinha (Ver mapa) deste e estabeleceu vínculos de compadrio com os cativos de Lúcio como veremos. SECÇÃO DE DOCUMENTOS. Estatuto e regulamento da “Sociedade particular dos primeiros povoadores palmenses” organizados na Freguezia do Belem, em Guarapuava, a 1.º de Março de 1839. IN: *Revista do Circulo de Estudos “Bandeirantes”*. 1936, Op. Cit. p. p. 315-319.

⁴³ Inventário de Lúcio Irias de Araújo Gavião (1882). NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA DE PALMAS (NDPH-UNICS). *Relação de Inventários de Bens e Testamentos de Palmas* (1859-1903), s/a.

⁴⁴ No Assento de Batismo esta Hidalina. Cúria Diocesana de Palmas. *Livro de Registro de Batismo de filhos de escravas*, 1871 – 1889, fl. 2 verso.

⁴⁵ Inventário de Lúcio Irias de Araújo Gavião (1882). NÚCLEO..., Op. Cit.

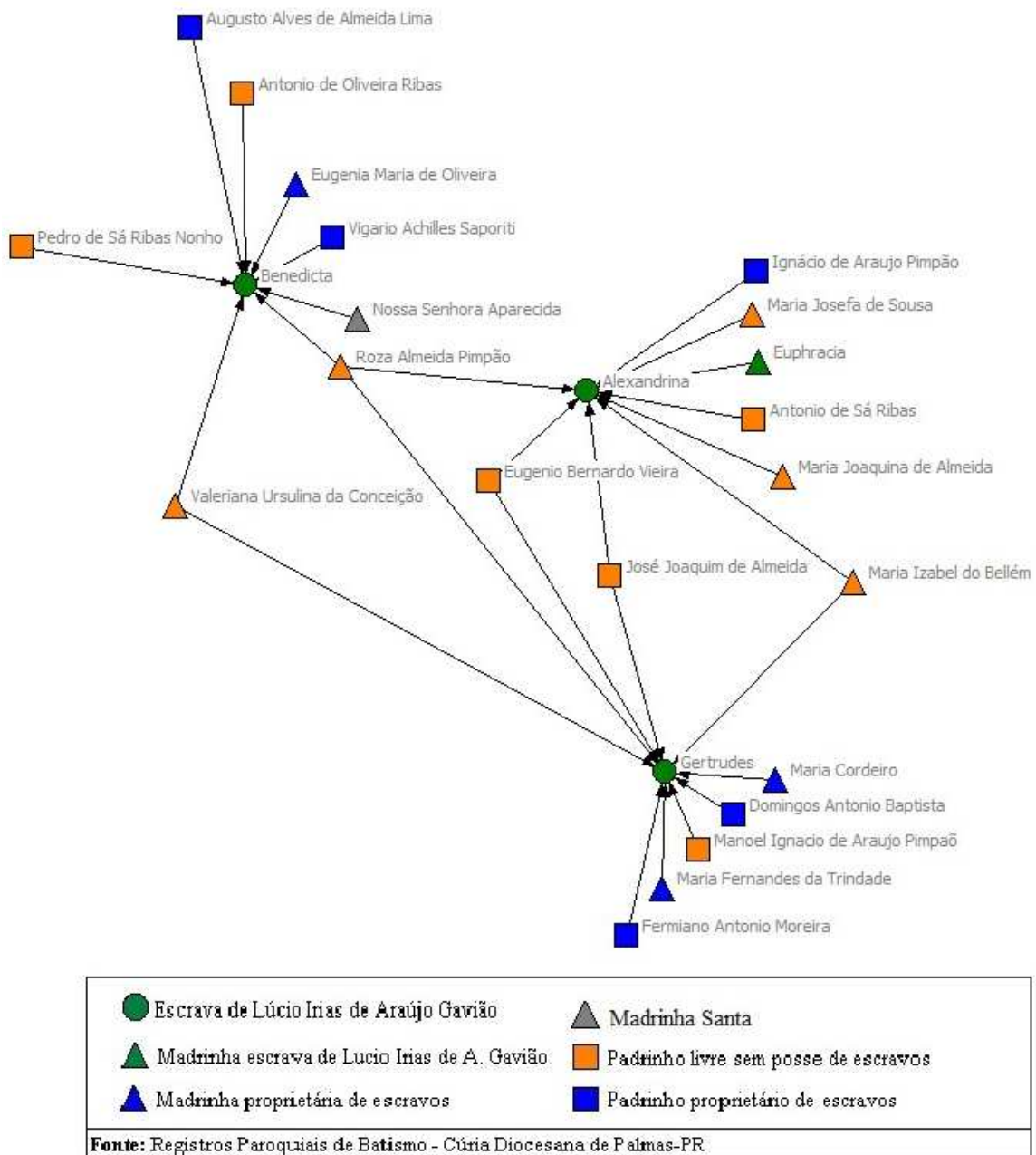
Mapeamento parcial das fazendas nos Campos de Palmas-1916



Nº	FAZENDA	PROPRIETÁRIOS	ÁREA EM M2
1	THOMAS PADILHA	THOMAS PADILHA	161.520.000
2	JOÃO VICENTE PADILHA		193.600.000
3	CAMPO ALTO	RAIMUNDO MENDES DE ALMEIDA (Filho)	223.111.800
4	SÃO BENTO	ANTONIO FERNANDES DOS SANTOS	50.460.356
5	SÃO BENTO	PEDRO DE SÁ RIBAS (Nhônho)	59.704.784
6	CRUZ ALTA	RAIMUNDO MENDES DE ALMEIDA e outros	30.112.972
7	ROSEIRA	MANOEL INÁCIO DE ARAÚJO PIMPÃO	
8	ALEGRETE	MARIA IZABEL DO BELÉM e ALMEIDA	
9	CAMPO DO GARRÃO	JOÃO ANTONIO DE ARAÚJO PIMPÃO	
10	MARREGAS	LÚCIO IRIAS DE ARAÚJO GAVIÃO	
11	TIGRE e AMPARO	ANTONIO MACIEL	56.440.150
12	S.ANTONIO e S.FRANCISCO	ANA FERREIRA DE JESUS e outros	228.432.850
13	NORTE	RUFINO DE OLIVEIRA SÁ RIBAS	239.362.850
14	RESSACA	ZEFERINO BUENO	
15	ESTÂNCIA NOVA	FIRMINO TEIXEIRA BAPTISTA VIVIDA	14.724.625
16	QUIGUAY	FRANCISCO DE OLIVEIRA SÁ RIBAS	118.413.287*
17	CALDEIRAS	LUIZ LUSTOSA DE SOUZA MENEZES	48.437.200*
18	TRÊS CAPÕES	ESTE VÃO RIBEIRO DO NASCIMENTO	18.196.464
19	CONCEIÇÃO	GERTRUDES DA SILVA RIBAS	12.379.164
20	SANTA TECLA	FIRMINO MARTINS DOS SANTOS	113.488.946
21	RONDINHA	ANTONIO DE FARIA	11.253.552
22	RONDINHA	JOÃO VAZ DE OLIVEIRA	
23	SÃO DOMINGOS	TEN. COR. JOÃO GARNEIRO MARCONDES	550.759.699
24	SAUDADES	ELIAS FERREIRA PACHEGO	22.000.000
25	FELICIANO	ANTONIO FERREIRA PINTO	22.017.400
26	SAUDADINHA	PEDRO FERREIRA BELLO	16.238.827
27	BOA VISTA	LUIZ LUSTOZA DE SOUZA MENEZES	24.415.050
28	SÃO MIGUEL	FRANCISCO DE ASSIS DE ARAÚJO PIMPÃO	22.087.195
29	GALVÃO	SANSÃO ANTONIO CARNEIRO e outros	22.033.765
30	JOÃO LAURINDO	JOÃO LAURINDO	
31	TUNAS	ESTE VÃO RIBEIRO DO NASCIMENTO	
32	TRINDADE	MARIA DO PILAR	
33	SANTA CRUZ	JOAQUIM MENDES PACHECO	91.960.000*
34	CHOPIM	GERTRUDES MARIA DE SIQUEIRA	
35	GRUZEIRO	ANTONIO JOAQUIM DO AMARAL GRUZ e outros	
36	SANTA ANA	PAULO DE ARAÚJO	
37	SALTO	MARGARIDA DE JESUS	
38	RIO PRETO	CIA. SÃO PAULO - RIO GRANDE DO SUL	
39	PROCÓPIO L. DA COSTA	PROCÓPIO LUIZ DA COSTA	
40	RIO CAÇADOR	CIA. SÃO PAULO - RIO GRANDE DO SUL	
41	RIO DAS ANTAS	CIA. SÃO PAULO - RIO GRANDE DO SUL	
42	XV DE NOVENBRO	CIA. SÃO PAULO - RIO GRANDE DO SUL	
43	RIO DAS PEDRAS	CIA. SÃO PAULO - RIO GRANDE DO SUL	
44	INV. DO MORAIS		

Fonte: MENDES, Adilson Miranda. *Origem e composição das fortunas na sociedade tradicional paranaense: Palmas – 1859 – 1903.* Dissertação de Mestrado, Curitiba: UFPR, 1989, p. 161.

Ilustração 1. Relações de compadrio estabelecidas pelas escravas de Lúcio Irias de Araújo Gavião



As estratégias de compadrio das escravas de Lúcio Irias de Araújo Gavião estiveram direcionadas na escolha de pessoas da condição livre, sendo que apenas uma cativa foi madrinha das crianças escravas e dos ingênuos. Traçamos individualmente o perfil dos compadres escolhidos por suas escravas para depois observar as ligações que faziam entre si, delineando, de forma indireta, uma possível comunidade que englobava até mesmo membros de fazendas vizinhas à propriedade de Lúcio.

Para isso fizemos uso da metodologia de análise de redes que consiste em observar as ligações que os indivíduos estabeleciam. Nesse sentido, as relações de compadrio dos es-

cravos formavam redes sociais que consolidaram laços com outros escravos e proporcionaram a ampliação das sociabilidades com pessoas livres. Para essa abordagem, desenvolvemos por meio dos programas UCINET e NetDraw ilustrações das teias de relações firmadas pelos cativos, que identifica os atores sociais quanto ao papel que estavam assumindo (padrinho, madrinha, pais) e seus atributos sociais (livres senhores de escravos, livres sem posse de cativos e escravos). Essas ilustrações possibilitaram a análise das conexões que os escravos desenvolveram de forma direta e indireta, tendo em vista que os atores sociais se descrevem por meio das relações que estabelecem.

Gertrudes

Gertrudes, uma das escravas mais velhas desse senhor, foi a que com mais frequência apareceu nos registros paroquiais envolvendo cativos de Lúcio. Em oito de abril de 1868 batizou seu primeiro filho, Frontino, com quase três anos de idade, escolhendo como padrinhos o casal Domingos Antonio Baptista e Maria Fernandes da Trindade⁴⁶. Domingos e Maria eram livres e não eram proprietários de escravos. Em 1881, o filho do casal, Pedro Antonio Baptista, contraiu matrimônio com Benedicta Felicia de Andrade⁴⁷, cativa de Lúcio. Isso nos leva a deduzir que essa família vivia muito próxima à propriedade de Lúcio, ou era agregada desse senhor.

Datado no dia 11 de abril de 1868, ou seja, três dias depois do batizado de Frontino, encontramos o assento de batismo de Bonifácio; o pequeno tinha quatro meses de idade e seus padrinhos foram Fermiano Antonio Moreira e Maria Cordeiro⁴⁸, pessoas livres. Em 26 de dezembro de 1871 Gertrudes batiza sua filha, Deolinda, que havia nascido em 11 de novembro do mesmo ano; foram seus padrinhos o Capitão José Joaquim de Almeida e sua esposa Dona Maria Izabel do Bellem⁴⁹. José Joaquim era proprietário da Fazenda Alegrete (Ver: Mapeamento parcial das fazendas nos Campos de Palmas-1916. Fazenda n. 8), vizinha com a de Lúcio, também possuía escravos e participou, como Lúcio, da Sociedade dos Primeiros Povoadores⁵⁰.

Em 12 de fevereiro de 1879, Gertrudes batizou seu filho José, com onze meses. O menino recebeu como padrinhos Eugenio Bernardo Vieira e sua mãe Valeriana Ursulina da

⁴⁶ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 1*, 1843 – 1871, fl. 124 verso.

⁴⁷ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro 1 de Registro de Casamentos*, 1843 – 1870, fl. 99 verso.

⁴⁸ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 1*, 1843 – 1871, fl. 128.

⁴⁹ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 1*, 1843 – 1871, fl.54.

⁵⁰ SECCÃO DE DOCUMENTOS. Estatuto e regulamento da “Sociedade particular dos primeiros povoadores palmenses” organizados na Freguezia do Belem, em Guarapuava, a 1.º de Março de 1839. IN: *Revista do Circulo de Estudos “Bandeirantes”*. 1936, Op. Cit. p. p. 315-319.

Conceição⁵¹. Valeriana, a mesma citada anteriormente, foi uma das mulheres escolhidas com mais frequência para ser madrinha de filhos de cativos, era casada com o comerciante João Antonio Alexandre Vieira, que faleceu em 1872; ela, seu filho Eugenio e outros três filhos foram declarados como seus herdeiros. Na época do inventário, o comerciante possuía dois escravos⁵².

No dia 11 de agosto de 1881 novamente Gertrudes leva um filho seu à pia batismal. Maria recebeu os santos óleos com cinco meses de idade e teve como padrinhos Manoel Ignácio de Araújo Pimpão e sua mulher Roza Almeida Pimpão⁵³. Manoel era filho de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão, grande fazendeiro e proprietário de escravos, e sua esposa Roza, que era também bastante visada como madrinha (Ver: tabela 20), era filha do já citado José Joaquim de Almeida. Seu nome foi grafado também como Roza Ferreira de Almeida e Maria Roza Almeida Pimpão, para padronizar nas ilustrações colocamos o nome e sobrenomes que passou a utilizar depois de casada: Roza Almeida Pimpão.

Alexandrina

Nos registros paroquiais, identificamos quatro filhos de Alexandrina. No mesmo dia em que Gertrudes batizou seu filho Bonifácio, 11 de abril de 1868, Eufrásia, filha de Alexandrina, também foi batizada. A menina tinha dois anos de idade e recebeu como padrinhos José Joaquim de Almeida e sua mulher Maria Izabel do Bellem⁵⁴, que, como dissemos, em 1871 se tornariam compadres de Gertrudes e possuíam uma Fazenda que fazia limite com a de Lúcio.

Maria com 18 meses de idade recebeu o batismo no dia sete de junho de 1870. Tendo como padrinhos o mesmo José Joaquim e sua filha Roza⁵⁵; sua madrinha também seria comadre de Gertrudes e de Benedita. No Natal de 1872, foi a vez de Hidalina receber o batismo; nascida em 9 de novembro daquele ano, seus padrinhos foram o Alferes Antonio de Sá Ribas e sua mulher Dona Maria Josefa de Souza⁵⁶. Antonio era filho de Antonio de Oliveira Ribas e Rufina Mauricia de Sá proprietários da fazenda Floresta e senhores de escravos; Dona Maria Josefa era filha de Joaquim Mendes de Souza e de Cezarina Antonina de Jesus, proprietários da Fazenda São Joaquim e possuíam escravos⁵⁷.

⁵¹ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registro de Batismo de filhos de escravas*, 1871 – 1889, fl.11.

⁵² Inventário de João Antonio Alexandre Vieira (1872). NÚCLEO..., Op. Cit.

⁵³ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo de Ingênuos*, 1871-1888, fl.14.

⁵⁴ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 1*, 1843 – 1871, fl. 128.

⁵⁵ Op. Cit. fl. 139.

⁵⁶ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo de Ingênuos*, 1871-1888, fl. 3

⁵⁷ Inventário de Rufina Mauricia de Sá (1886). Inventário de Joaquim Mendes de Souza (1869). NÚCLEO..., Op. Cit.

Em 21 de janeiro de 1881 Alexandrina levou para batizar Salvador, com apenas um mês de idade; o ingênuo teve como padrinhos Eugenio Bernardo Vieira e Maria Joaquina de Almeida⁵⁸. Eugenio, como já havíamos dito, era filho do comerciante João Antonio Alexandre Vieira e era compadre de Gertrudes. Maria Joaquina era filha de José Joaquim de Almeida e Maria Izabel, e era casada com João Antonio de Araújo Pimpão, o qual era filho de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão e Maria Josefina de França, senhores de escravos e proprietários da Fazenda Cruzeiro em Palmas⁵⁹.

O registro de batismo de Antonio data de três dias após o batizado de Salvador. Com um ano de idade, a criança recebeu como padrinhos Ignácio de Araújo Pimpão e a escrava Eufrásia, também de propriedade de Lúcio Irias. Não há mais registros a respeito de Ignácio, muito provavelmente seja ele Manoel Ignácio de Araújo Pimpão, que, como havíamos nos referido, era esposo de Roza, filha de José Joaquim, e filho de fazendeiros e senhores de escravos em Palmas.

Eufrásia, na época em que os bens de Lúcio foram inventariados, era identificada como preta, com 17 anos de idade, solteira, costureira e natural de Palmas. Apesar de não ter sido identificada sua filiação, possivelmente seja a mesma filha de Alexandrina batizada em 1868, que teria a faixa etária da cativa com o mesmo nome arrolado no inventário de 1882 (ela teria mais ou menos 16 anos de idade), dessa forma foi madrinha de seu irmão.

Benedicta

Benedicta levou à pia batismal quatro filhos no período de 1871 a 1882. A primeira foi Margarida batizada em 26 de dezembro de 1871. A menina, nascida no dia cinco daquele mesmo mês, recebeu como padrinhos Pedro de Sá Ribas Nhonhô e Dona Roza Ferreira de Almeida⁶⁰. Pedro era filho do casal já citado, Antonio de Oliveira Ribas e Rufina Mauricia de Sá, fazendeiros e proprietários de escravos⁶¹. Como dissemos anteriormente, Roza era filha de José Joaquim de Almeida e se tornaria esposa de Manoel Ignácio de Araújo Pimpão; além de comadre de Benedicta, era comadre de Gertrudes e Alexandrina, e tinha afilhados entre os filhos dos escravos de seu pai⁶².

⁵⁸ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo de Ingênuos*, 1871-1888, fl. 13.

⁵⁹ Inventário de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão (1876). NÚCLEO..., Op. Cit.

⁶⁰ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 1*, 1843 – 1871, fl. 54.

⁶¹ Inventário de Rufina Mauricia de Sá (1886). NÚCLEO..., Op. Cit.

⁶² Dos escravos de José Joaquim de Almeida Roza foi madrinha de três: Izabel (1872), Andreza (1874) e Christina (1887). CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo de Ingênuos*, 1871-1888, fls. 2 e verso, 5 verso e 6. CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 2*, 1872-1890, fl. 57 verso.

Francisca foi batizada em 22 de fevereiro de 1874, com mais de um mês de idade foram seus padrinhos Augusto Alves de Almeida Lima e Valeriana Ursulina da Conceição⁶³. Sobre Augusto não foi possível identificar outras informações; a madrinha Valeriana, como foi indicado, era esposa do comerciante João Alexandre Vieira do qual enviuvou em 1872, e era também comadre de Gertrudes.

O terceiro filho de Benedicta a ser batizado foi Jorge. Com quatro meses de idade o pequeno recebeu os santos óleos no dia 26 de janeiro de 1880 e teve como padrinhos Antonio de Oliveira Ribas e Nossa Senhora Aparecida como madrinha. Esposo de Rufina Mauricia de Sá, Antonio era proprietário da Fazenda Floresta e senhor de escravos⁶⁴.

No dia 16 de junho de 1881 Benedicta, que passou a atender pelo nome de Benedicta Felicia de Andrade⁶⁵, contraiu matrimônio com o livre Pedro Antonio Baptista. No registro de casamento de Benedicta ela era identificada como sendo filha de pai incógnito e de Alexandrina; Pedro era filho de Domingos Antonio Baptista e Maria Fernandes da Trindade (os padrinhos de Frontino filho de Gertrudes)⁶⁶. No dia 22 de janeiro de 1882, um ano depois do casamento, o casal leva para ser batizado seu filho Domingos. O menino recebeu o mesmo nome que do avô paterno, tinha cinco meses e teve como padrinhos o Vigário Achilles Sapori e Dona Eugenia Maria de Oliveira, sobre a qual não encontramos outras informações⁶⁷.

3.2.2 As relações de compadrio dos escravos de José Joaquim de Almeida

José Joaquim de Almeida fundou a Fazenda Alegrete (Ver: Mapeamento parcial das fazendas nos Campos de Palmas-1916. Fazenda n. 8), que era vizinha com a de Lúcio Irias. Além de serem vizinhos, por meio do compadrio seus escravos vincularam as duas famílias senhoriais, sugerindo uma proximidade não só em termos de espaço geográfico, mas também das sociabilidades.

As escravas de José Joaquim levaram até a pia batismal quinze crianças, batizadas entre 1868 a 1887. O perfil sexo-etário dos cativos desse plantel é desconhecido já que esse senhor não produziu inventário em vida e faleceu em agosto de 1888, três meses depois da abolição da escravidão. Em seu inventário *post-mortem* deixa como herdeiros sua esposa,

⁶³ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo de Ingênuos*, 1871-1888, fl. 4 verso.

⁶⁴ Inventário de Rufina Mauricia de Sá (1886). NÚCLEO..., Op. Cit.

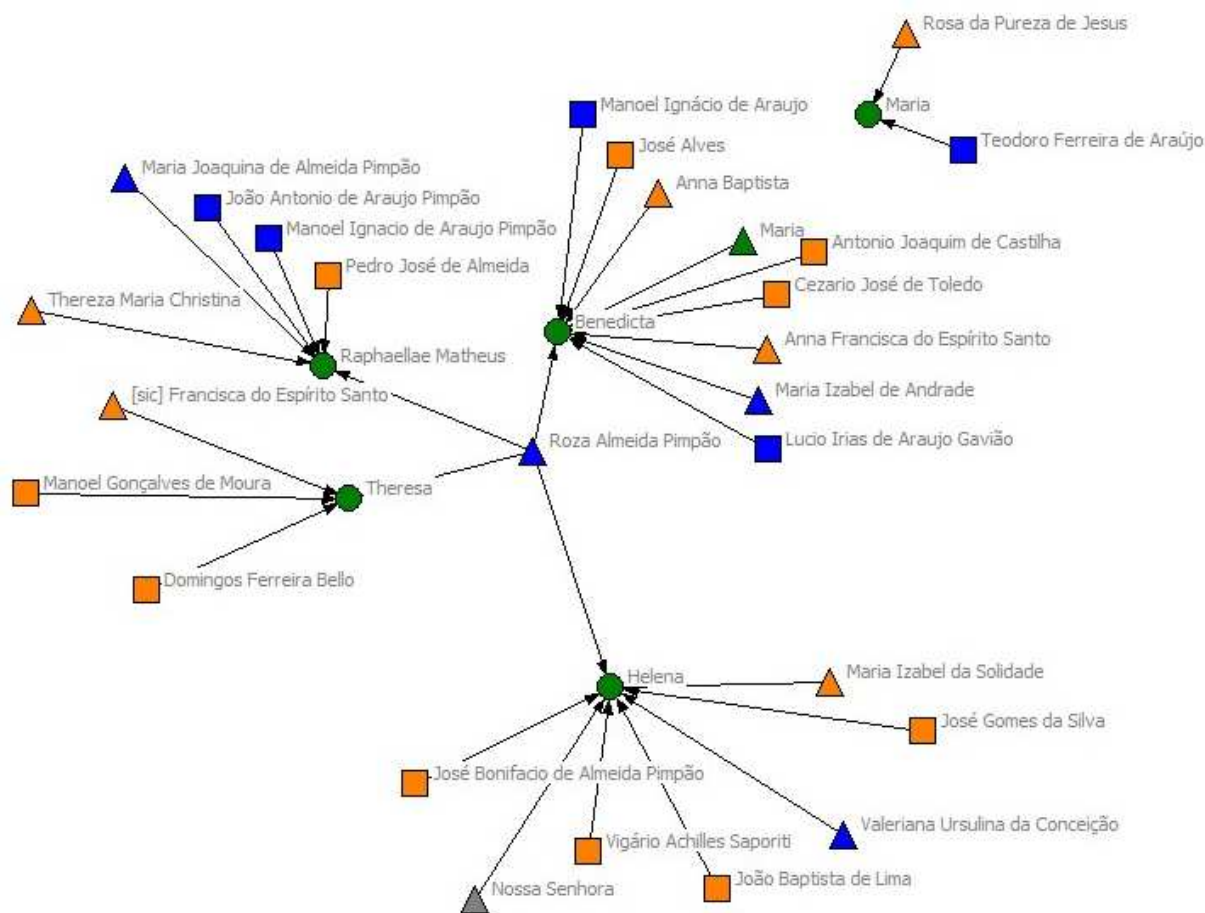
⁶⁵ No Registro de batismo de seu filho é identificada como Benedicta Eliza de Andrade. CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo de Ingênuos*, 1871-1888, fl.15.

⁶⁶ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro 1 de Registro de Casamentos*, 1843 – 1885, fl.99 verso.

⁶⁷ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo de Ingênuos*, 1871-1888, fl.15.

Maria Isabel do Belém, e suas duas filhas, que são identificadas como casadas, uma com Manoel Ignácio de Araújo Pimpão e outra com João Antonio de Araújo Pimpão⁶⁸, seus genros eram filhos de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão⁶⁹.

Ilustração 2. Relações de compadrio estabelecidas pelas escravas de José Joaquim de Almeida



● Escrava de José Joaquim de Almeida	▲ Madrinha Santa
▲ Madrinha escrava de Lucio Irias de A. Gavião	■ Padrinho livre sem posse de escravos
▲ Madrinha proprietária de escravos	■ Padrinho proprietário de escravos

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo - Cúria Diocesana de Palmas-PR

Nos registros paroquiais, encontramos nove escravos identificados entre os pais e mães, sem contar com os menores que estavam sendo batizados. São eles: Maria e seu marido Antonio, Thereza e seu marido Marcellino, Raphaella e seu esposo Matheus e as escravas solteiras Benedicta e Helena. Ao longo do tempo, José Joaquim teve em seu plantel pelo me-

⁶⁸ Inventário de José Joaquim de Almeida (1888). NÚCLEO..., Op. Cit.

⁶⁹ Inventário de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão. NÚCLEO..., Op. Cit.

nos três famílias escravas nucleares que aparecem nos registros paroquiais, não contando com o caso de Benedicta, que manteve uma relação consensual com um lavrador livre, com o qual teve seus filhos.

Maria e Antonio

Maria e Antonio batizaram em 1868, sua filha Rita, com dois anos de idade; a menina recebeu Theodoro Ferreira de Araújo e Rosa da Pureza de Jesus como padrinho e madrinha⁷⁰. Em relação à Rosa não encontramos mais informações; Theodoro, faleceu em 1881 com 32 anos de idade, era filho solteiro de D. Anna Ferreira de Jesus, a qual foi declarada como sua única herdeira. Theodoro residia na Fazenda Santa Anna e possuía escravo⁷¹.

No assento de batismo de Rita apenas Maria é identificada como escrava de José Joaquim, e Antonio não possui sobrenome, um sugestivo sinal de ser uma pessoa de poucos recursos. Entretanto, encontramos uma carta de liberdade de 1872 de um cativo de José Joaquim com o nome Antonio, africano, casado, que pelos indícios se tratava do pai de Rita. Provavelmente por um descuido, o vigário não anotou sua condição escrava⁷². Data do mesmo ano o registro de óbito de Antonio; identificado como ex-escravo de José Joaquim, havia falecido no dia 12 de novembro com 60 anos de idade e, envolto em “panno preto e em um caixão”, foi enterrado no cemitério da Freguesia⁷³. Em relação à Maria, encontramos a carta de liberdade da cativa datada em sete de dezembro de 1876; foi identificada como preta de nação⁷⁴.

Benedicta

Benedicta teve pelo menos cinco filhos que batizou entre os anos de 1868 a 1878. Gumercinda, sua filha, foi batizada no dia 11 de abril de 1868, no mesmo dia em que Rita foi a pia batismal. Com quinze meses de idade, a menina teve como padrinhos Lúcio Irias de Araújo Gavião e sua mulher Maria Izabel de Andrade⁷⁵. Em 7 de junho de 1870, Benedicta leva sua filha Lucia com 14 meses para ser batizada, a qual recebeu como padrinhos José Alves e a cativa Maria⁷⁶. Sobre o padrinho de Lucia, não encontramos outras informações; em relação à madrinha, Maria pode ser a cativa com o mesmo nome citada anteriormente, mas

⁷⁰ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 1*, 1843 – 1871, fl. 128.

⁷¹ Inventário de Theodor Ferreira de Araújo (1882). NÚCLEO..., Op. Cit.

⁷² TABELIONATO LEINING. *Livros de Notas n.3*. fls.12 e verso.

⁷³ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Óbito n. 1*, 1843-1905. fl. 16

⁷⁴ TABELIONATO LEINING. *Livros de Notas n.5*. fl.27.

⁷⁵ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 1*, 1843 – 1871, fl. 128.

⁷⁶ Op. Cit. p. 139.

também consta uma Maria escrava de José Joaquim entre os óbitos, falecida em 1872 que pode, da mesma forma, ser a madrinha da pequena⁷⁷.

No Registro de sua filha Izabel, Benedicta era identificada como parda, solteira. A pequena Izabel recebeu o batismo no dia 6 de agosto de 1872; nascida em 23 de dezembro de 1871 teve como padrinho Manoel Ignácio de Araújo Pimpão e como madrinha Roza Ferreira de Almeida⁷⁸. Ainda solteiros, os padrinhos de Izabel mais tarde iriam contrair matrimônio; Roza como se viu era filha do senhor de Benedicta.

Em dois de novembro de 1874, Anna, que havia nascido em 26 de julho daquele mesmo ano, foi batizada. A ingênua teve como padrinhos Cezario José de Toledo e Anna Baptista⁷⁹. Como se vê, Anna recebeu o mesmo nome de sua madrinha; sobre os padrinhos nenhuma outra informação foi encontrada.

Em 25 de setembro de 1878 Salomão foi batizado; nascido no dia 4 de março do mesmo ano, o pequeno recebeu como padrinhos Antonio Joaquim de Castilha e sua esposa Anna Francisca do Espírito Santo, sobre os quais não obtivemos mais informações. Salomão é identificado como filho da falecida Benedicta. O Capitão José Joaquim renunciava no ato do batismo aos direitos que tinha sobre o ingênuo⁸⁰.

Em 22 de janeiro de 1880 Ignácio Joaquim de Oliveira, lavrador solteiro, declarava em uma escritura de perfilhação que teve três filhos com a escrava Benedicta, de José Joaquim. Salomão, Anna e Izabel passam a ser seus herdeiros⁸¹. Em seu inventário de 1881 os seus três filhos “adotivos” e sua esposa Maria Ferreira Ramos são identificados como seus herdeiros⁸².

Helena

Em 27 de novembro de 1873, Bernardina, filha de Helena, foi batizada; nascida em 28 de setembro de 1872 a menina recebeu como padrinhos José Gomes da Silva e Valeriana Ursulina da Conceição⁸³. Em relação ao padrinho nada foi encontrado; Valeriana é a mesma esposa do comerciante João Alexandre Vieira, a citada comadre das escravas Benedicta e Gertrudes, de Lúcio Irias de Araújo Gavião. No registro de batismo de seu filho Christiano, Helena era identificada como sendo preta. O menino recebeu o batismo no dia seis de novembro de 1879, com dois meses de idade, e teve como padrinhos João Baptista de Lima e Maria

⁷⁷ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Óbito n. 1, 1843-1905*. fl. 16.

⁷⁸ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo de Ingênuos, 1871-1888*, fls. 2 e verso.

⁷⁹ Op. Cit. fl. 6.

⁸⁰ Op. Cit. fl. 10 verso.

⁸¹ TABELIONATO LEINING. *Livros de Notas n. 6*. fl.28.

⁸² Inventário de Ignácio Joaquim de Oliveira (1881). NÚCLEO..., Op. Cit.

⁸³ CÚRIA..., Op. Cit. fl. 3 verso.

Isabel da Solidade⁸⁴. Em 24 de abril de 1887 é a vez de Christovão ser batizado; o menino havia nascido no dia 29 de junho do ano anterior e recebeu como padrinhos o Vigário Achilles Saporiti e Nossa Senhora devido intenção de Helena⁸⁵.

A ingênua Christina, que havia nascido em 15 de outubro de 1887, recebeu os santos óleos no Natal do mesmo ano e teve como padrinhos José Bonifácio de Almeida Pimpão e Dona Roza Almeida Pimpão⁸⁶. Sobre José Bonifácio não encontramos informação, pelo sobrenome poderia ser parente da família senhorial; já Roza é a mesma Roza Ferreira de Almeida, filha de José Joaquim e esposa de Manoel Ignácio de Araújo Pimpão.

Thereza e Marcellino

Marcellino e Thereza contraíram matrimônio no dia 20 de janeiro de 1874; como testemunha de seu casamento tiveram José Antonio Alexandre Vieira, tabelião em Palmas, e Lúcio Irias de Araújo Gavião⁸⁷. Nos registros paroquiais de batismo encontramos apenas uma filha do casal nascida em julho do mesmo ano do casamento desses cativos; dessa forma, provavelmente Thereza contraiu matrimônio nos primeiros meses de gestação.

Andreza, a filha do casal, foi batizada no dia dois de novembro de 1874 e recebeu como padrinhos Manoel Gonçalves de Moura e Dona Roza Ferreira de Almeida (a mesma Roza Almeida Pimpão)⁸⁸. Em relação ao padrinho nenhuma outra informação foi encontrada.

No dia seis de março de 1880, o preto Marcellino faleceu, com 60 anos de idade, e foi enterrado no Cemitério da já instituída Vila⁸⁹. No dia 24 de janeiro do ano seguinte, Thereza leva à pia batismal seu filho João. De pai incógnito, o menino recebeu como padrinho Domingos Ferreira Bello e como madrinha [sic] Francisca do Espírito Santo⁹⁰. Sobre o padrinho não encontramos outras informações; quanto à madrinha provavelmente se trate de Anna Francisca do Espírito Santo, casada com Antonio Joaquim de Castilha, que também foi madrinha do filho da escrava Benedicta, falecida na data do batismo, anteriormente citada.

Raphaella e Matheus

No dia 22 de janeiro de 1881 Raphaella e Matheus se casaram⁹¹; o casal de cativos batizou três filhos no período de 1883 a 1887. O pardo Jovinal foi batizado no dia seis de fevereiro de 1883; nascido em 19 de julho do ano anterior, o pequeno teve como padrinhos João

⁸⁴ Na lateral esquerda do manuscrito consta Christianna. Op. Cit. fl. 11.

⁸⁵ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 2, 1872-1890*, fl. 34 verso.

⁸⁶ Op. Cit. fl. 57 verso.

⁸⁷ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro 1 de Registro de Casamentos, 1843 – 1885*, fls. 42 e verso.

⁸⁸ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registro de Batismo de filhos de escravas, 1871 – 1889*, fls. 5 verso e 6.

⁸⁹ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Óbito n. 1, 1843-1905*. fl. 26.

⁹⁰ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registro de Batismo de filhos de escravas, 1871 – 1889*, fl.13

⁹¹ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro 1 de Registro de Casamentos, 1843 – 1885*, fl. 94.

Antonio de Araújo Pimpão e Dona Joaquina Maria de Almeida Pimpão⁹². João Antonio de Araújo Pimpão era filho de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão e irmão do já citado Manoel Ignácio⁹³, e esposo da referida madrinha que, por conseguinte, era filha de José Joaquim⁹⁴. No dia 11 de dezembro de 1884, o casal batizou Benedicta, a menina nascida em quatro de setembro do mesmo ano e que teve como padrinhos Manoel Ignácio de Araújo Pimpão e sua esposa Dona Roza Almeida Pimpão⁹⁵, que foram bastante cotados como padrinhos nas escravarias de José Joaquim e de Lúcio Irias.

No dia 24 de abril de 1887 o casal, que agora atendia pelos nomes e sobrenomes Raphaella da Silva e Matheus José de Almeida, levou para ser batizada sua filha Leoncia. A menina nasceu no dia 14 de maio de 1886 e recebeu como padrinhos Pedro José de Almeida e Thereza Maria Cristina, sobre os quais não encontramos outras informações⁹⁶.

3.2.3 Conexões viáveis por meio do compadrio

Ao estudar as redes de compadrio estabelecidas pelas escravas de Lúcio Irias percebemos que as cativas, pela escolha de padrinhos em comum, construíram conexões entre elas. As madrinhas Maria Izabel do Bellém, sua filha, Rosa de Almeida Pimpão, e Valeriana Ursulina da Conceição, e os padrinhos José Joaquim de Almeida e Eugenio Bernardo Vieira foram escolhidos por mais de uma escrava de Lúcio, o que conectava indiretamente as cativas em uma rede de compadrio (Observe a Ilustração 3).

As três mães cativas de propriedade de Lúcio tinham pelo menos um compadre comum a todas elas. Gertrudes nesse aspecto era a maior conectora dessa rede. Essa cativa estreitava seus laços com Alexandrina ao escolher como compadres o casal José Joaquim de Almeida e Maria Izabel do Bellém e Roza Almeida Pimpão, que já tinham estabelecido vínculos com a cativa Alexandrina. Também se conectava a Benedicta ao escolher Valeriana Ursulina da Conceição e a já citada Roza, que eram madrinhas das filhas de Benedicta. Alexandrina por meio da escolha de Eugenio Bernardo Vieira estreitou seu vínculo com Gertrudes, que era comadre de Eugenio. Por conseguinte, Benedicta escolheu como madrinha Roza, que era comadre de Alexandrina. Dessa forma, as cativas estavam afirmando uma mesma rede de

⁹² CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registro de Batismo de filhos de escravas*, 1871 – 1889, fl.17 verso.

⁹³ Inventário de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão (1876). NÚCLEO..., Op. Cit.

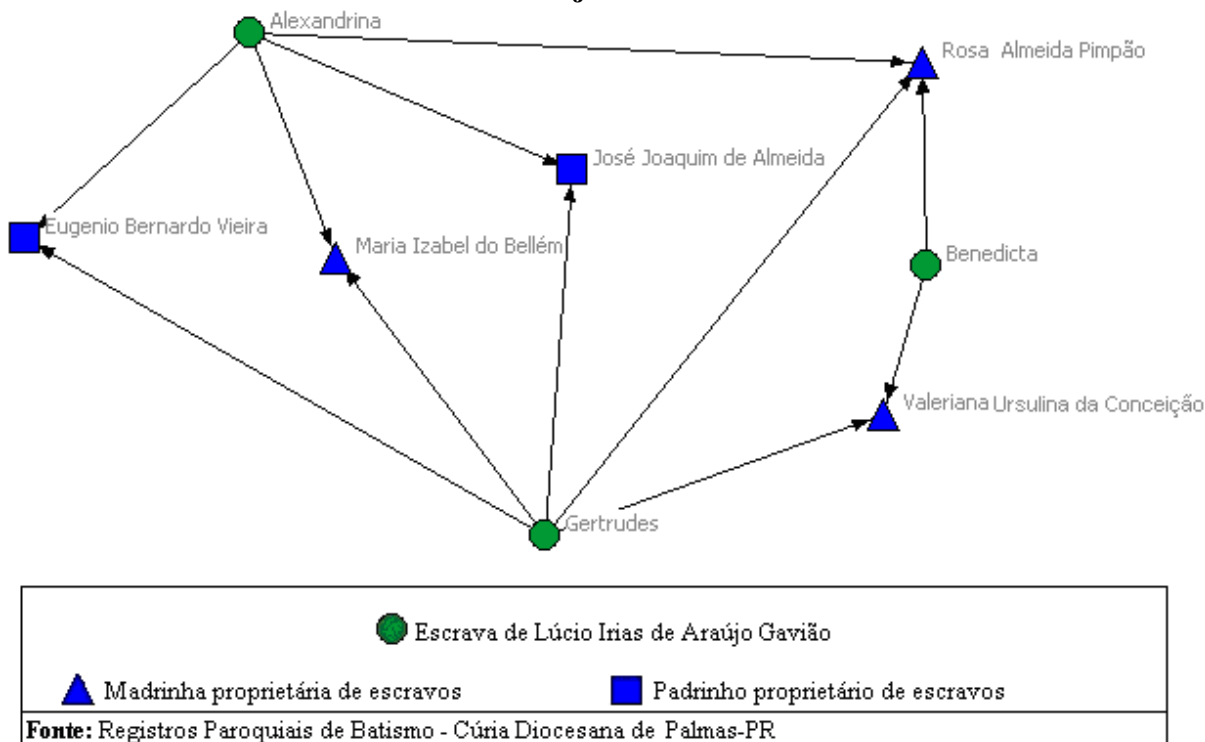
⁹⁴ Inventário de José Joaquim de Almeida (1888). NÚCLEO..., Op. Cit.

⁹⁵ CÚRIA..., Op. Cit. fls. 20 verso e 21.

⁹⁶ Op. Cit. fl. 25 verso.

sociabilidades tecida por meio do compadrio e ampliavam as ligações com alguns compadres uma da outra.

Ilustração 3. Compadres recorrentemente escolhidos por escravas de Lúcio Irias de Araújo Gavião



Roza Almeida Pimpão foi a madrinha que serviu como ponte entre todas as mães cativas de Lúcio Irias. Alexandrina foi a primeira a escolhê-la como madrinha, quando Roza era ainda solteira, depois foi a vez de Benedicta e por fim Gertrudes estabeleceu vínculos de compadrio quando ela já tinha contraído matrimônio com Manoel Ignácio de Araújo Pimpão.

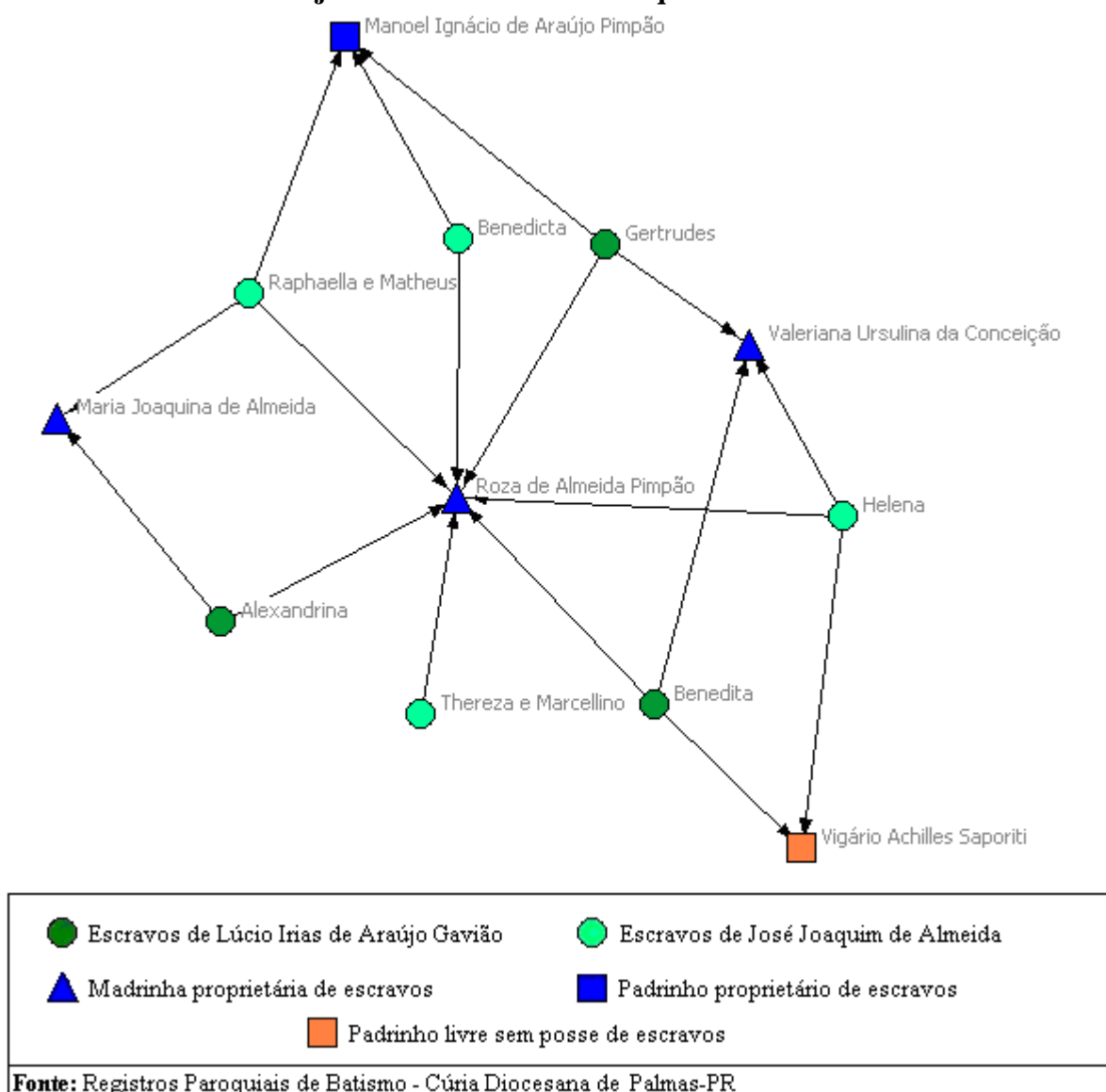
Essas ligações reiteradamente estabelecidas com os mesmos compadres também ressaltam a ligação com a casa senhorial encabeçada por José Joaquim de Almeida. Dos cinco compadres citados acima, três eram dessa família senhorial. A proximidade em termos geográficos das fazendas de Lúcio Irias e José Joaquim deve ter facilitado o estabelecimento desses vínculos com os escravos um do outro. Se observarmos os compadres das escravas de Lúcio, percebemos que elas firmaram laços de compadrio com todos os membros da família do senhor José Joaquim: com ele e sua esposa, suas filhas e seus genros.

Cabe ressaltar que Lúcio e José participaram da mesma bandeira colonizadora, e esse contato, provavelmente uma amizade entre os dois senhores de escravos, deve ter contribuído para que as cativas de Lúcio procurassem esses vínculos com os membros da família de José Joaquim. Partindo do pressuposto que essas famílias senhoriais tivessem uma ligação que se expressou na incidência de escolha de membros das duas casas como compadres dos escla-

vos, podemos afirmar, da mesma forma, que isso facilitou o contato entre os cativos desses senhores.

Pela escolha de padrinhos em comum e de membros dessas casas senhoriais como compadres, os escravos de Lúcio Irias de Araújo Gavião e de José Joaquim de Almeida reforçaram a proximidade dos plantéis. Mesmo que os escravos não escolhessem diretamente cativos da fazenda vizinha, pensamos que existia um contato entre as duas escravarias. Observando as datas em que os batismos ocorreram, percebemos que em pelo menos três vezes os filhos de escravos de ambos os senhores receberam o batismo no mesmo dia.

Ilustração 4. Compadres recorrentemente escolhidos pelos escravos de Lúcio Irias de Araújo Gavião e os de José Joaquim de Almeida



No dia 11 de abril de 1868, receberam o batismo Bonifácio e Eufrásia de Lúcio Irias, Rita e Gumercinda de José Joaquim; ressaltamos que Lúcio e sua mulher foram padrinhos de

Gumercinda, e José Joaquim e sua esposa, de Eufrásia. No dia sete de junho de 1870, foi a vez de Maria de Lúcio Irias e Lucia de José Joaquim, sendo que Maria, como dissemos, recebeu o dito José Joaquim e sua filha como padrinhos. No dia 24 de janeiro de 1881, o ingênuo Antonio do referido Lúcio, e João de José Joaquim foram batizados. Esses batizados são evidências do contato entre os escravos que levavam seus filhos para batizar no mesmo dia, e faziam dos senhores da fazenda vizinha e os membros de sua família seus compadres.

Algumas considerações tecidas por Cacilda Machado são importantes para este estudo. Essa autora observou que alguns membros das famílias senhoriais eram escolhidos em detrimento de outros, o que poderia demonstrar que os escravos estavam escolhendo os padrinhos⁹⁷. Nesse aspecto, observamos, por exemplo, que o filho de Lúcio, Campolim de Araújo Flores, não foi escolhido pelos cativos. Maria Joaquina de Almeida Pimpão, filha de José Joaquim, apesar de ter sido madrinha de ingênuos das duas propriedades era bem menos cotada como madrinha nessas propriedades do que sua irmã.

Provavelmente se fossem os senhores que decidissem quem seriam os padrinhos dos filhos de seus escravos, os laços de compadrio seriam distribuídos de forma que um não fosse mais vezes escolhido em detrimento de outro membro da família em que estivesse selecionando os padrinhos de seus cativos.

Mesmo que os vínculos de compadrio estivessem realmente condicionados as relações que os senhores mantinham com outras casas senhoriais, os cativos ainda assim estavam selecionando seus compadres. Por certo, essas escolhas não eram neutras, subjacente estava o próprio contexto escravista e as expectativas ascendentes dos cativos. Como afirmou Stephen Gudeman e Stuart Schwartz, os atores sociais “agem com base em informações, influencias aconselhamentos, pressões, expectativas e regras”⁹⁸.

Outra sugestão de Cacilda Machado nos é pertinente. Segundo ela, por meio de laços de compadrio os escravos estavam se vinculando a outras casas senhoriais, onde teriam trânsito livre, permitindo que convivessem e se comunicassem com as escravarias e com os agregados das casas senhoriais com as quais estavam se ligando, e ainda os laços de compadrio entre escravos, libertos e agregados, estariam formando uma comunidade de escravos e livres de cor⁹⁹.

⁹⁷ MACHADO, Cacilda. Compadrio de escravos & paternalismo: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. *Anais eletrônicos do 3º Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”*. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/12.12.pdf> Acesso em: 10 nov. 2008, p. p. 12-13.

⁹⁸ GUEDEMAN e SCHWARTZ, 1988, Op. Cit. p. 41.

⁹⁹ MACHADO, 2008, Op. Cit. p. 198.

Nessa linha, podemos observar que as conexões indiretas estabelecidas pelos cativos de Lúcio com os escravos de José Joaquim poderiam estar reforçando uma possível comunidade formada pelos cativos desses plantéis. Pelo compadrio estabelecido com escravistas provavelmente buscavam benefícios, mas também estavam se ligando à família senhorial e, por conseguinte, com as escravarias, fortalecendo mesmo que indiretamente um meio de pertencimento entre elas.

3.3 PARENTESCO E COMUNIDADE EM UMA PROPRIEDADE ESCRAVISTA

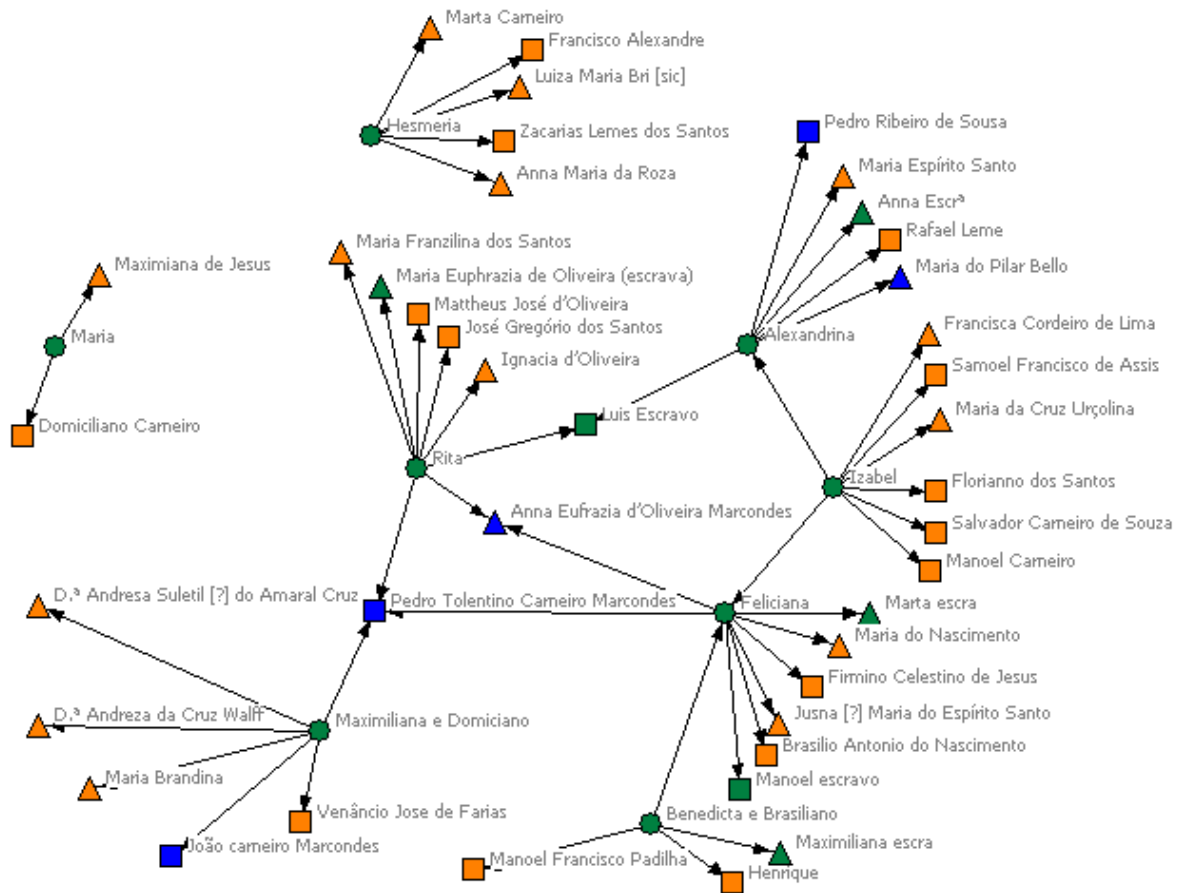
João Carneiro Marcondes, proprietário da Fazenda São João do Deserto, teve seus bens inventariados em 1888 quando da morte de sua esposa, Senhorinha Marcondes e Silva. Nesse ano foram arrolados onze cativos seus, entre eles seis eram homens e cinco mulheres, cujas idades variaram de 40 a 22 anos, sendo que a média aritmética desta propriedade foi de 28,4, correspondendo para os homens a 31,8 e para as mulheres a 24,4 anos de idade¹⁰⁰.

Nos registros paroquiais de batismo encontramos 25 assentos de filhos de seus cativos, abarcando o período de 1849 a 1888. Nessa fonte foram citados pelo menos quinze escravos entre pais e padrinhos. Das cativas a que mais levou filhos para batizar foi Feliciano, com cinco crianças registradas, seguida por Rita e Izabel, com quatro filhos cada uma, Alexandrina, Hesmeria e Maximiliana, com três, Benedicta com dois e Maria com um filho.

As cativas estabeleceram laços com estratos sociais bastante diversificados. A família senhorial concentrou cinco afilhados, sendo que quatro foram de Pedro Tolentino Carneiro Marcondes, filho de João Carneiro, e um era afilhado do próprio senhor de seus pais. Além desses casos, os cativos foram compadres de livres com e sem posse de cativos, libertos e escravos. Observe a ilustração a seguir.

¹⁰⁰ Inventário de Senhorinha Marcondes e Silva (1888). NÚCLEO..., Op. Cit.

Ilustração 1. Relações de compadrio estabelecidas pelos escravos de João Carneiro Marcondes



	Escravos de João Carneiro Marcondes
	Madrinha livre sem posse de escravos
	Madrinha proprietária de escravos
	Padrinho escravo de João Carneiro Marcondes
	Padrinho livre sem posse de escravos
	Padrinho proprietário de escravos
	Madrinha escrava de João Carneiro Marcondes

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo - Cúria Diocesana de Palmas-PR

Feliciania

Feliciania levou para batizar cinco filhos; constata-se que essa cativa estabeleceu laços com a família senhorial ao escolher Pedro Tolentino e sua esposa Anna Eufrazia de Oliveira Marcondes como padrinhos de José em 1874. No mesmo ano, novamente Pedro é escolhido como padrinho, agora de Maria, que recebeu dois padrinhos; além dele, Manoel, escravo, se tornou compadre de Feliciania. No assento de batismo da ingênua um homem chamado Manoel sem sobrenome era identificado como pai da pequena Maria. Entretanto, não encontramos registro de casamento da cativa com o referido Manoel, é provável que o vigário anotasse informações complementares, que não encontramos em outros assentos. Cabe salientar

que pode ter ocorrido um erro ao produzir esse assento, principalmente levando em conta que o nome do padrinho é o mesmo que do referido pai.

A cativa reforça ainda os seus vínculos com Manoel ao escolhê-lo novamente como padrinho de seu filho Domingos em 1882, que recebe como madrinha Marta, também escrava. Em 1883 sua filha Maria Paulina teve como padrinhos Brasílio Antonio do Nascimento e Maria do Nascimento, ambos livres. No ano de 1885 sua filha também de nome Maria recebe Firmino Celestino de Jesus e Jusna [?] Maria do Espírito Santo como padrinho e madrinha, ambos livres¹⁰¹.

Izabel

Izabel, que levou quatro filhos para serem batizados, escolheu como padrinhos pessoas livres sem escravos e cativos. Seu filho Israel foi batizado em 1880 e teve como padrinho Manoel Carneiro e a citada Feliciano, ambos eram cativos do mesmo João Carneiro. Em 1883 Januário recebeu como padrinhos Salvador Carneiro de Souza e a escrava Alexandrina¹⁰². Pensamos que Salvador poderia ser o cativo com mesmo nome relatado no inventário¹⁰³, mas não era identificado como escravo no registro de batismo. Rozaria, batizada em 1886 recebeu como padrinhos Florianno dos Santos e Maria da Cruz Urçolina, ambos livres¹⁰⁴. Em 1887 foi a vez de Messias receber os santos óleos, o ingênuo teve Samoel Francisco de Assis e Francisca Cordeiro de Lima como padrinhos, também livres¹⁰⁵.

Rita

Rita que também teve pelo menos quatro filhos seguiu o mesmo padrão de Izabel na seleção de seus compadres e comadres. Sua primeira filha, Maria Luiza, foi batizada em 1879 e recebeu o casal José Gregório dos Santos e Maria Franzilina dos Santos, que eram libertos. Roza, sua segunda filha, batizada em 1882, recebeu como padrinhos os escravos Luiz Carneiro e Maria Euphrazia de Oliveira. Em 1884 Manoel recebeu o batismo, foram seus padrinhos Matheus José de Oliveira e Ignácia de Oliveira, livres¹⁰⁶. No ano de 1888 Calorinda recebeu como padrinho e madrinha o casal, anteriormente citado, Pedro Tolentino Carneiro e Anna Euphrazia de Oliveira Marcondes¹⁰⁷.

¹⁰¹ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo de Ingênuos*, 1871-1888, fls. 4, 6, 15 verso, 18 verso, 22 e verso.

¹⁰² Op. Cit. fls. 12 e 18 verso.

¹⁰³ Em 1888 o cativo Salvador foi identificado como pardo, solteiro, com 32 anos de idade, campeiro natural de Palmeira. Inventário de Senhorinha Marcondes e Silva (1888). NÚCLEO..., Op. Cit.

¹⁰⁴ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo de Ingênuos*, 1871-1888, fl. 23 verso.

¹⁰⁵ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 2*, 1872-1890, fl. 42.

¹⁰⁶ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo de Ingênuos*, 1871-1888, fls. 11, 16 e verso e 21.

¹⁰⁷ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 2*, 1872-1890, fl. 60.

Alexandrina

Alexandrina teve pelo menos três filhos que batizou entre 1849 a 1853; o primeiro, Manoel, teve como padrinhos o casal livre Rafael Leme e Maria Espírito Santo. Francisco foi batizado em 1852 e teve como padrinhos os escravos Luis e Anna. Seu último filho batizado foi Domeciano que recebeu como padrinho e madrinha o casal Pedro Ribeiro de Souza e Maria do Pillar Bello, que eram senhores de escravos¹⁰⁸. Domeciano provavelmente é o mesmo cativo que contraiu matrimônio com Maximiliana, que serão estudados a seguir.

Maximiliana e Domi[e]ciano

Esse casal contraiu núpcias em 1875 tendo Napoleão Marcondes de França e José de Oliveira Sá Ribas como testemunhas, ambos senhores de escravos¹⁰⁹. Em 1885 levaram para batizar Maria que recebeu os livres Pedro Tolentino Carneiro Marcondes e Andresa Suletil [?] do Amaral Cruz como padrinhos. Gabriel, o segundo filho do casal, foi batizado em 1886 e recebeu o senhor de seus pais como padrinho e Andreza da Cruz Walff como madrinha. Maria Francisca recebeu o batismo em 1887, como padrinhos teve Venâncio José de Farias e Maria Brandina, ambos livres¹¹⁰.

Hesmeria

Hesmeria é arrolada no inventário de Senhorinha Marcondes e Silva, identificada como costureira parda, com 26 anos e solteira¹¹¹. Nos registros de batismo há três filhos seus. A primeira filha, de nome Julia, foi batizada em 1882, a pequena recebeu Francisco Alexandre e Marta Carneiro como padrinho e madrinha, ambos os padrinhos não foram identificados como escravos, mas Marta pode ser uma cativa do senhor João Carneiro com o mesmo nome, que recebeu a liberdade em 1888¹¹² e era também comadre de Feliciano. João, o segundo filho dessa cativa, foi batizado em 1884, recebeu como padrinhos o mesmo Francisco Alexandre e Anna Maria da Roza, ambos, ao que parece, livres. Em 1886 foi a vez de João receber os santos óleos, como padrinhos teve Zacarias Lemes dos Santos e Luiza Maria Bri[?], livres¹¹³.

¹⁰⁸ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 1*, 1843 – 1871, fls. 14, 17, 20 verso.

¹⁰⁹ No registro de casamento Maximiliana é identificada com o nome “Emiliana”. CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro 1 de Registro de Casamentos*, 1843 – 1885, fl. 50 verso.

¹¹⁰ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo de Ingênuos*, 1871-1888, fls. 22 verso, 25, 25 e verso.

¹¹¹ Inventário de Senhorinha Marcondes e Silva (1888). NÚCLEO..., Op. Cit.

¹¹² TABELIONATO LEINING. *Livros de Notas n. 12*. fl. 39 verso.

¹¹³ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo de Ingênuos*, 1871-1888, fls. 16 verso, 20 e 23 verso.

Benedicta e Brasileiro

Benedicta e Brasileiro contraíram matrimônio em 1880, foram testemunhas dessa união José Gregório dos Santos, que como dissemos era liberto, e Francisco Teixeira Gonçalves¹¹⁴. O primeiro filho batizado foi Antonio, em 1882, que recebeu Manoel Francisco Padilha e a escrava Maximiliana já citada. Julio, o segundo filho desse casal, foi batizado em 1885 e recebeu os escravos Henrique e Feliciano como padrinhos¹¹⁵.

Maria

Maria levou à pia batismal apenas uma filha. Lauriana recebeu os santos óleos em 1885 e teve como padrinhos Domiciliano Carneiro e Maximiliana de Jesus¹¹⁶, pelos nomes se referem ao casal já citado. Entretanto, não era identificada no registro de batismo a origem escrava desses padrinho e madrinha, encontramos apenas a carta de liberdade de Domiciano datada em 1887¹¹⁷, portanto, no ano que estabeleceu os laços de compadrio com Maria, era ainda cativo.

3.3.1 O sentido do pertencer

Os escravos de João Carneiro Marcondes estabeleceram relações de parentesco no plantel pelo casamento, pela procriação e pelo compadrio. Cruzando os registros paroquiais e o inventário de bens, observa-se que sete dos onze cativos arrolados no inventário foram identificados como pais, esposo/esposa ou compadre/comadre nos assentos de casamento e batismo referentes a essa propriedade. Levando em conta que os compadres Manoel Carneiro, Salvador Carneiro de Souza e Henrique sem sobrenome, poderiam ser os cativos com mesmo nome citados no inventário, observamos que apenas o cativo Miguel, pardo de 27 anos, não possuía vínculos de parentesco com os cativos dessa escravaria. Devemos observar ainda que na propriedade encontramos dois cativos com o mesmo nome Luis, um relatado em uma carta de liberdade de 1887, africano com 56 anos de idade¹¹⁸, e outro arrolado no inventário de 1888 pardo de 30 anos. Dessa forma, não sabemos se os dois registros de batismo que apontavam “Luis” como padrinho se referiam a apenas a um ou a dois escravos¹¹⁹.

¹¹⁴ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro 1 de Registro de Casamentos*, 1843 – 1885, fl. 89.

¹¹⁵ CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo de Ingênuos*, 1871-1888, fls. 16, 21 verso.

¹¹⁶ Op. Cit. fl. 23.

¹¹⁷ TABELIONATO..., Op. Cit. fl. 11.

¹¹⁸ TABELIONATO LEINING. *Livros de Notas n. 12*. fl. 11.

¹¹⁹ O primeiro registro de batismo que consta um escravo “Luis” como padrinho é datado de 1852. Dessa forma deve se tratar do cativo Luis que recebeu a liberdade em 1887 e teria aproximadamente 20 anos no ano do batizado. O outro cativo com mesmo nome arrolado no inventário não era nascido na época desse batismo.

Tabela 27. Compadres e comadres escolhidos pelos cativos de João Carneiro Marcondes

Escravos	Comadres	Compadres
Feliciana	Anna Eufrazia de Oliveira Marcondes	Pedro Tolentino Carneiro Marcondes
		Pedro Tolentino Carneiro Marcondes e Manoel (escravo)
	Marta (escrava)	Manoel (escravo ?)
	Maria do Nascimento	Brasílio Antonio do Nascimento
	Jusna [?] Maria do Espírito Santo	Firmino Celestino de Jesus
Izabel	Feliciano (escrava ?)	Manoel Carneiro (escravo ?)
	Alexandrina (escrava)	Salvador Carneiro de Souza (escravo ?)
	Maria da Cruz Urçolina	Florianno dos Santos
	Francisca Cordeiro de Lima	Samoel Francisco de Assis
Rita	Maria Franzilina dos Santos (liberta)	José Gregório dos Santos (liberto)
	Maria Euphrazia de Oliveira (escrava)	Luiz Carneiro (escravo)
	Ignacia de Oliveira	Matheus José de Oliveira
	Anna Euphrazia de Oliveira Marcondes	Pedro Tolentino Carneiro Marcondes
Alexandrina	Maria Espírito Santo	Rafael Leme
	Anna (escrava)	Luis (escravo)
	Maria do Pilar Bello	Pedro Ribeiro de Sousa
Maximiliana e Domi[e]ciano	D. ^a Andresa Suletil [?] do Amaral Cruz	Pedro Tolentino Carneiro Marcondes
	Andreza da Cruz Walff	João Carneiro Marcondes
	Maria Brandina	Venâncio Jose de Farias
Hesmeria	Marta Carneiro (escrava ?)	Francisco Alexandre
	Anna Maria da Roza	Francisco Alexandre
	Luiza Maria Bri [sic]	Zacarias Lemes dos Santos
Benedicta e Brasiliano	Maximiliana (escrava)	Manoel Francisco Padilha
	Feliciano (escrava ?)	Henrique (escravo?)
Maria	Maximiana de Jesus (escrava ?)	Domiciliano Carneiro (escravo?)

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo-Cúria Diocesana de Palmas-PR – e Relação de Inventários de Bens – Núcleo de Documentação de Palmas-PR.

Mesmo as cativas Maria e Hesmeria, que aparecem com conexões isoladas do restante das outras escravas, pelos nomes de alguns de seus compadres poderiam estar se relacionando com pessoas do plantel. Maria, por exemplo, se tornou comadre, ao que parece, do ca-

sal de escravos Maximiliana e Domiciano; Hesmeria, por conseguinte, teve como madrinha Marta Carneiro que poderia ser a cativa de João Carneiro com mesmo nome.

As possibilidades de compadrio interno foram concretas devido ao significativo número de cativos – ressaltamos que foram arrolados no inventário onze escravos e nos registros paroquiais foram identificados pelo menos quinze escravos dessa propriedade. Entendemos, entretanto, que não só a presença de mais cativos para seleção do padrinho foi essencial, mas principalmente a formação de ligações internas por meio do compadrio, que poderiam estar afirmando uma comunidade baseada em vínculos de parentesco, inclusive fictícios. Por meio desse laço, os cativos poderiam estar formando uma comunidade, inserindo e(ou) excluindo escravos de relações comunitárias.

Levando em conta a definição de Max Weber que “Uma relação social denomina-se ‘relação comunitária’ quando e na medida em que a atitude na ação social [...] repousa no *sentimento* subjetivo dos participantes de *pertencer* (afetiva ou tradicionalmente) *ao mesmo grupo*”¹²⁰, pode-se inferir que as relações de compadrio estabelecidas pelos cativos de João Carneiro estivessem fortalecendo uma comunidade formada pelos escravos do plantel.

Pensamos que a relação comum de “ser escravo”, ainda que do mesmo senhor, não implica fazer parte de um meio de pertencimento e por isso de uma comunidade escrava. As relações comunitárias poderiam surgir dessa situação comum de membros de um grupo de convívio, mas em princípio esse fator não lhes imprimiria a marca de pertencer a uma comunidade. As relações comunitárias surgiriam apenas com o sentimento de pertença a um mesmo grupo. Daí porque o laço de compadrio, provavelmente, foi uma das linguagens que matizaram as relações comunitárias entre os escravos, que antes eram simples membros de uma mesma escravaria.

A historiografia ressalta que o parentesco entre os escravos era um fator essencial na formação de uma comunidade. Para Manolo Florentino e José Roberto Góes, a condição comum, de serem propriedades de um mesmo amo, não organizava uma comunidade de escravos; afinal, em princípio, um plantel não significava um *nós*. O que ordenava e conferia sentido à vida dos cativos era o parentesco. Para eles, “o ser parente era a possibilidade e o cimento da comunidade cativa, o solvente imprescindível a senhores e escravos, por intermédio do qual se tecia a paz das senzalas”. O parentesco inseria-se estrategicamente no processo de

¹²⁰ WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 25.

produção do escravo, pois não bastava aprisionar um ser humano para possuir um cativo, era preciso torná-lo escravo¹²¹.

Em contraposição Hebe Mattos entende que as relações comunitárias forjadas sobre a base da família, tendo em vista as dificuldades no estabelecimento de famílias cativas (devido ao desequilíbrio por sexo e à constante entrada de africanos), antes que conformar uma identidade escrava comum engendraram, para alguns, a possibilidade de se distinguir perante o estereótipo mais comumente associado à escravidão, ou seja, a falta de laços, o celibato, o castigo físico, o trabalho coletivo. A gestação de relações comunitárias significou mais uma aproximação de uma determinada visão de liberdade do que a formação de uma identidade étnica a partir da experiência do cativo¹²². Assim sendo, o parentesco era mais um elemento de distinção do que de coesão, e os cativos recém-chegados que não dispunham de vínculos estavam à margem dessa possível comunidade.

Partindo dos vínculos estabelecidos pelos cativos de João Carneiro Marcondes, percebemos que os escravos procuraram se relacionar pelo compadrio com seus companheiros de cativo; nesse empenho afirmavam a importância do parentesco ritual na formação de uma comunidade no plantel. Entretanto, pensamos que esses laços, mesmo que agregassem escravos do mesmo senhor, não resultaram unicamente desse fator, afinal, os cativos se relacionaram com outras pessoas que não faziam parte do plantel, como os livres e libertos e parentes de seus senhores que seus filhos tiveram como padrinhos e madrinhas.

O estabelecimento de relações entre estratos sociais livres e escravos era, sobretudo, resultado da interdependência das camadas sociais, que de forma alguma estavam desconectadas, mas também, na procura pelo estabelecimento de laços com estratos superiores estava o valor almejado pelos escravos: a liberdade. Nesse empenho, entretanto, cabia uma dupla estratégia: o reforço e a criação de laços internos com outros escravos com os quais conviviam, e a ampliação de relações com livres e libertos.

Para escravos e senhores era fundamental o bom relacionamento do escravizado com os cativos com os quais estava convivendo. Com isso queremos dizer que as boas relações entre os escravizados facilitavam a pacificação da escravaria, mas principalmente, poderiam ser vistas por senhores e escravos como requisito essencial para receber a carta de alforria. Certamente os senhores não iriam beneficiar com a concessão de liberdade os cativos que

¹²¹ FLORENTINO, Manolo Garcia; GÓES, José Roberto. Parentesco e família entre os escravos de Vallim. IN: CASTRO, Hebe Maria Mattos; SCHNOOR, Eduardo. (Org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. p. 141-163.

¹²² MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no Sudeste Escravista Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. p. 125-126.

brigavam com os seus colegas, possivelmente libertariam escravos bem quistos no plantel. Relações amistosas entre os cativos abriam possibilidades de mobilizar recursos dentro da escravaria e junto ao senhor. Dessa forma, em uma escala ascendente, os cativos aos poucos adquiriam prestígio e, com isso, autonomia dentro do cativeiro até alcançar a liberdade.

Os papéis assumidos ao estabelecer vínculos de parentesco, possibilitaram a formação de uma comunidade, ligando escravos que antes poderiam ser estranhos uns aos outros. A soma de homens e mulheres escravizados que a princípio formavam a escravaria, passaram a se comunicar e se identificar pela linguagem do parentesco. Primeiro conhecidos pela sua condição de escravo e pela função produtiva que desempenhavam, começaram a serem reconhecidos pelos vínculos de parentesco que formavam. O compadrio estabelecido no interior da escravaria serviu como meio de amigos tornarem-se parentes e como forma de inserir um novo membro a comunidade. Assim, esse laço ligou pessoas, que não necessariamente eram consanguíneas, em uma mesma comunidade parental.

A esse respeito, o estudo de Claude Meillassoux nos parece esclarecedor. O autor afirmou que, nas sociedades africanas, ser livre significava não ser estranho ao grupo e o estranho era aquele “que não cresceu dentro dos laços das relações sociais e econômicas que situam um homem em relação a todos os outros”¹²³. O autor prossegue: “Se o estranho não é introduzido no ciclo reprodutivo, mas apenas na produção, ele não é ressocializado na sociedade de adoção, pois não estabelece nela nenhum laço de parentesco”. A incapacidade de ser parente é apontada pelo autor como uma característica que aparecerá em todas as formas de escravidão¹²⁴.

Entende-se que grupo étnico, tendo por base a origem africana, que inclusive poderia formar grupos de resistência, foi suprimido no contexto de Palmas, provavelmente porque os escravos africanos eram minoritários entre a população. Entretanto, comungando dos mesmos objetivos de liberdade, a diminuta população cativa da localidade estabeleceu vínculos indiretos de solidariedade, assim formando uma comunidade, que tinha essa meta como fator de coesão.

Essa comunidade organizava uma identidade de grupo voltada a uma determinada visão de liberdade, pois os relacionava a outros papéis sociais contrários a concepção do escravo como uma pessoa desarraigada. Cabe ressaltar que era criada em função da condição imposta pelo cativeiro; ou seja, ao lançarem pessoas escravizadas em um mesmo plantel, esses

¹²³ MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p.19.

¹²⁴ Op. Cit. p. p. 27-28.

escravos passaram a mobilizar estratégias de convívio que convergiram em laços de família. Dispor desses laços ia além do simples desempenhar um papel no meio familiar, significava ter raízes e pertencer a um grupo.

Cabe ressaltar o papel decisivo das cativas na incorporação de escravos na comunidade. Se para a igreja os filhos de relações ilegítimas, mesmo as consensuais, tinham paternidade duvidosa, a maternidade, entretanto, era incontestável. Dessa forma, a mulher escrava poderia incorporar um homem cativo ao assumir com ele uma união consensual ou legítima, assim reconhecendo a paternidade de sua prole. Poderia também estabelecer laços de parentesco pelo apadrinhamento de seus filhos inserindo pessoas em sua rede de compadrio.

Nesse sentido, as cativas de João Carneiro Marcondes empenharam-se em incorporar outros cativos na comunidade. Escravos que não mantinham relações legítimas ligaram-se as cativas pelo compadrio, como foi o caso de Manoel, Luis(z) e possivelmente os escravos Salvador e Henrique. As linhas estendidas pelo compadrio ligavam essas pessoas a uma rede mais ampla de relações, tornando o cativo, mesmo os que não possuíam raízes na comunidade, compadre de uma pessoa desse grupo, e por isso, passava a ser um membro dele e ligado a malha de relações já estabelecidas pela comunidade. Salientamos que as uniões consensuais também poderiam vincular os homens desse plantel ao parentesco, entretanto, a esse respeito apenas conjecturamos a possibilidade.

Os laços de família, incluindo o compadrio, eram fontes de pertencimento, relacionando pessoas a um grupo. Para os escravizados esses laços atuaram no sentido de criar o parentesco entre pessoas escravas que procuravam estender suas redes se relacionando com outros grupos sociais. Sustentamos, entretanto que a comunidade que formavam não tinha seu fundamento na escravidão, mas sim no anseio comum de liberdade, dessa forma ao estabelecerem relações com pessoas livres, os escravos mobilizavam estratégias de liberdade e, por estarem inseridos em uma rede social, as relações eram ampliadas a todos os membros da comunidade.

Cabe ressaltar que em Palmas não há evidências de que o compadrio com homens livres tenha sido um fator decisivo para libertação de algum escravo, entretanto, se relacionar com livres poderia favorecer na mobilização de recursos junto ao senhor. Também, ao ser compadre de um homem livre, o escravo tornava-se medidor das relações desse homem com a rede mais ampla, ter essa ligação direta poderia ser fonte de prestígio na comunidade. O compadrio de um escravo com um indivíduo bem localizado socialmente sugere que esse cativo tivesse uma posição de maior destaque na escravaria, e em uma escala ascendente, essa relação poderia o elevar na hierarquia construída dentro do cativeiro.

Em síntese, o parentesco ritual serviu como forma de afirmação de uma comunidade formada por escravos, que viram na construção de laços com os livres a possibilidade de ascensão social. Ressalvamos que esse passeio do compadrio de escravo pelo estrato livre esteve relacionado à própria estrutura demográfica de Palmas. A presença de mais livres que escravos na vila possibilitou o maior contato entre esses grupos sociais. Na falta de pessoas escravas com quem os cativos poderiam se vincular, estes viram maiores possibilidades de ampliar sua rede se relacionando com livres.

Aqui cabe uma indagação: Se para os escravos o laço de compadrio com uma pessoa livre pode ser compreendido como forma de ascensão social, do outro lado, para os livres que aceitavam serem padrinhos de um escravo ou de um ingênuo esse compadrio representava descer socialmente?

Para Martha Daisson Hameister a família, impregnada pela noção corporativa, era composta por pessoas de diferentes categorias e, como um grande espaço de relacionamento, regrava não apenas as relações pessoais, mas a política e a economia¹²⁵. Dessa forma, como resultado e resultante da configuração social corporativa, a família ordenava as demais esferas sociais, ultrapassando a estância doméstica. Nessa sociedade, os vínculos entre desiguais criavam cadeias de coesão e serviam para manutenção social de prestígio para o superior, e como forma de angariar prestígio para o inferior¹²⁶.

Assim como para os escravos o vínculo de compadrio com proprietários de cativos poderia estar os conectando as escravarias de seus compadres, para os livres, tornarem-se compadres de escravos os ligava a família senhorial a que os cativos pertenciam. Certamente, para livres de poucos recursos, essa foi uma forma de estar ligado, mesmo que indiretamente, a pessoas melhores situadas socialmente. Outro exemplo, para um livre recém chegado na localidade, contrair laços de compadrio com cativos significava ser inserido em uma rede de sociabilidades que de forma alguma remete a um movimento descendente.

O estabelecimento de laços pelo compadrio tinha significados diferentes, que dependeram da condição social dos indivíduos envolvidos, que se não simbolizou ascenderem socialmente, ao menos incluiu os atores sociais que dele participaram em uma rede de solidariedades.

¹²⁵HAMEISTER, 2006, Op. Cit. p. 250-251.

¹²⁶Op. Cit. p. 103.

Considerações finais

O escravo foi caracterizado pela ausência de laços parentais, era o estrangeiro desenraizado que não poderia mais voltar ao convívio familiar. No Brasil a escravidão se sustentou pela constante entrada de estrangeiros, assim, a decadência do escravismo se acentuou com o fim do tráfico de africanos. Nesse momento os senhores passaram a depender da reprodução interna de seus plantéis, mas o ser humano escravizado já não era o escravo, tendo em vista que tinha família.

Em regiões voltadas ao mercado interno e a subsistência, o crescimento endógeno foi à base da manutenção das pequenas escravarias. Em Palmas, onde a maior parte dos escravos era proveniente do mesmo local ou da Província do Paraná, a reprodução interna foi uma de suas marcas. Os cativos que ali viveram tinham raízes assentadas nos plantéis, formando comunidades parentais que não estiveram fechadas dentro de si. Voltavam-se para fora do meio escravo expandindo vínculos com outros estratos sociais. Os laços de parentesco estabelecidos por meio de uniões consensuais ou formais e do compadrio interligaram os escravos à população livre e demonstraram a interdependência dessas camadas sociais. Cabe salientar que o parentesco não dissolveu as hierarquias sociais, antes era assentado nelas, mas possibilitou que pessoas desiguais se vinculassem.

Para os senhores palmenses o compadrio reforçou relações paternalísticas com seus escravos, e por meio dele os cativos também ligavam propriedades demonstrando as redes de sociabilidades que formaram entre as casas senhoriais e as escravarias. No empenho de construir essas engenhosas tramas de compadrio, os escravos reforçavam por meio de conexões indiretas os seus vínculos internos, mas na formação de ligações diretas com pessoas livres provavelmente estava subjacente a própria visão do parentesco como forma de estar mais próximo dessa condição.

As fontes estudadas nos possibilitaram desvendar as características da escravidão em Palmas e voltar para seu interior observando trajetórias de cativos. Sua riqueza permite análises diversificadas sobre a escravidão e sobre a sociedade daquele período, que de forma alguma se esgotou neste trabalho.

Neste estudo deslumbramos os significados da família escrava, para cativos e senhores. Percebemos que os senhores mobilizaram uma política de incentivos, que incluíam a família, tendo em vista a manutenção de escravos submissos que, entretanto, conformaram interesses senhoriais e escravos. A sujeição provavelmente rendeu a alguns cativos a possibilidade de melhorar as condições de cativo para si e seus familiares e por fim, alcançar a liber-

dade. Ademais, os ganhos do escravo promoveram uma hierarquia entre eles que atendia aos interesses senhoriais, mas, como foi dito, poderia render ao cativo a liberdade.

A condição de livre, no entanto, provavelmente não significou ao liberto o rompimento com a escravidão. A sociedade escravista, segmentada e hierarquizada, impunha relações de subordinação estabelecidas a partir da posição e da origem dos atores sociais envolvidos. As categorias sociais possuíam escalas de diferenciação nas quais os indivíduos buscavam a manutenção e a ascensão social. Para os escravos, no topo das hierarquias construídas no cativeiro estava o alcance da liberdade. Entretanto, na nova condição, os ex-escravos estiveram diretamente relacionados ao cativeiro. Para o estrato livre o forro estava mais próximo da escravidão que da liberdade. Mesmo para quem lhe concedeu a liberdade, era ainda um dever do alforriado a obediência e o respeito aos superiores.

Nesse sentido, os libertos provavelmente foram associados aos seus antigos senhores, mesmo que os vínculos de dependência tivessem se rompido após a alforria deve ter sido comum aos forros serem identificados como ex-cativo de tal senhor. A carta de liberdade de Ephigenia fornece indícios da referência ao proprietário. A ex-escrava, segundo os senhores, deveria “obedecer” para que eles não se sentissem constrangidos devido alguma atitude de insubordinação de Ephigenia que provavelmente, deveria ser conhecida como a escrava liberta do senhor Manoel Ferreira Bello, por isso a preocupação desse senhor com o constrangimento que a forra poderia lhe causar. A menção ao cativeiro e, por conseguinte, ao amo, fez parte do quadro de referências da sociedade escravista que identificava o escravo e o forro.

Ser vinculado à propriedade senhorial, entretanto, não remetia somente a exclusão e a escravidão, mas também a uma perspectiva praticamente oposta. Eram referências de pertencimento. A vivência no cativeiro e os laços ali estabelecidos eram fundamentais. O empenho em manter boas relações sociais até alcançar o ponto culminante – a liberdade –, envolvia as redes de relações estabelecidas para dentro, com tanto ou mais importância, quanto as para fora da escravaria e da casa senhorial que pertenciam.

No cotidiano das relações escravistas existiram estratégia e astúcia de senhores e escravos, mas seríamos ingênuos afirmando que se limitou a isso. Nessa trama, as expectativas escravas e as relações de poder podem ter sido afrouxadas pela convivência e solidariedades construídas no cativeiro, que permitiam várias vivências escravas, e graus de autonomia dentro da escravaria.

O compadrio nos possibilitou vislumbrar essa trama de relações. Ao tecerem esses laços com livres, depreendemos as expectativas de liberdade desses atores sociais, mas também por meio de vínculos indiretos, estendiam fios de solidariedade com outros escravos. Tão

fundamentais quanto às ligações para fora, eram as voltadas para dentro de seu grupo social, nesse ponto o compadrio expressou essa dupla relação. Entretanto, o parentesco ritual com homens livres, e mesmo senhores de escravos, reforçam que essas relações eram estratégias de liberdade, ligadas a possibilidade de inserção no estrato livre.

Os laços de compadrio e a formação de família escrava estavam relacionadas às concepções de liberdade que incluíam – além do dispor do próprio corpo e dos frutos de seu trabalho – o pertencimento. Fazer parte de uma família e possuir vínculos de compadrio era uma das dimensões da liberdade e remetiam a formação de uma comunidade baseada no parentesco.

A relação de compadrio foi apenas uma dentre as muitas relações que marcaram a vida dos cativos, e nos faz pensar na gama inimaginável de estudos que podem ser feitos apenas no espaço aqui abordado, afinal a História é uma fonte inesgotável de tramas.

Fontes e referências bibliográficas

Fontes

Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas

Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 1, 1843 – 1871.

Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 2, 1872-1890

Livro de Registros Paroquiais de Batismo de Ingênuos, 1871-1888.

Livro de Registro Paroquiais de Casamento n. 1, 1843 – 1885.

Livro de Registro Paroquiais de Casamento n. 2, 1885 – 1887.

Livro de Registros Paroquiais de Óbito n. 1, 1843-1905.

Arquivo Público do Paraná

Carta de Pedro Ribeiro de Souza, subdelegado de polícia de Palmas a Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente da Província do Paraná. SPP 262, Microfilme: rolo 282, flash 6, cx. 1. Palmas, 7 de Fevereiro de 1855.

Carta de Pedro Ribeiro de Souza, subdelegado de polícia de Palmas a Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente da Província do Paraná. SPP 270, Microfilme: rolo 282, flash 6, cx. 1. Palmas, 12 de Fevereiro de 1855.

Carta de Pedro Ribeiro de Souza, subdelegado de polícia de Palmas a Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente da Província do Paraná. SPP 284, Microfilme: rolo 282, flash 7, cx. 1. Palmas, 3 de Março de 1855.

Carta de Manoel Marcondes de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava a Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente da Província do Paraná. CMP192, Microfilme: rolo 282, flash 12, cx.1. Guarapuava, 23 de Março de 1855.

Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial 1853-1870. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.

Relação dos Presidentes da Província do Paraná (1853-1889). Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43>. Acesso em: 12 abril 2009.

Relatórios de Presidentes da Província (1854-1889). Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44> Acesso em: 1 dez. 2008.

Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Palmas

Lista geral da revizão e qualificação dos Cidadãos Eleitores no ano de 1895 de conformidade com a Lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892.

Relação de Inventários de Bens e Testamentos de Palmas (1859-1903), s/a.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Recenseamento Geral do Brasil 1872. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Império%20do%20Brazil&link=Império%20do%20Brazil#. Acesso em: 1 dez. 2008.

Tabelionato Leining

Livros de Notas n. 1-12, 1862-1888.

Senado Federal

COLLEÇÃO DAS LEIS DO BRASIL DE 1809. *Carta Régia de 1 de Abril de 1809* – Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os índios bárbaros que infestam aquelle território. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1891. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_11.pdf. Acesso em: 11 mar. 2009, p. 36-39.

VEIGA, Luiz Francisco da. *Livro do estado servil e respectiva libertação*: contendo a lei de 28 de setembro de 1871 e os decretos e avisos expedidos pelos Ministerios da Agricultura, Fazenda, Justiça, Império e Guerra desde aquella data até 31 de dezembro de 1875 precedido dos actos legislativos, em benefício da liberdade, anteriores á referida lei. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1876. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/174465>. Acesso em: 12 fev. 2010.

Fontes impressas

CARDOSO, Jaime Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Atlas Histórico do Paraná*. 2. ed. Curitiba: Chain, 1986.

COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA. *Carta Mensal*. Rio de Janeiro: SENAI, n. 94, jun-ago. 2009.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro do Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. Coimbra, 1720.

Ordenações Filipinas, vols. 1 a 5; Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro de 1870, 4 tit. 80-81. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4p900.htm>. Acesso em: 12 fev 2010.

REVISTA DO CIRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”, tomo I, nº4, *Número Comemorativo ao Centenário do Povoamento dos Campos de Palmas*, Curitiba, fevereiro de 1937.

Referências Bibliográficas

AB’SABER, Aziz N. [et al.]. *A época colonial*, v.2: administração, economia, sociedade. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

AVILA, Arthur Lima de. O Oeste historiográfico norte-americano: a Frontier Thesis vs. a New Western History. IN: *Anos 90*. Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, jan/dez, 2005, p. 369-413.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria (Org.). *História do Paraná*. 4 v. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 82.

BERLIN, Ira. *Gerações de cativo*: uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio de Escravos* (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2002/Comunicacoes/Brugger%20Silvia%20M%20J.doc> Acesso em: 14 abr. 2008.

_____. BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*: família e sociedade (São João Del Rei- Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARATTI, Jônatas Marques. *Comprando e vendendo escravos na fronteira: uma possibilidade de análise a partir de escrituras públicas de compra e venda* (Jaguarão, 1860-1880). Disponível em: http://www.eeh2008.anpuh.org.br/resources/content/anais/1212983677_ARQUIVO_Comprandoevendendoescravosnafronteira.pdf. Acesso em: 16 set. 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique... (et.al.). *O Brasil Monárquico*, v. 2: dispersão e unidade. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. v. 2, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Laços de família e direito no final da escravidão. IN: ALENCASTRO, Luis Felipe de (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. IN: ARANTES, Antonio A. (Org.) [et al.]. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ENGEMANN, Carlos. Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII – XIX. IN: FLORENTINO, Manolo Garcia (Org.), *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

FARIAS, Sheila de Castro. *Família e morte entre escravos*. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a174.pdf> Acesso em: 14 abr. 2008.

FERNANDES, Guilherme Vilela. Tributação e escravidão: o imposto de meia siza sobre o comércio de escravos na província de São Paulo. IN: *Almanack braziliense*. São Paulo: USP, n. 2, nov. 2005.

FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Grall, 1991.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. Parentesco e família entre os escravos de Vallim. IN: CASTRO, Hebe Maria Mattos; SCHNOOR, Eduardo. (Org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FRANCO NETTO, Fernando. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2005.

GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito*. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993.

GOMES, Alessandra Caetano. *Em busca da liberdade: as alforrias em duas regiões do Sudeste escravista, 1825-1888*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2008, p. 95.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. IN: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad-FAPERJ, 2008.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros de batismo da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

HANNEMAN, Robert A. *Introducción a los métodos del análisis de redes sociales*. (Revista Redes, s/d). Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia Riverside. Disponível em: <http://www.redes-sociales.net/>. Acesso em: 19 jan. 2010.

HOFSTADTER, Richard. *Los historiadores progresistas*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1968.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. 2. ed. São Paulo. Hucitec, 1988.

KLEIN, Herbet S. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

KNAUSS, Paulo (Org.). *Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: EdUFF, 2004.

LAGO, Lourdes Stefanello. *Origem e evolução da população de Palmas - 1840-1899*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1987.

LAZIER, Hermógenes. *Paraná: Terra de todas as gentes e de muita história*. 2. ed. Francisco Beltrão: GRAFIT, 2003.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da história: nova perspectiva*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

LIMA, Carlos A. M. *Tráfico ilegal para a fronteira agrária: Domingos Inácio de Araújo* (Palmeira, 1830-1851). Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/CarlosLima.pdf> Acesso em: 20 maio 2009.

LUNA, Francisco Vidal. Observações sobre casamento de escravos em São Paulo (1829). IN: *Anais do VI Encontro de Estudos Populacionais Olinda*, 1988, v.3

MACHADO, Brasil Pinheiro. *Sinopse da História regional do Paraná* (a ser publicado pelo Instituto, por ocasião do centenário da Província, em 1953). Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1951.

_____. *Três cadernos de história: idéias e reflexões*. Curitiba: Arte e Letra, 2002.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

_____. Casamento de escravos e negros livres e a produção da hierarquia social em uma área distante do tráfico atlântico (São José dos Pinhais-Pr, passagem do XVIII para o XIX). IN: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antonio Carlos; CAMPOS, Adriana (Org.) [et. al.]. *Nas rotas do Império*. Vitória: Edufes, 2006.

_____. Compadrio de escravos & paternalismo: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. *Anais eletrônicos do 3º Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”*. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/12.12.pdf> Acesso em: 10 nov. 2008.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no Sudeste Escravista Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

MENDES, Adilson Miranda. *Origem e composição das fortunas na sociedade tradicional paranaense: Palmas – 1859 – 1903*. Dissertação de Mestrado, Curitiba: UFPR, 1989.

MINTZ, Sidney Wilfred; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Candido Mendes, 2003.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume, 1999.

NADALIN, Sérgio Odilon. *História e Demografia: Elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira Populacional – ABEP, 2004.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1998.

PESSI, Bruno Stelmach. *O trabalho escravo no contexto do fim do tráfico: Organização e especialização do trabalho nas charqueadas pelotenses*. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/banners/BrunoPessi.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2010.

PORTELA, Bruna Marina. *Caminhos do Cativo: a configuração de uma comunidade Escrava (Castro, São Paulo, 1800-1830)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2007

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. FORDE, Daryll. *Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1950.

REIS, Déborah Oliveira Martins dos. *Estrutura da posse de escravos nas atividades de subsistência de Araxá (MG), 1776-1848*. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_525.pdf. Acesso em: 12 jan. 2009.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. Comércio e tráfico de escravos nas primeiras décadas do século XIX: novas percepções de duas fontes seriadas. IN: Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. *Revista de Humanidades*. Disponível em:

http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_8/cristiano_st8.pdf. Acesso em: 20 set. 2009.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. IN: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala*. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias de cativo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RITTER, Marina Lourdes. *As sesmarias do Paraná no século XVIII*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980.

_____. Caminhos para a história do Paraná: Brasil Pinheiro Machado e o modelo das formações das comunidades. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.73, 1980.

RODERJAN, Roselys Vellozo. *Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional* (séculos XVI-XIX). Curitiba: Works Informática, 1992.

SANTOS, Eucléia Gonçalves. “*Em Cima da Mula, debaixo de Deus, na frente do Inferno*”: Os Missionários Franciscanos no Sudoeste do Paraná (1903-1936). Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

_____, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Denize A. da. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2004.

SILVA, Ligia Osório. *Fronteira e identidade nacional*. Disponível em: http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_101.pdf Acesso em: 26 jan. 2009.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: Esperanças e Recordações da Família Escrava – Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. IN: *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 13 (01): 117-149, jan.-abr., 1983, p. 168-169.

_____. Senhores e subalternos no Oeste paulista. IN: ALENCASTRO, Luis Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia, 1997.

STECA, L. C.; FLORES, M. D. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina: UEL, 2002.

TAKATUZI, Tatiana. *Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Campinas: UNICAMP, 2005.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2001.

_____. Meninos-dos-olhos do senhor: crianças escravas nos plantéis de Mariana (1850-1888). *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. [CD ROM]. Caxambu: ABEP, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VASCONCELLOS, Marcia Cristina Roma de. *Famílias escravas em Angra dos Reis*. Tese de Doutorado. São Paulo:USP, 2006.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 6. ed. Curitiba: Vicentina, 1988.

_____. *Paraná Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

ANEXOS

Relação de Batismos de escravos conforme senhor identificado - Cúria Diocesana de Palmas

Senhor: Lúcio Irias de Araújo Gavião												
Nº	Mãe do Batizando	Cor da mãe	Est. civil	Dia do Batismo	Nome do Batizando	Idade do Batizando	Pai do Batizando	Padrinho	Est. civil	Madrinha	Est. civil	Padrinhos
1	Gertrudes	-	-	08/04/1868	Frontino	34 meses	-	Domingos Antonio Baptista	-	Maria Fernandes da Trindade	-	-
2	Gertrudes	-	-	11/04/1868	Bonifacio	4 meses	-	Fermiano Antonio Moreira	-	Maria Cordeiro	-	-
3	Alexandrina	-	-	11/04/1868	Eufrásia	2 anos	-	José Joaquim de Almeida	-	Maria Izabel do Bellém	-	-
4	Alexandrina	-	-	07/06/1870	Maria	18 meses	-	José Joaquim de Almeida	-	Rosa Ferreira de Almeida	-	-
5	Gertrudes	-	S	26/12/1871	Deolinda	11-Nov	-	Capitão José Joaquim Almeida	C	D.ª Maria Isabel do [sic]	C	Casados
6	Benedicta	-	S	26/12/1871	Margarida	5-Dec	-	Pedro de Sá Ribas Nonho	-	D.ª Roza Ferreira de Almeida	-	-
7	Alexandrina	-	S	25/12/1872	Hidalina	9-Nov	-	Alferes Antonio de Sá Ribas	C	D. Maria Josefa de Sousa	C	Casados
8	Benedicta	-	-	22/2/1874	Francisca	5-Jan	incognito	Augusto Alves de Almeida Lima	S	Valeriãna Urçulina da Conceição	-	-
9	Gertrudes	-	S	12/2/1879	José	11 meses	incognito	Eugenio Bernardo Vieira	-	Valeriana Urçulina da Conceição	-	-
10	Benedicta	-	-	26/1/1880	Jorge	4 mezes	incognito	Antonio d'Oliveira Ribas	-	Nossa Senhora da Paricida	-	-
11	Allexandrina	-	-	21/1/1881	Salvador	1 mez	incognito	Eugenio Bernardo Vieira	-	Maria Joaquina de Almeida	-	-
12	Alexandrina	-	-	24/1/1881	Antonio	1 anno	incognito	Ignácio d'Araujo Pimpão	-	Euphracia	-	-
13	Gertrudes	-	-	11/8/1881	Maria	5 mezes	incognito	Manoel Ignacio de Araujo Pimpão	C	D.ª Maria Roza d' Almeida Pimpão	C	Casados
14	Benedicta Eliza de Andrade	-	C	22/1/1882	Domingos	5 mezes	Pedro Antonio Baptista	Vigario Achilles saporiti	-	D.ª Eugenia Maria D'Oliveira	-	-

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo - Cúria Diocesana de Palmas-PR.

Relação de Batismos de escravos conforme senhor identificado - Cúria Diocesana de Palmas

Senhor: Capitão José Joaquim d'Almeida												
Nº	Mãe do Batizando	Cor da mãe	Est. civil	Dia do Batismo	Nome do Batizando	Idade do Batizando	Pai do Batizando	Padrinho	Est. civil	Madrinha	Est. civil	Padrinhos
1	Maria	-	C	11/04/1868	Rita	2 anos	Antonio (escravo?)	Teodoro Ferreira de Araujo	-	Rosa da Pureza de Jesus	-	-
2	Benedicta	-	-	11/04/1868	Gumercinda	15 meses	-	Lucio Irias de Araujo Gavião	-	Maria Izabel de Andrade	-	-
3	Benedicta	-	-	07/06/1870	Lucia	14 meses	-	José Alves	-	Maria (escrava do mesmo senhor)	-	-
4	Benedicta	parda	S	6/8/1872	Izabel	23/12/1871	-	Manoel Ignácio de Araujo	S	Dona Roza Ferreira de Almeida	S	-
5	Helena	-	-	27/11/1873	Bernardina	28/9/1872	-	José Gomes da Silva	-	Valeriana Urçulina da Conceição	-	-
6	Theresa	-	C	2/11/1874	Andreza	8-Jul	Marcellino	Manoel Gonçalves de Moura	-	D. Roza Maria Ferreira de Almeida	S	-
7	Benedicta	-	S	2/11/1874	Anna	26-Jul	-	Cezario José de Toledo	-	Anna Baptista	-	-
8	Benedicta (falecida)	parda, crioula	S	25/9/1878	Salomão(parado)	4-Mar	incognito	Antonio Joaquim de Castilha	C	Anna Francisca do Espírito Santo	C	Casados
9	Helena	preta	-	6/11/1879	Christiano	2 meses	incognito	João Baptista de Lima	-	Maria Izabel da Solidade	-	-
10	Theresa	-	-	24/1/1881	João	-	incognito	Domingos Ferreira Bello	-	[sic] Francisca do Espírito Santo	-	-
11	Raphaella	-	-	6/2/1883	Jovinal (pardo)	19/7/1882	Matheus	João Antonio d'Araujo Pimpão	-	D.ª Maria Joaquina d'Almeida Pimpão	-	-
12	Raphaella	-	C	11/12/1884	Benedicta	4-Sep	Matheus	Manoel Ignacio d'Araujo Pimpão	C	Dª Roza d'Almeida Pimpão	C	Casados
13	Raphaela da Silva	-	C	24/4/1887	Leoncia	14/5/1886	Matheus José d'Almeida	Pedro José d'Almeida	-	Thereza Maria Christina	-	-
14	Elena	-	-	24/04/1887	Christovão	29/6/1886	incognito	Vigário Achilles Saporiti	-	Nossa Senhora/ segundo intenção da mat	-	-
15	Elena	-	S	25/12/1887	Christina	15/10/1887	-	José Bonifacio d'Almeida Pimpão	-	Dª Roza d'Almeida Pimpão	-	-

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo - Cúria Diocesana de Palmas-PR.

Relação de Batismos de escravos conforme senhor identificado - Cúria Diocesana de Palmas

Senhor: João Carneiro Marcondes												
Nº	Mãe Batizando	Cor da mãe	Est. civil	Dia do Batismo	Nome do Batizando	Idade do Batizando	Pai do Batizado	Padrinho	Est. civil	Madrinha	Est. civil	Padrinhos
1	Abpondrina	-	-	1849	Manoel	20 dias	incognito	Rafael Leme	C	Maria Espírito Santo	C	Casados
2	Alexandrina	-	-	1852	Francisco	1 ano	incognito	Luis Escravo	-	Anna Escr ^a	-	-
3	Alexandrina	-	-	1853?	Domecianno	4 meses	incognito	Pedro Ribeiro de Sousa	C	Maria do Pilar Bello	C	Casados
4	Feliciana	-	S	1874	José	03/10/1873	-	Pedro Tolentino Carneiro Marcondes	C	Anna Eufrazia d'Oliveira Marcondes	C	Casados
5	Felicianna	-	-	1878	Maria	28/12/1874	-	Pedro Tolentino Carneiro Marcondes, e Manoel escravo	-	-	-	-
6	Rita	-	S	1879	Maria Luiza	2 meses	incognito	José Gregório dos Santos	-	Maria Franzilina dos Santos	-	-
7	Izabel	-	-	1880	Israel	10-Oct	incognito	Manoel Carneiro	-	Feliciana	-	-
8	Feliciana	-	-	1882	Domingos	2-Mar	-	Manoel Carpenteiro	-	Marta escrava	-	-
9	Benedicta	-	C	2/4/1882	Antonio	17-Mar	Brasiliano	Manoel Francisco Padilha	-	Maximiliana escrava	-	-
10	Rita	-	S	1882	-	6-Jul	-	Luiz Carneiro (escravo)	-	Maria Euphrazia de Oliveira (escrava)	-	-
11	Hismelia [?] Maria de Jesus	-	S	1882	Julia	10-May	-	Francisco Alexandre Salvador Carneiro de Souza	-	Marta Carneiro	-	-
12	Izabel	-	-	1883	Januario	10-Jul	-	-	-	Alexandrina escrava	-	-
13	Feliciana	-	-	1883	Maria Paulina	19-Aug	-	Brasilio Antonio do Nascimento	-	Maria do Nascimento	-	-
14	Hesmeria	-	-	1884	João	15-Apr	incognito	Francisco Alexandre	-	Anna Maria da Roza	-	-
15	Rita	Parda	-	1884	Manoel	24-Sep	incognito	Matheus José d'Oliveira	-	Ignacia d'Oliveira	-	-
16	Benedicta	-	C	8/4/1885	Julio	3-Jan	Brasiliano	Henrique	-	Feliciana	-	-
17	Feliciana	-	S	1885	Maria	20-Mar	-	Firmino Celestino de Jesus	-	Jusna [?] Maria do Espírito Santo	-	-
18	Maximiliana	-	C	1885	Maria	15-Jan	Domiciano	Pedro Tolentino Carneiro Marcondes	-	D. ^a Andresa Suletil [?] do Amaral Cruz	-	-
19	Maria	-	-	1885	Lauriana	20-Jun	-	Domiciliano Carneiro	-	Maximiana de Jesus	-	-
20	Iz[sic]	-	-	1886	Rozaria	04/09/1885	incognito	Florianno dos Santos	-	Maria da Cruz Urçolina	-	-
21	Hesmeri [sic]	-	-	1886	João	05/06/1885	incognito	Zacarias Lemes dos Santos	-	Luiza Maria Bri [sic]	-	-

22	Maximiliana	-	C	25/12/1886	Gabriel	6-Oct	Domiciano	João carneiro Marcondes	-	D.ª Andreza da Cruz Walf	-	-
23	Maximiliana de Jesus	-	C	1887	Maria Francisca	22-Oct	Domiciano da Silva	Venâncio Jose de Farias	-	Maria Brandina	-	-
24	Izabel	-	-	8/9/1887	Messias	02/07/1887	incognito	Samoel Francisco de Assis	-	Francisca Cordeiro de Lima	-	-
25	Rita	-	-	21/03/1888	Calorinda	09/12/1887	incognito	Te.te Pedro Tolentino Carneiro Marcondes	-	Dª Anna Euphrazia d'Oliveira Marcondes	-	-

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo - Cúria Diocesana de Palmas-PR.

NDPH-UNICS- Palmas - Relação de Inventários				Data do inventário: 28/07/1862		
Inventariado: <u>Maria Ferreira de Sá Ribas</u>		Sexo: <input type="checkbox"/> M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> C		<input checked="" type="checkbox"/> Est. Civil: <input type="checkbox"/> S		
Idade: <u>8</u>		Data de falecimento: <u>15/12/1861</u>		Local: <u>Freguesia de Palmas</u>		
Residência: <u>Fazenda Norte</u>						
Cônjuge: <u>Joaquim Manoel de Oliveira Ribas</u>						
Inventariante: <u>Alferes e Vereador Joaquim Manoel de Oliveira Ribas</u>						
Número de filhos:	Vivos <u>9</u>		Testamento		com sem	
	Falecidos _____		_____			
Herdeiros:	<input checked="" type="checkbox"/> descendentes			Total: 93:218\$500		
	<input type="checkbox"/> ascendentes					
	<input type="checkbox"/> colaterais					
Dívida Passiva: <u>980\$260</u>						
<i>Informações complementares</i>						
Bens de Raiz: <u>50:500\$000</u>						
Semoventes escravos: <u>20:400\$000</u>						
Semoventes animais: <u>14:429\$500</u>						
Móveis diversos: <u>331\$700</u>						
Dívida Ativa: <u>7:557\$300</u>						
Dívida Passiva: <u>980\$260</u>						
Herdeiros						
1. Joaquim Manoel de Oliveira Ribas	Sexo	Idade	Est. Civil	Relação com o falecido		
2. João Maria de Oliveira Sá Ribas	M	52	Casado com a inventariada	Viúvo meeiro		
3. José de Oliveira Sá Ribas	M	34	Solteiro	Filho		
4. Simplício de Oliveira Sá Ribas	M	32	Solteiro	Filho		
5. Antonio Ferreira Ribas	M	28	Solteiro	Filho		
6. Rufino de Oliveira Sá Ribas	M	25	Solteiro	Filho		
7. Francisco de Oliveira Ribas	M	16	Solteiro	Filho		
8. Paulino	M	14	Solteiro	Filho		
9. Anna Euphrasia	M	12	Solteiro	Filho		
10. Josino	F	10	Solteira	Filha		
11.	M	6	Solteiro	Filho		
12.						
13.						
14.						
15.						

Bens de Raiz

Tipo	Localização	Valor	Informações complementares
Casa de Benfeitoria e Benfeitorias anexas	Fazenda Norte	9:000\$000	
Campos da Fazenda	Fazenda Norte	23:500\$000	
Invernada denominada Jardim		8:000\$000	
Invernada denominada Ressada com agricultura e moniolo		7:000\$000	
Campos faxinaes, ervaes e terras de cultura denominada Chinchéré	Chinchéré	3:000\$000	
A parte denominada Freguesia Velha no valor de 6:000\$000 está inserida nos Campos da Fazenda Norte, estando a Freguesia Velha em litigio com o Barão de Tibagy (vulgo Sr. José Caetano de Oliveira), que foi encarregada da construção da estrada Palmeira- Palmas			

Bens Semoventes-discriminação dos animais (a)

Tipo	Quantidade	Valor unitário	Valor total	Informações complementares
Bois de 03 anos	185	11\$500	2:127\$500	
Bois de 02 anos	20	6\$000	120\$000	
Bois de 01 ano	22	4\$000	88\$000	
Mulas mansas velhos	10	16\$000	160\$000	
Bestas chucras com 3 anos	40	16\$000	640\$000	
Bestas chucras com 2 anos	38	12\$000	456\$000	
Bestas chucras com 1 ano	45	8\$000	360\$000	
Bestas chucras 3 anos	30	14\$000	420\$000	
Bestas chucras com 2 anos	25	10\$000	250\$000	
Bestas chucras com 1 ano	30	6\$000	180\$000	
Pastores	15	20\$000	300\$000	
Éguas de manada	400	4\$000	1:600\$000	
Éguas de 2 anos	40	3\$000	120\$000	
Éguas 1 ano	30	2\$000	60\$000	
Vacas de 3 anos acima	200	10\$000	2:000\$000	
Vacas de 2 anos	20	6\$000	120\$000	
Vacas de 1 ano	22	3\$000	66\$000	
Burros criados	15	50\$000	750\$000	
Burros de 2 anos	3	25\$000	75\$000	
Burro de 1 ano	1	12\$000	12\$000	
Mulas de 1 ano	24	4\$000	96\$000	
Cavalos mansos idosos	18	10\$000	180\$000	
Cavalos novos	18	20\$000	280\$000	
Pastor Pampa	1	60\$000	60\$000	
Bois de 3 anos	26	11\$5000	299\$000	
Bois de 01 ano	30	4\$0000	120\$000	
Vacas de 3 anos	8	10\$000	80\$000	
Vacas de 2 anos	75	6\$000	450\$000	
Terneiros de 1 ano	30	3\$000	90\$000	
Bois carneiros	1 junta	36\$000	36\$000	

Bens móveis diversos - discriminação (a)

Tipo	Quantidade	Valor unitário	Valor total	Origem	Informações complementares
Formas (lata)	4	\$400	1\$600		
Banco	1	1\$000	1\$000		
Cadeira velha	1	\$400	\$400		
Catres	9	2\$000	18\$000		
Armário	1	8\$000	8\$000		
Eutrado(?)	1	2\$000	2\$000		
Caixa grande	1	4\$000	4\$000		
Caixa pequena	1	1\$600	1\$600		
Canastra	2	1\$500	3\$000		
Mesa grande	1	4\$000	4\$000		
Mesa pequena	1	1\$600	1\$600		
Mesa com gaveta	1	2\$000	2\$000		
Tacho	1	6\$000	6\$000		
Bacia de cobre	1	6\$000	6\$000		
Bacia pequena	2	1\$000	2\$000		
Formas de cobre	2	6\$000	12\$000		
Forno Pequeno	1	4\$000	4\$000		
Bandeja	1	1\$000	1\$000		
Libras de Prata	5 - 2 oitavos (4 peças)	\$ 200à oitava	102\$400		
Peitora de Prata	1	20\$000	20\$000		
Freios de Prata	2	24\$000	48\$000		
Cabeçada Aparelhada de Prata	1	12\$000	12\$000		
Rabixo de Prata	1	12\$000	12\$000		
Sincerro (?)	1	6\$000	6\$000		
Talheres	6	-	2\$000		
Relógio Velho	1	15\$000	15\$000		
Balança de ferro	1	1\$600	1\$600		

Bens móveis diversos - discriminação (b)

Tipo	Quantidade	Valor unitário	Valor total	Origem	Informações complementares
Balança Pequena	1	2\$000	2\$000		
(?)	1	4\$000	4\$000		
Carro de bois	1	16\$000	16\$000		
Machados meio uso	2	4\$500	9\$000		
Foices meio uso	2	3\$000	6\$000		
Enchadas	3	\$500	1\$500		

Dívida Passiva- discriminação

Tipo	Valor	Credor	Informações complementares
Por um Documento passado	189\$660	Simplicio de Oliveira Sá Ribas	
Por um Documento passado	23\$000	Rufino de Oliveira Sá Ribas	
Por um Documento passado	649\$600	Ten. José Gonçalves Guimarães	
Por um Documento passado	75\$000	José Antonio Alexandre Vieira	
Por um Documento passado	43\$000	João Antonio Alexandre Vieira	

Distribuição da Riqueza nos Inventários de bens de senhores de escravos - Palmas (1859-1888)

Nº	Proprietários	Nº de Escravos	Ano	Escravos	Raiz	Semoventes	Ouro/Prata	Divida Ativa	Divida Passiva	Outros	Total
1	Manoel Lérias de Almeida	2	1859	3:200\$000	16:364\$000	12:460\$000	310\$400	1:127\$040	950\$900	45\$000	33:506\$440
2	Maria Ferreira de Jesus	7	1862	6:600\$000	9:000\$000	4:461\$000	-	-	-	-	20:061\$000
3	Maria Ferreira de Sá Ribas	18	1862	20:400\$000	50:500\$000	14:429\$500	194\$400	7:557\$300	980\$260	137\$300	93:218\$500
4	Maria Ferreira dos Passos	11	1862	7:910\$000	13:300\$000	5:122\$000	572\$160	-	-	110\$500	27:014\$660
5	Maria do Carmo Carneiro	2	1864	2:500\$000	8:000\$000	1:318\$500	50\$000	11:513\$556	153\$000	75\$500	23:457\$556
6	José Antonio de Lima Pacheco	2	1865	1:000\$000	10:000\$000	4:093\$000	-	302\$000	956\$000	119\$640	15:514\$640
7	José Ferreira dos Santos	21	1868	15:900\$000	86:650\$000	24:701\$000	400\$000	37:938\$920	-	42\$000	165:631\$920
8	Amélia Marcondes Teixeira de França	1	1869	1:300\$000	-	1:860\$000	40\$000	1:575\$344	-	8\$000	4:783\$344
9	Joaquim Antonio dos Santos	7	1869	4:600\$000	-	1:495\$000	2:927\$400	-	1:471\$052	-	9:022\$400
10	Joaquim Mendes de Souza	8	1869	4:050\$000	25:796\$000	5:102\$000	82\$800	1:916\$000	250\$000	1:069\$000	38:015\$800
11	Bento José de Araújo Côrtes	1	1871	1:500\$000	5:750\$000	4:257\$000	38\$400	-	1:163\$410	25\$000	11:570\$400
12	João Antonio Alexandre Vieira	2	1872	1:800\$000	400\$000	210\$000	-	-	-	1:014\$000	3:424\$000
13	Estevão Ribeiro do Nascimento	12	1874	4:700\$000	40:200\$000	11:509\$000	-	-	-	-	56:409\$000
14	Domingos Lustosa de Siqueira	1	1874	200\$000	8:400\$000	3:890\$000	-	400\$000	4:721\$730	28\$500	12:918\$500
15	Joaquim Manuel de Oliveira Ribas	17	1875	10:400\$000	54:200\$000	9:477\$000	-	7:930\$775	-	460\$500	82:468\$275
16	Francisco Antonio de Araújo	19	1876	11:000\$000	33:900\$000	3:608\$000	59\$000	-	-	28\$000	48:595\$000
17	Francisco Ignácio de Araújo Pimpão	14	1876	13:250\$000	52:280\$000	7:772\$000	154\$000	-	-	117\$000	73:573\$000
18	Cesarina Antonina de Jesus	4	1876	1:700\$000	17:280\$000	1:129\$000	40\$000	-	746\$422	42\$000	20:191\$000
19	Antonio Ferreira dos Santos	10	1876	5:700\$000	43:100\$000	5:414\$000	54\$000	2:347\$000	-	34\$000	56:649\$000
20	Domingos Antonio Soares	8	1876	4:150\$000	42:996\$000	6:229\$000	40\$000	1:916\$000	-	1:109\$000	56:440\$000
21	Maria de Jesus Ferreira	2	1876	1:200\$000	-	1:195\$000	-	-	-	6:680\$000	9:075\$000
22	Ana Ferreira de Faria	2	1876	500\$000	-	1:382\$000	-	-	-	17:000\$000	18:882\$000
23	Ignácio Femande de Siqueira	4	1879	2:900\$000	7:200\$000	2:941\$000	231\$500	792\$240	-	161\$600	14:226\$340
24	Manoel Mendes de Almeida Sampaio	1	1879	1:100\$000	-	10:995\$000	-	60\$000	-	7:240\$000	19:395\$000
25	Benedicto Vieira da Silva	2	1880	1:450\$000	300\$000	1:359\$000	81\$360	11:058\$642	592\$275	268\$700	14:517\$702
26	Pedro Ribeiro de Souza	4	1881	4:760\$000	9:050\$000	1:332\$000	-	3:913\$400	4:128\$643	83\$000	19:138\$400
27	Hypólito Cordeiro de Andrade	1	1881	500\$000	4:500\$000	270\$000	-	-	371\$340	166\$000	5:436\$000
28	Maria Caetana Rosa	2	1881	1:500\$000	1:500\$000	1:044\$500	-	-	-	35\$000	4:079\$500
29	Theodoro Ferreira de Araújo	1	1882	500\$000	1:200\$000	-	-	-	-	-	1:700\$000
30	Lucio Irias de Araújo Gavião	13	1882	7:060\$000	33:950\$000	17:187\$000	178\$000	1:500\$000	-	69\$000	59:944\$000
31	Maria Rosa Ferreira Baptista	6	1883	4:500\$000	17:230\$000	8:390\$000	-	-	2:384\$000	32:077\$000	62:197\$000
32	Francisca Ferreira de Jesus	3	1883	2:200\$000	12:550\$000	8:895\$000	100\$000	-	-	103\$000	23:848\$000
33	Rufina Maurícia de Sá	8	1886	2:600\$000	55:800\$000	23:159\$000	-	-	-	12:556\$000	94:115\$000
34	Maria Candida de Sá e Oliveira Ribas	5	1886	2:200\$000	9:930\$000	7:046\$000	-	-	-	12\$000	19:188\$000
35	Major Manoel Felix de Siqueira	12	1887	7:100\$000	84:600\$000	6:600\$000	53\$000	8:032\$638	82:124\$779	105\$000	106:490\$638
36	Senhorinha Marcondes e Silva	11	1888	5:779\$250	108:106\$000	23:343\$000	29\$500	-	-	694\$000	137:951\$750

Fonte: Relação de Inventários de Bens e Testamentos de Palmas (1859-1903), s/a. Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Palmas (NDPH-UNICS).

